



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS -
LICENCIATURA - MODALIDADE A DISTÂNCIA

Elaborado em Janeiro de 2012
Atualizado em Maio de 2016 e Março de 2017
Aprovado em 19 de Julho de 2017

Maceió
2017

SUMÁRIO

1	- IDENTIFICAÇÃO.....	5
1.1-	CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - IES..	5
2.-	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2.1-	DADOS GERAIS	5
2.2-	ATOS LEGAIS	5
2.3-	VAGAS NO CURSO	5
2.4-	ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO E FUNCIONAMENTO DO CURSO.	6
2.5-	FUNCIONAMENTO DO CURSO	7
2.6-	CARGA HORÁRIA DO CURSO	7
2.7-	INGRESSO DE ALUNOS NO CURSO	7
2.8-	TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	7
2.9-	COORDENADOR DO CURSO	7
2	- CONTEXTUALIZAÇÃO	9
2.1-	CONTEXTO INSTITUCIONAL	9
2.2 -	CONTEXTO REGIONAL	9
2.3-	O CURSO: LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	10
2.3.1-	JUSTIFICATIVA DE CRIAÇÃO DO CURSO	10
2.4-	HISTÓRICO DO CURSO	10
2.4.1-	O CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS/SOCIOLOGIA NO BRASIL.....	10
2.5-	O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DO CURSO EM ALAGOAS E NA UFAL	13
2.6-	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	15
3	- POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	18
3.1-	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	18
3.2-	POLÍTICAS DE ENSINO	20
3.3-	POLÍTICAS DE PESQUISA	20
3.4-	POLÍTICAS DE EXTENSÃO	23
3.5-	A RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	26
3.6-	ACESSIBILIDADE	26

3.7-	INCLUSÃO	28
3.8-	PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	28
3.9-	OBJETIVOS DO CURSO	29
3.10-	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	30
3.11-	PERFIL DO EGRESSO	31
3.12-	CAMPO DE ATUAÇÃO.....	31
3.13-	INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO	32
4	- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	33
4.1-	ESTRUTURA CURRICULAR	33
4.2-	DIRETRIZES METODOLÓGICAS	34
4.3-	TRANSVERSALIDADE TEMÁTICA CURRICULAR	36
4.4-	INTERDISCIPLINARIDADE	38
4.5-	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	38
4.6-	RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA.....	39
4.7-	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	39
4.8-	LIBRAS.....	40
4.9-	FAMILIARIDADE COM A MODALIDADE EAD	40
5	- COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DO CURSO.....	41
5.1-	DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS	41
5.2-	DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS DO CURSO POR SEMESTRE	41
5.3-	DISCIPLINAS ELETIVAS.....	43
5.4-	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	44
5.5-	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	45
5.6-	ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	46
5.7-	ATIVIDADES DE EXTENSÃO.....	47
5.8-	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES)	47
5.8.1-	DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA.....	47
5.8.2-	CONTEÚDOS CURRICULARES DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR..	59
5.8.3-	DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO DOCENTE	63

5.8.4- DISCIPLINAS ELETIVAS	72
5.9- TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC	81
5.10- ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS.....	82
5.11- ATIVIDADES DE TUTORIA	83
5.12- MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES, TUTORES E ESTUDANTES.....	85
5.13- ENCONTROS PRESENCIAIS E FREQUÊNCIA.....	85
5.14- APOIO ACADÊMICO	86
5.15- MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL.....	87
5.16- SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS.....	87
5.17- DOCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS MODALIDADE A DISTÂNCIA	88
5.18- COLEGIADO DO CURSO	90
5.19- NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	92
5.20- POLÍTICAS DE APOIO AOS DOCENTES E TÉCNICOS	93
5.21- POLÍTICAS DE APOIO AOS DISCENTES	96
6- AVALIAÇÃO	99
6.1- AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	99
6.2- PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	99
6.3- AVALIAÇÃO DO CURSO CAA.....	102
6.4- AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	102
6.5- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP/UFAL).....	103
7 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
ANEXOS	112

1 - IDENTIFICAÇÃO

1.1- CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - IES

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)
Município-Sede: Brasília - Distrito Federal (DF)
CNPJ: 00.394.445/0188-17
Dependência: Administrativa Federal
Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Código: 577
Município-Sede: Maceió
Estado: Alagoas
Região: Nordeste
Endereço do Campus sede:
Campus A. C. Simões – Cidade Universitária Maceió /AL
Rodovia BR 101, Km 14. CEP: 57.072 - 970
Fone: (82) 3214 - 1100 (Central)
Portal eletrônico: www.ufal.edu.br

2.- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1- DADOS GERAIS

Curso: Licenciatura em CIÊNCIAS SOCIAIS
Modalidade: Licenciatura a distância
Título oferecido: Licenciado em Ciências Sociais
Código do Curso: 1298974 (Licenciatura em CIÊNCIAS SOCIAIS)
Nome da Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Campus: A. C. Simões
Polos: Arapiraca, Maceió, Maragogi e Olho d'água das Flores.
Município-Sede: Maceió
Estado: Alagoas
Região: Nordeste
Portal eletrônico do Curso:
<http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ics/graduacao/Licenciatura-ead>

2.2- ATOS LEGAIS

Portaria de Autorização: RESOLUÇÃO – 18/2012 de 09/04/2012 do CONSUNI/UFAL.
Portaria de Reconhecimento: Em tramitação.

2.3- VAGAS NO CURSO

O número de vagas autorizadas pela Capes/MEC foram: 125 para o ano de 2013 e 125 para o ano de 2014.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS OFERTADAS E OCUPADAS NO VESTIBULAR E ATUALMENTE (2016)

PÓLOS	TURMA 2013			TURMA 2014		
	Vagas Ofertadas	Vagas Ocupadas vestibular 2013	Vagas ocupadas atualmente	Vagas Ofertadas	Vagas Ocupadas vestibular 2014	Vagas ocupadas atualmente
Arapiraca	50	37	13	30	23	17
Maceió	25	12	6	45	21	12
Maragogi	25	11	7	25	13	11
Olho d'água das Flores	25	24	9	25	20	12

*Dados do dia 06/05/2016.

Foram ofertadas 125 vagas em cada oferta (2013 e 2014), porém o número de vagas ocupadas não atingiu o total, sendo que, em 2013 foram ocupadas apenas 84 e 77 em 2014. Atualmente temos 87 vagas ocupadas.

Vagas ocupadas em Arapiraca em 2013: 37
 Vagas ocupadas em Arapiraca em 2014: 23
 Vagas ocupadas em Arapiraca atualmente: 30

Vagas ocupadas em Maceió em 2013: 12
 Vagas ocupadas em Maceió em 2014: 21
 Vagas ocupadas em Maceió atualmente: 18

Vagas ocupadas em Maragogi em 2013: 11
 Vagas ocupadas em Maragogi em 2014: 13
 Vagas ocupadas em Maragogi atualmente: 18

Vagas ocupadas em Olho d'água das Flores 2013: 24
 Vagas ocupadas em Olho d'água das Flores em 2014: 20
 Vagas ocupadas em Olho d'água das Flores atualmente: 21

2.4- ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO E FUNCIONAMENTO DO CURSO

Polo Arapiraca

Av. Manoel Severino Barbosa. Nº: s/n – Bom sucesso, Arapiraca/AL RODOVIA AL-115 CEP 57.309-005

Polo Maceió

Campus A. C. Simões – Cidade Universitária, Maceió /AL Rodovia BR 101, Km 14 CEP: 57.072 - 970

Polo Maragogi

Praça Maridite Acioli. Nº: S/N – Centro, Maragogi/AL Escola Municipal Doutor Jorge de Faria Sales - CEP: 57.955-000

Polo Olho d'água das Flores

2.5- FUNCIONAMENTO DO CURSO

Data de início do Curso: 13/05/2013

Funcionamento: Modalidade a distância.

2.6- CARGA HORÁRIA DO CURSO

Disciplinas de formação Específica: 1020 horas

Disciplinas de formação docente: 780 horas

Disciplinas do eixo Complementar: 300 horas

Atividades de formação livre: 820 horas

Carga horária total do curso: 2920 horas

2.7- INGRESSO DE ALUNOS NO CURSO

Os cursos de licenciatura a distancia na UFAL são selecionados por meio de vestibular, realizado pela COPEVE-UFAL que circunscreve-se nos grandes esforços do país no incremento da qualificação de professores, seja através do programa de Formação de Professores da Educação Básica Pública (PARFOR), seja no contexto mais difuso da demanda social.

Além do vestibular, o aluno pode ter acesso ao curso por meio de edital de reopção ou transferência da universidade, de acordo com a decisão do colegiado a cada semestre.

2.8- TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Mínima: 8 (nove) períodos

Máxima: 12 (doze) períodos

2.9- COORDENADOR DO CURSO

Nome: Luciana da Conceição Farias Santana

Formação acadêmica: História (Licenciatura) e Ciência Política

Titulação: Doutora em Ciência Política (UFMG)

Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva

Tempo de exercício na UFAL: 07 anos

Tempo de exercício na função: 06 anos (Licenciatura presencial e a distância)

Experiência de trabalho na modalidade EAD: 06 anos

Atuação profissional na área:

Vice-presidência do Fórum da Área (Ciências Sociais) da UAB/MEC (2013-atual)

Coordenadora Área de Humanas BNI/INEP na UFAL (Atual)

Membro da Comissão de Auto-Avaliação do ICS (atual)

Coordenadora do Comitê de ética e Pesquisa da UFAL (2015-atual)

Vice-Coordenadora do Comitê de ética e Pesquisa da UFAL (2011-2015)

Coordenadora de Trabalho de Conclusão de Curso do ICS (2010-2014)

Professora de Ciência Política da Facsal (2006)

Professora de Ciência Política na Universidade Federal de Alagoas (2010-atual)
Vice-coordenadora do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura/Presencial (2010-2011)

Coordenadora do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura/Presencial (2012-2014)

Atuação profissional na Educação Básica: (Licenciaturas)

Professora na Escola Estadual Silviano Brandão (2001)

Professora no Colégio Frei Orlando (2001)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7338438190459190>

2 - CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1- CONTEXTO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Alagoas - UFAL é Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, com CNPJ: 24.464.109/0001-48, com sede à Avenida Lourival de Melo Mota, S/N, Campus A. C. Simões, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, CEP 57.072-970, além de uma Unidade Educacional (UE) em Rio Largo, município da região metropolitana da Capital.

Foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), como instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Possui estrutura multicampi, com sede localizada no Campus A. Simões, em Maceió, onde são ofertados 54 Cursos de graduação. O processo de interiorização, iniciado em 2006, expandiu sua atuação para o Agreste, com o Campus de Arapiraca e com Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa e a oferta de 23 Cursos. Em 2010, chegou ao Sertão, instalando-se em Delmiro Gouveia e uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema e a oferta de 08 Cursos, todos presenciais.

Além dos Cursos presenciais, há 11 ofertados na modalidade de Educação a distância, através do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. A pós-graduação contribui com 31 programas de Mestrado e 09 de Doutorado, além dos Cursos de especialização nas mais diferentes áreas do conhecimento.

A pesquisa vem crescendo anualmente com a participação de linhas e grupos de pesquisa nas mais diferentes áreas do conhecimento. A extensão contribui com diversos programas e, também, é uma atividade em constante expansão.

2.2 - CONTEXTO REGIONAL

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, apresentava população residente 3.120.922 habitantes, sendo 73,64% em meio urbano.

A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado

em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades polos consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo se encontra em tramitação na SESu//MEC.

O PIB per capita estadual era de R\$ 6.728,00 em 2009, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 72 %. Os restantes 28% estão distribuídos em atividades agrárias – tradicionalmente policultura no Agreste, pecuária no Sertão e cana-de-açúcar na Zona da Mata, além do turismo, aproveitando o grande potencial da costa litorânea, em especial destaque para a região metropolitana de Maceió e a Costa dos Corais, no litoral norte.

2.3- O CURSO: LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

2.3.1- JUSTIFICATIVA DE CRIAÇÃO DO CURSO

A criação da Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade a Distância, pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS), responde à demanda criada pela obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, através da decisão do Conselho Nacional de Educação (Parecer Nº 38/2006/CNE). Ainda que o ICS/UFAL já contasse com um Curso de Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade presencial, a decisão do CNE criou o imperativo da formação de profissionais para atuar no ensino de sociologia para o conjunto do Estado de Alagoas e região.

2.4- HISTÓRICO DO CURSO

2.4.1- O CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS/SOCIOLOGIA NO BRASIL

Desde a segunda metade do século XIX o ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil se deu na forma de livros e manuais didáticos que alcançavam um campo extenso de conhecimentos: da Economia e o Direito, passando pela História, a Geografia e a Psicologia, até propriamente a Sociologia. Isto se materializava na grade curricular da antiga escola secundária. O país era agitado pelas lutas de independência dos países latino-americanos e no Brasil. Os temas do abolicionismo e da constituição da república perpassavam os debates e as reflexões políticas. Nessa fase, mais ou menos de 1840 a 1930, observa-se a busca da cientificidade das explicações sobre a natureza e sobre a sociedade. Nesse

período ocorreram “incorporações de teorias e conceitos sociológicos ao disCurso de políticos e intelectuais, surgindo pensadores sociais muito influenciados pelo iluminismo, positivismo e evolucionismo” (LIEDKE FILHO, 2003; NOGUEIRA, 1981).

Nos idos de 1870, intelectuais defendiam a inclusão da Sociologia nos Cursos de Direito, de formação de militares, da escola secundária. Rui Barbosa propôs, no âmbito da reforma de ensino em 1882, as disciplinas Elementos de Sociologia e Direito Constitucional para a escola secundária e Sociologia no lugar do Direito Natural nas faculdades de Direito (MACHADO, 1987, p. 117). Em 1890, a Reforma de Benjamim Constant instituiu o ensino de Sociologia e Moral nas Escolas do Exército (Decreto n. 330, de 12 de abril de 1890 apud MACHADO, 1987, p. 117). Em seguida, como Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, ele empreendeu a chamada “Reforma Benjamim Constant” em toda a instrução pública, incluindo a Sociologia em todos os níveis e modalidades de ensino. Esta reforma não foi efetivada, sendo completamente modificada em 1897. Na nova regulamentação, a Sociologia desaparece dos currículos do Ginásio e do Ensino Secundário.

As disputas entre as explicações católicas e jurídicas versus as explicações positivistas, evolucionistas e cientificistas perduraram por anos. Após 1925, quando da Reforma de João Luis Alves-Rocha Vaz, incluiu-se a Sociologia nas Escolas Normais e na Escola Secundária (MEUCCI, 2000). O ensino da sociologia nas escolas criou um mercado de ideais que alimentou os esforços de sistematização do conhecimento sociológico que, por sua vez, incentivou a criação de faculdades e universidades para formar os professores especializados nas novas áreas e, também, o surgimento de um mercado de livros didáticos. Muitos pensadores autodidatas nas Ciências Sociais, formados em Direito, Medicina, Engenharia, entre outras, especializaram-se em Sociologia e exerceram o ensino nas novas cátedras criadas nas Escolas Normais e Faculdades de Direito. Gilberto Freyre em Recife, Fernando de Azevedo em São Paulo, Delgado Carvalho no DF, Artur Ramos no Rio de Janeiro são exemplares desse movimento, tendo contribuído para o desenvolvimento de teorias e métodos sociológicos no Brasil (MEUCCI, 2005).

As ações dirigidas às reformas no ensino até 1940 ampliaram os espaços de disseminação e de institucionalização das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil. A Reforma Francisco Campos, em 1931, organizou o Ensino Secundário num ciclo fundamental de cinco anos e num ciclo complementar, tornando a Sociologia disciplina obrigatória do ciclo complementar. Em 1942, a Reforma Capanema retira a obrigatoriedade da Sociologia dos Cursos secundários, com exceção do Curso normal.

De 1925 a 1942, tem-se o período que combina a busca pela autonomia científica da Sociologia relativamente às outras disciplinas, ao tempo de sua inclusão na grande curricular (MEKSENAS, 1995; MEUCCI, 2000; GUELFY, 2001). Foi pelo caminho institucional do ensino que formalmente a Sociologia instalou-se no Brasil, pois era uma exigência nos Cursos de preparação para o exercício do magistério, nas Escolas Normais, e nas então denominadas Escolas Secundárias. A institucionalização da sociologia (de seus espaços de formação de quadros e de produção científica) ocorre somente em 1933.

Ainda que no período de 1942 a 1964 tenha diminuído a penetração da Sociologia nas escolas secundárias, ampliaram-se os espaços de pesquisa e ensino nas universidades e centros de investigação, estabelecendo-se a comunidade dos sociólogos.

No Brasil, no contexto em que se discutia o desenho dos currículos do ensino de primeiro e segundo graus nos anos de 1970, cujas propostas foram centralizadas no Governo Militar, sob a supervisão de técnicos norte-americanos, emerge a disciplina de Estudos Sociais como síntese das disciplinas da História, Geografia, Sociologia, Economia, entre outras. Este intento muito dificultou os esforços de definição sobre a natureza das disciplinas científicas e de seus contornos profissionais.

A história da formação do campo de pesquisa das Ciências Sociais/Sociologia e a história da institucionalização do ensino de sociologia nas escolas de Educação Básica, sobretudo no Ensino Médio, são complementares. Embora esses dois processos tenham especificidades, eles se cruzam e se retroalimentam.

Antecedendo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), de 1996, após 1984 verifica-se o crescimento da disciplina nos conteúdos curriculares do chamado Segundo Grau (atualmente denominado de Ensino Médio) das escolas em diversos estados: São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Maranhão, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.

Existia uma crítica contundente à obrigatoriedade do ensino profissionalizante no Segundo Grau e às concepções tecnicistas dos currículos de modo geral. Assim, as reformas da educação nos Estados retomaram o Ensino Médio propedêutico ou o Ensino Médio integrado (ensino geral e profissionalizante ao mesmo tempo). Com o tempo, as argumentações dos sindicatos de sociólogos, sindicatos de professores da educação básica, professores universitários, professores do Ensino Médio, associações científicas (como a Sociedade Brasileira de Sociologia), foram produzindo consequências, como a inclusão dos conteúdos de Sociologia nas provas de vestibulares, em 1997 na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em 2003 na Universidade Estadual de Londrina (UEL), e em 2007 na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Com isto, surgiu a demanda por material didático e as discussões sobre a atualização de diretrizes curriculares e sobre as políticas mais pertinentes para a capacitação do professor da disciplina, desde a formação primeira até a sua dimensão continuada.

Em 2004 se inicia um debate em torno do documento do MEC intitulado Orientações Curriculares do Ensino Médio, quando é afirmada pela comunidade da sociologia que a disciplina deve ser compreendida como parte do núcleo comum do currículo, bem como da pertinência de que seus conteúdos e metodologias de ensino sejam sintonizados com os sentidos da juventude e das escolas de ensino médio.

Em 2005, Moraes (2007) elaborou um Parecer sobre a legislação educacional, explicitando que as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio

de 1998 não estavam cumprindo a LDB, pois os conteúdos de Filosofia e de Sociologia, tratados somente de forma transversal, não estavam sendo devidamente apresentados. Esse Parecer entrou na pauta das reuniões da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em abril de 2006. Um amplo debate disseminou-se pelo País, alimentado pelas diferentes associações sindicais e científicas de sociólogos e filósofos, com o intuito de sensibilizar os conselheiros.

No dia 7 de julho de 2006, a Câmara de Educação Básica aprovou por unanimidade o Parecer 38/2006 que alterou as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, tornando a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias. A Resolução nº 4, de 16 de agosto de 2006, alterou o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, incluindo a Filosofia e a Sociologia como disciplinas curriculares obrigatórias. Ainda em 2006, foram publicadas as Orientações Curriculares para o Ensino Médio de Sociologia.

O projeto de lei ordenou a inclusão das duas disciplinas nas três séries do Ensino Médio. A Lei nº 11.684/08, que altera o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 20 de dezembro de 1996, foi sancionada em 2 de junho de 2008. O CNE regulamentou o modo de implantação da Filosofia e Sociologia nas três séries do Ensino Médio pela Resolução nº 01, de 15 de maio de 2009, ordenando que se conclua a efetivação dessa medida até 2011.

2.5- O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DO CURSO EM ALAGOAS E NA UFAL

Em um Estado com os problemas socioeconômicos gravíssimos indicativos de extrema exclusão e injustiça sociais, a universidade propõe-se participar das soluções desses problemas, estabelecendo que seus Cursos tenham direta vinculação com os desafios do desenvolvimento regional e, especificamente, com a melhoria da qualidade do ensino e da educação fundamental e média.

A criação do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância circunscreve-se nos grandes esforços do país no incremento da qualificação de professores, seja através do programa de Formação de Professores da Educação Básica Pública (PARFOR), seja no contexto mais difuso da demanda social. Estas ações articulam iniciativas que envolvem desde o Conselho Nacional de Educação (em suas decisões e normativas), passando pelo Ministério da Educação, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Municípios e as Instituições Públicas de Educação Superior (IPES).

O Instituto de Ciências Sociais da UFAL já tem consolidado ampla discussão conceitual e prática sobre as Diretrizes Político-Pedagógicas para a formação de bacharéis e licenciados em Ciências Sociais, pela experiência cotidiana de gestão dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais presenciais. Estas experiências acumuladas propiciaram a formulação da presente proposta de criação de uma Licenciatura em Ciências Sociais a distância, que, relativamente ao campo disciplinar das Ciências Sociais e da Sociologia, está circunscrito ao universo

científico e disciplinar no Brasil que compreende as áreas da Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

A vivência do Instituto de Ciências Sociais na oferta e gestão de Cursos de graduação remonta à criação do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em substituição ao generalizante Curso de Licenciatura em Estudos Sociais da época. O Curso de Ciências Sociais teve a sua implantação autorizada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UFAL, em 09 de agosto de 1993, com a resolução Nº. 49 – B/93, tendo começado a funcionar no antigo Departamento de Ciências Sociais, fundado em 1994. Desde então, oferece as habilitações em Bacharelado e em Licenciatura. O reconhecimento do Curso veio através da Portaria Nº 475, de 22 de fevereiro de 2002 (DOU de 25.02.2002).

No ano de 2006, em virtude da reforma institucional da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, o antigo Departamento de Ciências Sociais transformou-se em Instituto de Ciências Sociais - ICS, conquistando, portanto, mais autonomia.

No âmbito estrito da Licenciatura, o Curso de Ciências Sociais adequou-se (i) aos Pareceres CNE/CES 492/2001 e CNE/CES 1.363/2001, (ii) além da Resolução nº 32/2005-CEPE/UFAL, e (iii) ainda sintonizado com as discussões advindas do Fórum Nacional de Cursos de Ciências Sociais, e com (iv) a linha de pesquisa “Ensino de Ciências Sociais do Grupo de Pesquisa Ciências Sociais e Sociedade/CNPq”. Todas essas referências normativas e conceituais foram contrastadas com as especificidades sócio-econômicas, políticas e culturais da sociedade alagoanos.

A presente proposta traz como desafio adequar toda a experiência acumulada no ensino presencial às exigências, particularidades e desafios próprios ao ensino a distância. Com o lançamento do Edital Nº 001/2005 da SEED/MEC foi inaugurado o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que gerou um novo estímulo para que as IFE’S atuassem efetivamente na expansão e interiorização do ensino superior público e gratuito no país. Dessa forma, o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade a distância pretende ajustar os conteúdos teóricos e metodológicos e a dimensão complexa da formação do professor (já consolidados nas rotinas do ensino presencial), à dimensão e novas rotinas das metodologias inovadoras de ensino que as novas tecnologias de informação propiciam. Outro espaço (virtual e físico) de conexão entre a Universidade e a sociedade foi erigido, rico em possibilidades de interação (novas experiências e aprendizados mútuos).

Esta proposta de Curso de Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade a distância mantém uma estrutura curricular orientada similar àquela do curricular da Licenciatura Presencial em Ciências Sociais. O presente Projeto Pedagógico considera também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) para a área de Sociologia, do MEC, bem como, os Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância – SEEC/MEC, que enfatizam a formação para o uso didático de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

A metodologia da inclusão digital tanto favorece a formação teórico-prática quanto a formação continuada do docente. É, de outro modo, uma política que permite expandir as ofertas de vagas para o ensino superior ao interior do estado. São esses desafios que a criação do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância do instituto de Ciências Sociais da UFAL pretende enfrentar.

2.6- CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

O Curso de Ciências Sociais a distância da Universidade Federal de Alagoas está distribuído em quatro polos de ensino, situados nas cidades de Maceió, Arapiraca, Maragogi e Olho D'água das Flores. Cada um desses polos está inserido em uma região específica do Estado de Alagoas. Tendo como horizonte as recentes transformações socioeconômicas que o Brasil viveu nas últimas duas décadas, esses polos abrigam potencialidades, demandas e vulnerabilidades que reclamam a atuação de cientistas sociais licenciados, capazes de fornecer conhecimento didático-pedagógico para as instituições locais de ensino e também capazes de fornecer diagnósticos mais amplos acerca dos processos de transformação socioculturais, econômicos e políticos vividos por essas regiões. Com efeito, cada um das cidades-sede possuem potencialidades e vulnerabilidades que vicejam demandas específicas para o Curso de Ciências Sociais a distância.

Vizinha a Recife e Salvador, dois dos principais polos de expansão econômica e tecnológica do Nordeste, a cidade de Maceió (capital de Alagoas), um dos quatro polos mencionados, cumpre uma função central na economia alagoana. A cidade abriga 32% da população do Estado de Alagoas (pouco mais de um milhão de habitantes) e 47% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado (IBGE, 2014). Com a intensificação da crise do setor do sucroalcooleiro no Estado de Alagoas, nos últimos anos o setor de serviços, especialmente o turismo, tem se destacado no panorama da economia alagoana e de Maceió. Conforme os dados acumuladas durante 2011, 2012 e 2013, o destino turístico Alagoas se fortaleceu, granjeando um aumento do seu fluxo turístico acima da média do Nordeste. Conforme a INFRAERO, durante o primeiro semestre de 2013 ocorreu um aumento de 22% no fluxo de passageiros no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares (Maceió), cujo número alcançou o total de 957.319 passageiros. Durante o mesmo período, entraram em operação 5 novos voos, com novos horários para São Paulo e Brasília, dois dos principais centros emissores de turistas para Alagoas. Desde 2007 que o setor de turismo em Alagoas vem apresentando crescimento da mão de obra ocupada, notadamente por conta da abertura de restaurantes e da construção e instalação de novos hotéis, que, nos últimos 5 anos, alcançou o número de 20 novos empreendimentos, o que representou a adição de mais 8 mil leitos (SETUR-AL, 2014).

Mesmo diante do crescimento turístico e da consolidação do destino turístico Alagoas, Maceió e Maragogi – situada no litoral norte do Estado, localizada a 125 quilômetros da capital – possuem graves problemas ambientais, decorrentes da ausência de políticas integradas de desenvolvimento socioambiental. Embora essas duas cidades possuam notórias belezas naturais e equipamentos turísticos, os problemas ambientais (praias urbanas inapropriadas para o banho, falta de

saneamento básico, violação das leis ambientais, entre outras) afastam os visitantes, produzindo estagnação em setores econômicos vitais e, com isso, desemprego e exclusão. Com efeito, nessas cidades a demanda pela formulação de políticas públicas integradas, resultado de múltiplas competências acadêmicas e representações da sociedade civil, torna a atividade do cientista social necessária, tanto no que se refere à transmissão do conhecimento crítico e reflexivo, quanto na sua atuação como técnico e membro dos processos de formulação de diagnósticos e tomas de decisão.

Tal necessidade se faz ainda mais premente em pequenos municípios, como Maragogi e Olho d'Água das Flores (localizada no semiárido do Estado, a 206 quilômetros de Maceió), onde são ainda mais escassas as visões integradas do desenvolvimento socioambiental. Nesses municípios, com pequenas populações (Maragogi possui uma população de 31 mil habitantes e Olho d'Água das Flores uma população de 20 mil habitantes) e severas desigualdades sociais, as competências do cientista social tornam-se imprescindíveis. No caso dessas cidades, os estudantes que buscam a formação de Licenciatura em Ciências Sociais residem nas zonas rurais desses municípios e em municípios vizinhos, cujas maiores dificuldades são o deslocamento para o comparecimento às aulas presenciais e o acesso rápido à internet.

Com uma população bem maior do que Maragogi e Olho d'Água das Flores, e também bem inferior a Maceió, a cidade de Arapiraca (localizada a 123 quilômetros da capital) apresenta outras potencialidades e demandas, mas também vive o mesmo quadro de limitação e fragilidade do Estado de Alagoas. Com uma população de 229 mil habitantes, Arapiraca é a segunda cidade mais importante do Estado. Nos últimos dez anos experimentou grande crescimento econômico, um dos maiores do Brasil, atraindo investimento nos setores de serviços, notadamente o comércio, que recebeu importantes lojas, shoppings centers e redes de supermercados. Em 2009, a cidade foi a que apresentou o segundo maior crescimento econômico percentual do Nordeste, sendo superada apenas por João Pessoa. Em Alagoas, Arapiraca lidera o recente crescimento urbano e econômico das cidades médias brasileiras, que tem no Nordeste exemplos pungentes, como Campina Grande (PB); Feira de Santana e Vitória da Conquista (BA) e Caruaru (PE). Como um polo central do Agreste alagoano, os estudantes que frequentam o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância vêm de diferentes municípios circunvizinhos, como Palmeira dos Índios, Anadia e Junqueiro.

Além dos fatores econômicos e ambientais mencionados, dois outros aspectos também justificam a existência do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais nesses polos. Trata-se do déficit educacional vivido pelo Estado de Alagoas e das suas profundas assimetrias socioeconômicas. De acordo com o IPEA, Alagoas apresentava a terceira menor renda *per capita* dos nove Estados nordestinos, cerca de R\$ 6.728, obtida mediante a divisão do total do PIB (R\$ 21,235 bilhões) pelo total da população do Estado (3,1 milhões de habitantes). A População Economicamente Ativa de Alagoas (PEA) correspondia, em 2011, a 1,3 milhões de pessoas. Destes, apenas 3% da população (cerca de 40 mil pessoas) recebiam mais de cinco salários mínimos; ficando 232 mil potenciais trabalhadores (cerca de 17% da PEA) sem

qualquer renda; 574 mil pessoas (45% da PEA) recebiam até um salário mínimo; e 470 mil pessoas (38% da PEA) recebiam entre um e 5 salários mínimos. De acordo com o IBGE, em 2014, o Estado de Alagoas obteve a segunda menor renda per capita do país. De acordo com o índice de Gini (indicador que afere o grau de desigualdades social entre as regiões e países), Alagoas possui uma das maiores polaridades de distribuição da renda no Brasil: 1% dos mais abastados (aproximadamente 35 mil pessoas) detém 12% da renda do Estado, enquanto os 50% mais pobres (por volta de 1,5 milhão de pessoas) ficam com apenas 14% da renda estadual.

Parte substancial da disparidade de renda atestada antes se acentua com o grande déficit educacional existente no Estado. Conforme a PNAD (Pesquisa Anual de Domicílios – IBGE, 2011), do total da População Economicamente Ativa (PEA) existente em Alagoas, 21% não possuíam qualquer instrução, e mais de 30% não detinha sequer o primeiro grau (primeiro ciclo do ensino fundamental). De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL), em 2012, 39% dos eleitores aptos a votar (798.461 eleitores) eram analfabetos; 32% (651.018 eleitores) detinham o primeiro grau incompleto; 13% (265.775 votantes) possuíam o segundo grau incompleto; apenas 8% dos votantes (160.309 eleitores) possuíam o segundo grau completo; por fim, somente 3% (68.585 eleitores) possuíam o ensino superior. Certamente a disseminação de vagas de Licenciatura, como é o caso Curso supracitado, e a consolidação das competências profissionais que este Curso tem fomentado, pode atenuar o gigantesco déficit educacional do Estado de Alagoas, um dos grandes responsáveis pela distribuição desigual de oportunidades profissionais e manutenção estrutural da pobreza.

Neste sentido, a presença do Curso de Ciências Sociais no interior do Estado se faz necessário devido a ausência do oferecimento do Curso de Ciências Sociais tanto na rede privada quanto pública de ensino. A concentração do Curso na capital impede a formação adequada de professores de sociologia do ensino médio que atendam às necessidades de ensino especializado na educação básica nas regiões fora do eixo central do Estado. Com efeito, dificilmente os estudantes residentes nos polos e nas mais diferentes regiões do estado teriam acesso ao ensino superior sem a oferta da modalidade de educação superior a distância. É devido às dificuldades de acesso ao Curso de formação presencial que se justifica o oferecimento desta modalidade de formação, distribuída em diversos polos descentralizados no Estado.

3 - POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

3.1- POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais no âmbito do Curso de Ciências Sociais estão em consonância com os princípios norteadores do PDI da Universidade Federal de Alagoas.

Princípio I - Articulação entre teoria e prática

A articulação entre teoria e prática pode ser compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os alunos se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções. Assim, o aluno sai da simples condição de mero receptor de informações e passa a sujeito da produção desse conhecimento.

Sabe-se que toda e qualquer prática implica numa ação reflexiva, uma atividade de atuação consciente em que se delimitam planos de ação visando a determinados resultados. Deste modo, a prática constitui uma das dimensões para a produção de conhecimentos, um exercício através do qual o aluno poderá teorizar e analisar sob a orientação de princípios teóricos e metodológicos o objeto de estudo. É necessário superar a concepção de que a prática se limita ao estágio, que se restringe ao espaço das atividades e ações profissionais previstas para uma determinada área. É necessário que o Projeto Pedagógico de cada Curso adote, como respaldo primeiro, o conhecimento e a compreensão sobre o mundo contemporâneo e o respeito à missão da universidade a fim de que o educando alcance uma autonomia intelectual.

Assim, a formação acadêmica, em sentido lato, deve se preocupar com o desenvolvimento integral do ser humano de modo a garantir sua inclusão na sociedade por meio do exercício da cidadania. Isso significa conceber um Projeto em permanente construção para propiciar o desenvolvimento de ações planejadas que dêem vida ao fazer pedagógico no âmbito de cada Curso de graduação.

Princípio II – Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão que aqui se defende pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição das disciplinas. A defesa da prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo e, da pesquisa como atitude cotidiana, como princípio científico e educativo, está presente na própria concepção de prática educativa prevista na organização do Projeto Pedagógico do Curso.

A capacidade de contemplar o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa (pesquisa) e a abertura ao meio externo à Universidade (extensão), estabelecida pelo Projeto Pedagógico de cada Curso, irá oferecer uma nova referência para a dinâmica na relação professor-aluno e desenhar um novo contexto para o processo de ensino/aprendizagem.

Princípio III – Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade não nega a existência das disciplinas. Ao contrário, ela deve ser compreendida enquanto estratégia conciliadora dos domínios próprios de cada área com a necessidade de alianças entre eles no sentido de complementaridade e de cooperação para solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea. A diversidade de componentes curriculares assume, então, a característica de viabilizar não apenas o projeto pedagógico específico do Curso, mas também sua dimensão ética, valor fundamental na construção da autonomia do aluno capaz de saber pensar de modo sistemático e flexível; ela implica, portanto, em rever, quando da construção do Projeto Pedagógico de cada Curso, a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares.

Princípio IV – Flexibilização curricular

A partir da realidade da Universidade Federal de Alagoas, o Projeto Pedagógico de cada Curso, no exercício de sua autonomia, deverá prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social.

A flexibilização curricular não se esgota na ampliação da oferta de disciplinas eletivas nem se reduz ao aumento ou redução de carga horária de disciplinas ou de Cursos, nem tampouco à inclusão de atividades complementares, ela se estende e se insere em toda a estruturação curricular, permitindo maior fluidez e dinamização na vida acadêmica. Ela exige que as mudanças na estrutura do currículo e na prática pedagógica estejam em consonância com os princípios e com as diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso que deverá prever o apoio às iniciativas que promovam a interface entre as diversas áreas do conhecimento, buscando aproximar experiências e sujeitos oriundos dos diversos espaços intra e interinstitucionais. É dentro desse espírito que na UFAL recomenda-se a criação de um espaço interdisciplinar denominado Projetos Integradores que podem ser incorporados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, sendo nas Licenciaturas componente curricular obrigatório segundo Resolução elaborada pelo Colegiado dos Cursos de Licenciatura e aprovado pelo CONSUNI.

A flexibilização curricular pressupõe, sobretudo, a revisão criteriosa da necessidade ou não de pré-requisitos em cada estruturação curricular, considerando a possibilidade de o aluno organizar o seu currículo com maior autonomia, de o aluno buscar a própria direção de seu processo formativo. A flexibilização curricular poderá ser operacionalizada em diferentes níveis: pelo arejamento do currículo; pelo respeito à individualidade no perCurso de formação; pela utilização da modalidade

do ensino a distância; pela incorporação de experiências extracurriculares creditadas na formação; pela adoção de formas diferenciadas de organização curricular; pela flexibilização das ações didático-pedagógicas e pelo chamado programa de mobilidade ou intercâmbio estudantil.

3.2- POLÍTICAS DE ENSINO

O Curso será organizado em dois módulos semestrais, na modalidade a distância, com momentos presenciais definidos de acordo com a carga horária de cada disciplina, com avaliações presenciais e a distância.

É obrigatória a aplicação de atividades e avaliações presenciais, nos pólos conduzidas por docentes e/ou tutores presenciais, para cada disciplina. As avaliações a distâncias deverão ser realizadas via plataforma Moodle, por meio de Cursos diversos, tais como Questionários, Lições, Tarefas, Fóruns, etc.

Cada período letivo será planejado coletivamente pelo Colegiado do Curso, articulando o programa de ensino em cada semestre curricular e entre estes. Serão eleitos temas integradores e atividades conjuntas (seminários, visitas, oficinas, trabalhos acadêmicos) com o objetivo de atingir essa articulação com contextualização mais ampla possível em cada semestre.

O Curso exigirá um sistema tutorial, que é uma organização institucional envolvendo docentes e tutores, procedimentos administrativos, tecnológicos e educacionais, os quais objetivam um melhor atendimento das necessidades de ensino-aprendizagem do aluno na modalidade de EAD. Terá como referência a disponibilidade de informações e recursos didático-pedagógicos que possibilitem estudos de forma autônoma, com qualidade, e promovam a interação humana fundamental para o processo de aprendizagem.

3.3- POLÍTICAS DE PESQUISA

Dado o caráter pluri e multidisciplinar que lhe é inerente, a Universidade Federal de Alagoas promove a pesquisa nas mais diversas áreas de conhecimento, incentivando a formação de grupos e núcleos de estudos que atuam nas mais diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do CNPq.

No âmbito do Curso de Ciências Sociais a distância, busca-se o comprometimento em proporcionar oportunidades e vivências no campo da pesquisa para o corpo. Para isto, exige-se que se façam esforços inovadores para se fomentar a vivência da pesquisa em se tratando de uma Licenciatura em Ciências Sociais e ofertada na modalidade a distância. A pesquisa, como um processo sistemático de construção do conhecimento, exige um incremento de políticas e ações que conectem a particularidade do ensino-aprendizagem individual e em grupo a distância ao desenvolvimento de projetos e rotinas de investigação.

Nesse sentido, o planejamento e gestão do Curso precisam fazer com que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) previstas e implantadas proporcionem, além das experiências no campo do ensino-aprendizagem em patamares de boa qualidade, a execução dos objetivos e atividades de pesquisa. Toda a infra-estrutura laboratorial complementar a ser disponibilizada para a pesquisa precisa adequar-se aos objetivos dispostos nos parâmetros curriculares da área de sociologia/Ciências Sociais.

As atividades de pesquisa dirigidas ao aluno do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância ainda necessitam coadunar os aspectos da interdisciplinariedade (pela incontornável realidade de um ambiente e de ações que envolvem diversas áreas do conhecimento e pelo desafio ao professorado e ao alunado de estabelecer relações e interpretações de conteúdos abrangentes e situados em contextos difusos e ricos) com os objetivos da integração da pesquisa e do Curso com as escolas da rede pública de ensino. Também torna-se importante adequar as atividades de pesquisa presenciais e *on line* tal como ocorre no âmbito do ensino.

Compreende-se que a experiência da pesquisa é parte intrínseca da formação do licenciado em Ciências Sociais e como meio para a própria atualização da formação do aluno no contexto das mudanças da realidade e dos desenvolvimentos dos instrumentos de compreensão sócio-político e cultural da realidade: das teorias, metodologias e técnicas de pesquisa. Impõem-se pensar e realizar oportunidades de pesquisa que desenvolvam a própria dimensão do ensino-aprendizagem, aprofundando-a.

Ao final, espera-se que a formação do potencial agente econômico competente e do cidadão ativo na participação das discussões e soluções dos problemas de sua realidade-comunidade seja ainda mais aprofundada, por meio das atividades de pesquisa. Isto porque a realidade da pesquisa em Ciências Sociais defronta-se com dilemas éticos que tem suas especificidades no âmbito da atuação no interior da escola situada em meio a problemas reais do bairro, da cidade, da região e do país.

Os ganhos qualitativos advindos das experiências de pesquisa qualificam os processos de avaliação e acompanhamento das atividades do Curso, no tocante ao desenvolvimento intelectual do discente e das demonstrações de comprometimento do corpo docente. Estes ganhos em termos de maturidade intelectual do estudante envolto em atividades de pesquisa refletem, de forma direta e indireta, nos resultados dos exames rotineiros de avaliação, presenciais e não presenciais, do Curso.

As rotinas não presenciais de pesquisa reclamam a utilização das ferramentas de comunicação e interação síncronas (chat, sala de aula virtual, tutoria online etc.) e assíncronas (e-mail, lista de discussão, fóruns, prova virtual, portfólio do aluno etc.) disponibilizadas na plataforma Moodle. Os objetivos próprios à prática da pesquisa serão operacionalizados por meio das ferramentas pedagógicas de *software* de Sistemas Gerenciadores de Conteúdo (SGC), no ambiente que permite

ao professor acompanhar e orientar as rotinas da pesquisa a distância. O *software* modular *Object Oriented Dynamic Learning Environment (Moodle)* será não somente o recurso destinado às situações de ensino-aprendizagem, mas, pela sua própria característica de fomentar a construção de ideias de forma colaborativa, também será utilizado para o compartilhamento das atividades de pesquisa.

Se a pesquisa, no plano convencional de atividades presenciais seguirá uma lógica já consolidada, no tocante às atividades a distância se valerão dos recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), operacionalizado pelo *software Moodle*, que fomentará a interação entre pesquisador e aluno-pesquisador e outros atores que podem ser envolvidos na pesquisa.

Toda a apresentação e reflexão precedente com respeito à pesquisa e de suas conexões com o universo do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância precisam ser articulados com as dimensões institucionais ofertadas no ambiente da Universidade Federal de Alagoas e seus organismos correlatos que atuam na condução das políticas de pesquisa, além do Instituto de Ciências Sociais (ICS), seus programas de pós-graduação *Stricto Sensu* de Sociologia e Antropologia.

Assim, o ICS tem feito todos os esforços no sentido de que os programas já institucionalizados e consagrados como o de apoio a estudantes de graduação integrados à pesquisa científica no formato da Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), bem como de apoio à inserção à iniciação à docência (PIBID/CAPEs) sejam internalizados no âmbito do planejamento e operacionalização das pesquisas de professores e com a inclusão dos alunos de Licenciatura em Ciências Sociais a distância.

Em outro nível de inserção do alunado da Licenciatura a distância no mundo da pesquisa do corpo docente do ICS/UFAL, o colegiado do Curso sublinha a importância de fazer a correspondência entre o universo dos alunos e os grupos de pesquisa, laboratórios e núcleos temáticos do ICS:

GRUPOS E LABORATÓRIOS	DOCENTES VINCULADOS
XINGÓ - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências Sociais	Prof. Dr. Júlio Cezar Gaudencio Prof ^a . Ms. Jordânia de Araújo Souza Prof. Dr. Welkson Pires da Silva
NEVIAL - Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas	Prof ^a . Dr ^a . Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira Prof. Dr. Emerson Oliveira do Nascimento Prof. Dr. Júlio Cezar Gaudencio Prof ^a . Dr ^a . Luciana Santana
DEMOCRACIA - Núcleo de Pesquisa: Instituições, comportamento político e Democracia;	Prof ^a . Dr ^a . Luciana Santana Prof. Dr. Emerson Oliveira do Nascimento Prof. Dr. Júlio Cezar Gaudencio
Cidadania e Políticas Públicas;	Prof. Dr. José Alexandre da Silva Júnior Prof. Dr. Gabriel Setti

	Prof. Dr. Ranulfo Paranhos Santos
Mandacaru – Núcleo de Pesquisa em Gênero, Saúde e Direitos Humanos;	Profª. Drª.. Débora Allebrandt Profª. Drª.. Nadia Meinerz Prof. Dr. João Batista de Menezes Bittencourt
Etnologia Indígena.	Profª. Drª. Claudia Mura Prof. Dr. Evaldo Mendes da Silva Profª. Ms. Jordânia de Araújo Souza
GRUPPAES - Grupo de Pesquisa: Periferia, Afetos e Economia das Simbolizações.	Prof. Dr. Fernando de Jesus Rodrigues Prof. Dr. João Vicente Ribeiro Barroso da C.Lima
LACC - Laboratório da Cidade e do Contemporâneo	Profª. Drª. Rachel Rocha de Almeida Barros Prof. Ms. Bruno Cesar Cavalcanti Prof. Dr. Amaro Xavier Braga Junior Prof. Dr. João Batista de Menezes Bittencourt Profª. Drª. Fernanda Rechenberg
AVAL - Laboratório de Antropologia Visual	Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim. Profª. Drª. Sílvia Aguiar Carneiro Martins
Laboratório de Estudos de Segurança Pública (LESP)	Prof. Dr. Emerson Oliveira do Nascimento Prof. Dr. Júlio Cezar Gaudencio
SOCIOLAB – Laboratório de Investigação Sociológica	Prof. Dr. Elder Patrick Maia Alves Prof. Dr. Paolo Totaro Prof. Dr. João Vicente Costa Lima Profª. Drª. Marina Félix de Melo
Grupo de Pesquisa: trabalho e capitalismo contemporâneo.	Profª. Drª. Alice Anabuki Plancherel
Grupo de Estudos Transdisciplinares sobre Autoritarismo, Violência e Criminalidade.	Prof. Dr. Arim Soares do Bem
Núcleo de Memória das Ciências Sociais;	Profª. Drª. Alice Anabuki Plancherel Profª. Ms. Evelina Antunes Fernandes de Oliveira

Ressalte-se, ainda, que a Universidade Federal de Alagoas conta com um Comitê de Ética em Pesquisa. Trata-se de um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Neste sentido, a orientação aos alunos do Curso e professores do Instituto é a de que todos os Projetos de pesquisa envolvendo seres humanos deverão ser submetidos à apreciação do CEP e cumprir as exigências estipuladas nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

3.4- POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A LDB (lei 9.394/96) traz entre seus princípios a necessidade da diversificação dos Cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos, permitindo às IES adequarem os projetos pedagógicos às respectivas naturezas institucionais, às realidades regionais e às finalidades inerentes aos Cursos, tanto se voltados à

formação profissional quanto às ciências ou às artes. Cumpre destacar que tais diretrizes se associam à premissa da educação continuada, a qual afirma que a graduação superior é apenas uma etapa do processo de ensino e aprendizagem e não o seu término. Deve-se salientar também que, como contrapeso à tendência de diversificar e flexibilizar, o aparato normativo define a necessidade de existirem processos de avaliação permanentes para identificar desvios e propor correções de rumo.

A Universidade Federal de Alagoas atua em todas as oito áreas temáticas de extensão classificadas pelo Plano Nacional de Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.

No âmbito do Curso, considerando que a extensão acadêmica compreende toda atividade de ensino acadêmico, técnico, cultural ou artístico, não abrangida no âmbito regulamentar de ensino de graduação, pretende-se, no âmbito do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância da UFAL, problematizar as vivências acadêmicas, circunscritas ao interior Curso e da universidade, para que se realize um transbordamento dessa rica experiência para o conjunto da comunidade e para o público difuso. Ressalte-se que no tempo presente e, ainda mais considerando a natureza de um Curso mediado por tecnologias de informação e comunicação intensivas, como às disponibilizadas pelo Moodle ou em outras plataformas virtuais, a própria definição de comunidade circundante e público difuso precisam ser redimensionadas e relativizadas. Daí a importância, no tocante ao aluno e ao público circundante a familiaridade com as ferramentas virtuais de interação e aprendizagem.

As atividades de extensão visam à complementação ou aquisição de conhecimentos em diversas áreas para um público que pode ser o corpo discente regidamente matriculado no Curso e também pessoas oriundas de vários segmentos da sociedade próximas e distantes ao Curso, no sentido das referências físicas (polos, secretaria do Curso, Universidade, etc.). As atividades de extensão integradas ao ambiente virtual de aprendizagem e outras plataformas demandam formação e atualização permanente por parte de todos: alunos, professores, tutores, técnicos. Além do conhecimento da utilização de outras plataformas de interação virtual por parte daqueles usuários externos à instituição e que participarão das atividades.

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância compreende a importância das atividades de extensão para a formação integral do alunado. Para isso, depende-se a necessidade de uma soma de esforços (coordenação, colegiado, estudantes e professores, universidade e demais atores que podem ser envolvidos) na concepção, planejamento e realização de atividades de extensão devidamente relacionadas à realidade do Curso a distância.

A extensão é interpretada como parte constitutiva da formação dos discentes e os projetos de extensão precisam estar articulados com os desafios e rotinas do ensino e da pesquisa, segundo as peculiaridades de um Curso a distância. Nesse contexto, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) disponibilizadas tem

que viabilizar as atividades de extensão que, por sua vez, precisam juntar duas pontas, tal como se concebe na pesquisa: de um lado, a interdisciplinariedade implicada tanto no ambiente de formação quanto nos conteúdos que afluem para a formação dos estudantes, e a integração da extensão com as escolas da rede pública de ensino.

Compreende-se que os resultados dos projetos de extensão podem retroalimentar todo o ciclo de ensino-aprendizagem, atualização da formação do professor e do estudante, trazendo insumos importantes para o redimensionamento da avaliação e mudanças no planejamento e reestruturação do Curso.

Espera-se que os benefícios das atividades de extensão mostrem-se nos resultados presenciais e a distância de avaliação quantitativa e qualitativa do desempenho do alunado.

A Universidade Federal de Alagoas não se considera proprietária de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, ao participar dessa sociedade, é sensível aos seus saberes, problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas próprias atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes em Alagoas, no Nordeste e no Brasil, a ação cidadã da UFAL não pode prescindir da efetiva difusão do conhecimento nela produzidos. Portanto, as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica são, também, consideradas sujeito desse conhecimento, o que lhes assegura pleno direito de acesso às informações e produtos então resultantes.

Neste sentido, a prestação de serviços é considerada produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e extensão, devendo ser a realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

Sobre as atividades curriculares de extensão no Curso Ciências Sociais serão contempladas, intrinsecamente às ações de ensino e de pesquisa, na forma de programas e projetos de extensão utilizando-se, dentre outras, atividades de disciplinas obrigatórias ou eletivas para execução dos mesmos, sendo computada em pelo menos 10% da carga horária do Curso.

Para a complementação da carga horária mínima das atividades de extensão, a saber, 292 horas/aula, os estudantes podem participar de outras atividades curriculares vinculados às comunidades, em qualquer período do Curso, tais como: Pesquisa, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares. Todas as ações de extensão são registradas junto a coordenação de extensão da Unidade Acadêmica e na Pró-Reitoria de Extensão – PROEX.

3.5- A RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Curso de Ciências Sociais a Distância, atua em relação à responsabilidade social desenvolvendo a medida internalização de valores de cidadania, responsabilidade social, justiça e ética profissional contribuindo para a formação de profissional que lidará diretamente com a sala de aula. É no quesito responsabilidade social que este Curso preza pela formação humanística e visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural no qual está inserido.

No que diz respeito à formação técnica e científica, a responsabilidade recai sobre o ato de atuar em sala de aula, com foco em desenvolver atividades específicas da prática profissional em consonância com as demandas locais, regionais e nacionais, tais como as políticas públicas, a valorização da memória e do patrimônio cultural, a produção cultural e artística, as práticas e comportamentos políticos, os pleitos e características das comunidades tradicionais, rurais, quilombolas e indígenas. Nestes termos, destacamos a competência para empreender e tomar decisões, analisando criticamente as demandas educacionais, comportamentos e a realidade social.

O Curso se constitui em um canal de comunicação entre o ensino superior, a educação básica e demais espaços de aprendizagem e educação dentro do Estado de Alagoas, o que representa uma grande responsabilidade social para o Curso. Assim, ao entendermos às demandas de necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional, estamos assumindo que a responsabilidade social do Curso é orientada para resultados.

Desta maneira, considera-se que o investimento do Curso na formação de profissionais eticamente compromissados com a sociedade e cientes de sua responsabilidade social, bem como na produção e divulgação de conhecimentos resultantes de processos dialógicos junto aos diversos setores, grupos e movimentos sociais, objetiva contribuir para dirimir as desigualdades sociais presentes no estado e oferecer à sociedade instrumentos de investigação academicamente orientados para a ação social.

3.6- ACESSIBILIDADE

A UFAL atualmente possui um núcleo voltado para a promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado aos portadores de necessidades especiais em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

O Núcleo atua de forma a oferecer Atendimento Educacional Especializado – AEE- aos estudantes público-alvo. Esse atendimento tanto pode ser feito através de acompanhamento nas salas de aulas que os alunos frequentam, quanto em atividades na sala do NAC - Núcleo de Acessibilidade - em horário oposto ao das

aulas, para assessorar na confecção de trabalhos acadêmicos. Podemos fazer adaptação de materiais didáticos, além de capacitar para o uso de tecnologias assistidas, como por exemplo, recursos de informática para transformar textos em áudio para pessoas cegas.

O NAC também promove Cursos sobre recursos didáticos e assistência educacional à pessoas com deficiência, além de eventos sobre Educação Inclusiva abertos à toda a comunidade acadêmica. Em parceria com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP, promove Cursos para corpo técnico e docentes da universidade. Atua em parceria com o Grupo de Estudo e Extensão em Atividade Motora Adaptada (GEEAMA) e o Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI).

O Núcleo conta com o AEE - Atendimento Educacional Especializado, um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: autodeclararão. Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades.

Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, junta-se agora o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o art. 59 da Lei 12.764/2012, que afirma: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades.

Neste sentido, a Nota Técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 21 de março de 2013 orienta os sistemas de ensino no sentido de sua implantação. Em especial, recomenda que os PPC contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido.

No âmbito do Curso de Ciências Sociais-modalidade EAD, as orientações e recomendações são atendidas. A cada demanda recebida, ou na medida em que uma deficiência é identificada pelos tutores presenciais ou professores, a coordenação está munida de informações para fazer os devidos encaminhamentos junto ao Núcleo responsável na UFAL. NAC - Núcleo de Acessibilidade e

providenciar todos os materiais adaptados (braile, áudio, Recursos de acessibilidade à comunicação, Recursos de informática acessível, Guia intérprete, dentre outros), bem como dar o suporte necessário ao estudante. O objetivo é obter um diagnóstico mais especializado sobre a situação do aluno, bem como verificar as metodologias mais adequadas que os professores e colegiado devem fornecer para o estudante.

Cabe aqui ressaltar também que a editora da universidade, Edufal, nos últimos anos, tem se destacado no cenário nacional, dentre aquelas que mais produziram obras em braile. As obras na área de ciências sociais que tratam da realidade local têm sido contempladas com a versão em braile de várias de suas obras, o que possibilita o uso dos textos no curso, caso necessário.

3.7- INCLUSÃO

No ano de 2015 foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada Curso e turno ofertados pela UFAL para os alunos egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% (cinquenta por cento) das vagas foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita e 50% (cinquenta por cento) foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita.

Nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por Curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22% (sessenta e sete vírgulas vinte e dois por cento). A meta da UFAL é destinar até 2016 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas públicas.

3.8- PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

É considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes aspectos:

- a) Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- b) Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, terá direito a acompanhante especializado.

No âmbito do nosso curso de ciências sociais, a coordenação estará preparada para acompanhar o estudante por meio das seguintes estratégias: flexibilizar o tempo de avaliação, adotar metodologia pedagógica e avaliação própria para cada caso identificado, disponibilizar um monitor para acompanhá-lo, programa de educação individualizado para focar no tipo de transtorno identificado, promover estratégias de integração com os demais estudantes. Ademais do suporte da coordenação, poderemos recorrer à assistência psicológica da pró-reitora estudantil e NAC - Núcleo de Acessibilidade da UFAL.

3.9- OBJETIVOS DO CURSO

O Curso tem como finalidade formar licenciados em Ciências Sociais em condições de atuarem nas escolas da rede pública e privada, de acordo com as atuais exigências pedagógicas.

Tendo em vista essa finalidade, foram preconizados os seguintes objetivos:

- Oferecer uma formação em Ciências Sociais conforme as condições e exigências que caracterizam o mundo contemporâneo;
- Propiciar condições ao alunado de atualização constante em relação ao conhecimento produzido pelas Ciências Sociais e à dinâmica do processo ensino-aprendizagem, particularmente na perspectiva voltada ao entendimento das Ciências Sociais propiciando a sua positiva intervenção na perspectiva interdisciplinar de atuar sobre a realidade social circundante;
- Formar professores nos conhecimentos das Ciências Sociais para atuar nas disciplinas de Sociologia no Ensino Médio com habilidades desenvolvidas na perspectiva dos fundamentos didático pedagógicos, capazes de contribuir, efetivamente, para a formação e exercício da cidadania.

Como se pode verificar, a concepção do Curso em Ciências Sociais – Licenciatura a distancia está intimamente vinculada às orientações da Lei de Diretrizes e Base (Lei 9.394, de 20.12.1996) e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Ciências Sociais – Licenciatura (PARECER CNS/CES N° 492/2001), que enfocam o compromisso da instituição formadora em preparar profissionais para atuarem nas redes públicas e privadas do sistema educacional.

Nesse sentido, o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distancia prioriza uma concepção problematizadora e, portanto, não dogmática, das teorias e métodos enfocados em seu ordenamento curricular, possibilitando aos alunos um confronto crítico e contextualizado com as origens, continuidades e rupturas dos

mesmos. Tal concepção dá concretude a dois importantes princípios constantes do título II, artigo 3 III e VII, da LDB, que trata dos princípios e fins da educação nacional e enfatiza que o ensino deve ser ministrado com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e também na valorização do profissional da educação escolar.

3.10- COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distancia busca formar profissionais com conhecimentos, práticas e objetivos voltados principalmente para a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos das Ciências Sociais, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento científico social em saber escolar. O que, por sua vez, inclui: a formação para que nossos alunos atuem em programas de ensino, comprometidos com a investigação, a produção e a aplicação do saber artístico e técnico-científico, primando pelo reconhecimento e articulação das especificidades dos conteúdos e dos instrumentos necessários à formação do educando, reconhecendo na interdisciplinaridade entre os diversos campos do conhecimento, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na articulação entre teoria e prática de ensino, os princípios norteadores da formação pedagógica.

As habilidades, competências e atitudes dos egressos do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura a distância do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas – ICS/UFAL, estão organicamente amalgamadas às reflexões explicitadas nas diretrizes para a graduação definidas pela instituição, às recomendações presentes na LDB/96 (Lei nº 9394/96) e demais legislações pertinentes à formação de professores para a educação básica (Resolução CNE No. 2 de 01/07/2015, Resolução CNE/CEB 04/2010).

Logo, são competências e habilidades gerais do Curso de Ciências Sociais:

- Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica;
- Autonomia intelectual;
- Capacidade analítica;
- Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social;
- Compromisso social;
- Competência na utilização da informática;

E são competências e habilidades específicas do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura:

- Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino. (Parecer CNS/CES 492/2001).

3.11- PERFIL DO EGRESSO

O Curso Licenciatura em Ciências Sociais a distancia baseada nas Diretrizes Curriculares Para o Curso de Ciências Sociais – Licenciatura (Parecer CNE/CES 492/2001 de 03/04/2001) habilita, preferencialmente, para as seguintes modalidades de ensino:

- i. Professor da Educação Básica, Fundamental e Médio;
- ii. Atuando nas disciplinas de Sociologia no Ensino Médio;
- iii. Atuando nas disciplinas relativas às questões étnicas e multiculturais do Ensino Fundamental;
- iv. Atuando na gestão pedagógica, participando na elaboração de projetos com foco no processo de ensino e de aprendizagem, considerando que ensinar requer tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, quanto compreender o processo de construção do conhecimento;
- v. Atuando na realização de atividades de planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a entidades públicas ou privadas na área educacional;
- vi. Atuando na elaboração e análise de materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem;
- vii. Realizando pesquisas em ensino das Ciências Sociais, coordenando e supervisionando equipes de trabalho.

3.12- CAMPO DE ATUAÇÃO

Com o Curso, o licenciado em Ciências Sociais a distância poderá atuar de forma ética nas instituições de ensino Público e/ou Privado voltado para a Educação Básica (Ensino Médio) nas áreas da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política.

A formação oferecida permite que o egresso deste Curso trabalhe na proposição, implementação, gerenciamento e avaliação de políticas educacionais, programas e projetos relacionados à realidade social; no desenvolvimento de pesquisas educacionais de caráter científico, seja no ambiente acadêmico, seja nas instituições e órgãos públicos ou privados; na produção, tratamento e análise quantitativa e qualitativa de indicadores sociais, econômicos, políticos e culturais, bem como na produção e alimentação de banco de dados; em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância na área das Ciências Sociais. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria na área educacional.

3.13- INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

Quanto à articulação com as redes públicas de ensino, essa se dá observando-se os convênios firmados entre a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e aquelas, mediante contrato de parceria.

O curso de Licenciatura EAD possibilita ao aluno orientar seus estudos para a reflexão em torno da prática pedagógica nas atividades relacionadas às experiências desenvolvidas nas escolas, integrando, portanto, o conhecimento teórico e à realidade vivida. Dessa forma, acreditamos que haja certa consolidação na integração deste curso com a rede pública de ensino, tendo em vista que existem alguns projetos sendo desenvolvidos junto a elas. Além disso, poderemos citar o próprio PIBID, que é o programa de bolsas de iniciação à docência ligado, também, a rede pública, o qual permite ao aluno uma experiência no ambiente escolar antes de se formar.

Outro componente curricular obrigatório que proporciona a aproximação com a rede pública de ensino é o estágio, o qual está legalmente implementado neste curso. Não poderíamos deixar de citar o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências Sociais – XINGÓ, que também tem aproximado este curso a rede pública de ensino.

4 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1- ESTRUTURA CURRICULAR

A organização curricular proveniente do PARECER N° CNE/CES 492/2001 e da RESOLUÇÃO N°17 CNE/CES, de 13 de março de 2002, estabelece que os Cursos de Ciências Sociais devem se organizar em torno de três eixos: Formação Específica, Formação Complementar e Formação Livre.

Assim, a carga horária total do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura – modalidade a distancia - que é de 2920 (Dois mil, novecentos e vinte horas), a partir da definição de que o tempo mínimo e máximo para integralização são respectivamente de 8 (oito) e 12 (doze) semestres, será distribuída de modo que, as disciplinas do eixo de formação específica, que são aquelas que em sua maioria são ofertadas no âmbito do próprio Instituto de Ciências Sociais (ICS) e compostas por disciplinas obrigatórias e eletiva ligadas às áreas de antropologia, ciência política, sociologia ou ensino terão uma carga horária de 960 (novecentos e sessenta) horas e de 60 (cento e oitenta) horas, respectivamente. Essas são disciplinas teóricas, metodológicas ou que contemplam os desdobramentos temáticos no interior das referidas áreas.

Também constituem esse eixo específico de formação as disciplinas de formação docente, as quais são ofertadas pelo Instituto de Ciências Sociais, pelo Centro de Educação (CEDU), pela Faculdade de Letras, além de outras unidades, e que também abarcam tanto as dimensões teóricas como as dimensões práticas, voltadas para o ensino e que permitem o exercício desses conhecimentos, de modo que possam ser inquiridos e aplicados à compreensão, planejamento, execução e avaliação de situações envolvendo o processo de ensino e aprendizagem, cuja carga horária será de 780 (setecentos e oitenta) horas.

O eixo de formação complementar é aquela fornecida por outras áreas fora das Ciências Sociais, e que possibilitam ao aluno conhecer algumas das diferentes interfaces do Curso, bem como explorar as possibilidades de diálogo com outras áreas. Parte da carga horária complementar é constituída por disciplinas obrigatórias, referidas nas competências básicas direcionadas pelo Curso e corresponde 300 (duzentas e vinte) horas.

A formação livre é composta pelas atividades de Estágio Supervisionado que possui uma carga horária de 400 (quatrocentas) horas, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – 220 (Duzentas e vinte) horas – e Atividades Complementares – 200 (duzentas) horas. Nessas o aluno aprofundará o conhecimento disciplinar adquirido através do contato com a prática no campo profissional. Essas atividades possibilitam ao aluno o contato mais direto com as atividades relacionadas às diferentes áreas das Ciências Sociais. Na mesma linha da valorização da autonomia na formação acadêmica, elas pressupõem um engajamento ativo do aluno no desenvolvimento das diferentes áreas, na escolha de temáticas de investigação, e da apropriação dos conhecimentos adquiridos para realização de interfaces profissionais.

Além disso, consideramos importante a abordagem e a inclusão neste PPC dos temas da ética e da cidadania, da sexualidade e das relações de gênero, da diversidade cultural, meio ambiente, Direitos Humanos e as questões de poder associadas a esses temas, reconhecendo que a reflexão sobre eles no campo das Ciências Sociais é a base da contextualização dos conteúdos (proposta nos PCN de Ensino Médio) e do tratamento dos Temas Transversais (conforme os PCN de Ensino Fundamental). Esses temas estão incluídos nos conteúdos das disciplinas e atividades curriculares do referido Curso, além de estar de acordo com a Resolução N° 01, de 17 de junho de 2004; a Lei N° 10.639, de 09 de janeiro de 2003; a Lei N° 11.645, de 10 de março de 2008; e o PARECER CNE/CP 09/2001.

As atividades curriculares de extensão no Curso Ciências Sociais serão contempladas, intrinsecamente às ações de ensino e de pesquisa, na forma de programas e projetos de extensão utilizando-se, dentre outras, atividades de disciplinas obrigatórias ou eletivas para execução dos mesmos, sendo computada em pelo menos 10% da carga horária do Curso, totalizando 292 horas.

Busca-se, ainda, o comprometimento em proporcionar oportunidades e vivências no campo da pesquisa para o corpo discente. Para isto, são dispendidos esforços inovadores para se fomentar a vivência da pesquisa em se tratando de uma Licenciatura em Ciências Sociais e ofertada na modalidade a distância.

A matriz pretende combinar uma formação de sólida base teórico-metodológica e humanista às especializações necessárias ao exercício das atividades docentes. Dessa forma o eixo de formação específica procura conjugar um núcleo de conhecimento teórico e humanista a e especializações que permitam a construção de trajetórias alternativas e individualizadas. Desse modo, além da possibilidade de ter uma formação geral em Ciências Sociais, o Curso de Licenciatura possibilita ao aluno orientar seus estudos para a reflexão em torno da prática pedagógica, à medida que vão tendo contato com os conteúdos específicos e de caráter pedagógico, além de poderem questionar e/ou ampliar tais reflexões nas atividades relacionadas às experiências desenvolvidas nas escolas, integrando, portanto, o conhecimento teórico e à realidade vivida.

4.2- DIRETRIZES METODOLÓGICAS

A proposta metodológica do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura – modalidade a distancia constitui-se no polo aglutinador em torno do qual, se articulam os diferentes momentos formativos, previstos na matriz curricular. Sua concepção emana das epistemologias que concebem a formação em Ciências Sociais e o ensino, como vertente emancipatória pela aprendizagem consciente, criativa, plena e crítica. A integralização das disciplinas organiza-se em conformidade com as orientações e reflexões, advindas das concepções elaboradas pelo corpo docente, uma vez que se tornam imprescindíveis as percepções daqueles que estão responsáveis pelas progressões das aprendizagens no desenvolvimento da formação docente.

Tem seu referencial metodológico orientado, principalmente, pela sua Espiral da Docência, que traz a singularidade de pensar e organizar seu desenvolvimento, buscando vivenciar, organizar, analisar e refletir criticamente sobre o contexto das Ciências Sociais e das inúmeras escolas do estado de Alagoas, que se enumeram ao longo de tantos espaços sociais, quase indiscriminadamente, ao mesmo tempo também, que objetiva estudar detalhadamente, os processos e fundamentos de escolarização, de importâncias ímpares na construção e elaboração dos saberes de vida e cidadania.

Os princípios metodológicos, que orientam o ensino e a aprendizagem do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura privilegiam a análise e a resolução de situações-problema como estratégias didáticas. O estudante, através do requisito básico da práxis para constituição de competências, se insere na realidade e no debate contemporâneo, que o qualifica frente aos desafios próprios das suas condições profissionais. Todos os tipos de conhecimentos, elencados ao desenvolvimento profissional, desde as questões culturais, sociais, econômicas, até a própria perspectiva humana e profissional, devem ter assegurados os seus entendimentos reflexivos através da relação teoria-prática.

A metodologia que permeia os planos de ensino do Curso é pautada na premissa da interdisciplinaridade, o que fica evidenciado, especialmente nas relações que são estabelecidas nos diversos eixos que compõem a matriz curricular. Por meio das atividades desenvolvidas, os alunos demonstram e aplicam suas competências, ou seja, vivenciam situações do cotidiano, agregando o conhecimento de diversas disciplinas desenvolvidas. Acrescenta-se a isso as questões relativas à ética e à responsabilidade social que são relevantes no processo de desenvolvimento de projetos da área.

O planejamento e a avaliação são componentes fundamentais para se garantir um desenvolvimento curricular acompanhado por um desempenho de excelência dos alunos, mediado pelo caráter crítico. Assim, faz-se a avaliação formativa como integrante básica de diagnóstico, regulação, finalização e integração de saberes e competências da sua formação.

O delineamento metodológico é apresentado de forma mais específica e detalhada nos planos das disciplinas. De uma forma genérica, os professores se utilizam de atividades como:

a) **Ensino teórico:** Aulas expositivas dialogadas, nas quais os conteúdos programáticos podem ser abordados em nível básico, avançado ou aprofundado, consoante a natureza da matéria ou localização curricular, quer do ponto de vista conceitual ou experimental. Elas ocorrem a partir da necessidade dos acadêmicos, geralmente a partir de discussão de conteúdo por meio de técnicas de discussão em grupo. Essas aulas serão disponibilizadas pelos professores no ambiente virtual de aprendizagem e em momentos presenciais nos pólos, de acordo com o planejamento da disciplina.

b) **Ensino prático:** Observar e sistematizar práticas cotidianas, como também, desenvolver atividades que aproximem o aluno da realidade educacional,

dos espaços escolares e não escolares, propiciando, a capacidade de reflexão-crítica sobre os fatos e acontecimentos da realidade em que está inserido, podendo intervir com ações que minimizem os problemas detectados.

c) **Aulas presenciais:** O currículo desenvolvido será complementado com encontros presenciais conduzidos pelos professores ou mediados pelo uso de recursos tecnológicos, tais como vídeo-aulas, áudios ou videoconferências, em todos os pólos. Tais atividades serão conduzidas pelos professores com o auxílio dos tutores presenciais com o objetivo de proporcionar momentos de aprendizagem dos conteúdos e de desenvolvimento das habilidades propostas nos Planos de Curso. Seu planejamento consiste em aulas dialogadas, caso seja considerado necessário pelo professor, e na sistematização de momentos de autoaprendizagem, com a utilização de recursos das tecnologias da informação e comunicação (TICs), organizadas com estratégias didáticas como, por exemplo, estudos dirigidos, estudos de caso, pesquisas bibliográficas, resolução de exercícios, dentre outras, conforme a proposta de cada disciplina.

A realização dessas atividades pelos discentes deve seguir um cronograma organizado, e previamente divulgado, pela coordenação do Curso e, em respeito ao Calendário da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Deste modo, a formação do egresso do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura – está diante de parâmetros que desenvolvam sua consciência crítica e autorreguladora, seu posicionamento diante das necessidades e possibilidades da comunidade.

4.3- TRANSVERSALIDADE TEMÁTICA CURRICULAR

Conforme assinalado anteriormente, consideramos importante a abordagem e a inclusão neste PPC dos temas da ética e da cidadania, da sexualidade e das relações de gênero, da diversidade cultural, meio ambiente, Direitos Humanos e as questões de poder associadas a esses temas, reconhecendo que a reflexão sobre eles no campo das Ciências Sociais é a base da contextualização dos conteúdos (proposta nos PCN de Ensino Médio) e do tratamento dos Temas Transversais (conforme os PCN de Ensino Fundamental). Esses temas estão incluídos nos conteúdos das disciplinas e atividades curriculares do referido Curso, além de estar de acordo com a Resolução N° 01, de 17 de junho de 2004; a Lei N° 10.639, de 09 de janeiro de 2003; a Lei N° 11.645, de 10 de março de 2008; e o PARECER CNE/CP 09/2001.

O Eixo da Ciência Política dentro do Curso compreende a transversalidade como elemento constitutivo, tanto das ementas das disciplinas, quanto do próprio processo de consecução da relação ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o tratamento dado, seja aos conteúdos, seja às bibliografia especializadas em cada disciplina versam, sobretudo, acerca dos eixos estipulados como possíveis fios condutores da prática interdisciplinar: os temas transversais. É nesse sentido que entre as disciplinas de Ciência Política do eixo do Curso, a saber: as disciplinas I, II

e III, compreendem de maneira dialógica a relação entre a Teoria Política e a pesquisa em Ciência Política com os temas transversais que estruturam nossas escolhas didáticas, sobretudo os temas relacionados à democracia, direitos humanos, meio ambiente, pluralidade e acessibilidade. Com isso buscamos não somente estimular os alunos à reflexão e a pesquisa relacionada a estas temáticas, mas sobretudo, imprimir sobre os alunos uma formação humanística crítica, tendo em vista que tornar-se-ão professores do Ensino Médio em escolas cercadas de uma realidade complexa e múltipla como a alagoana.

As disciplinas de Antropologia relacionam conteúdos com temáticas que envolvem questões políticas históricas e contemporâneas. Por exemplo, o processo de dominação colonial é abordado em contextos históricos específicos, focalizando a própria relação entre o desenvolvimento da Antropologia e o colonialismo (Antropologia I e II), quando colônias britânicas e francesas sempre foram os lugares onde os antropólogos desses países investigaram. Numa outra perspectiva, é abordado o processo de descolonização (Antropologia III), quando países se emanciparam de suas colônias, surgindo uma tendência na Antropologia em que os próprios nativos se especializam e a pesquisa se torna participativa, engajada, através da qual se adota uma nova proposta de orientação metodológica. É no período pós-guerra que se discute amplamente perspectivas antropológicas contra o racismo e da valorização à diversidade cultural. É ainda nessa disciplina de Antropologia III que fenômenos relacionados à interculturalidade, multiculturalidade e globalização são interligados às abordagens contemporâneas vinculadas aos direitos históricos de povos minoritários, ou contextos de minorias sociais marginalizadas e excluídas que fazem parte de processos de legitimação de seus direitos. Afinal, a Antropologia no Brasil (como é abordada na Antropologia IV) é historicamente caracterizada por estudos do nosso outro interno (populações indígenas e minoritárias) que tem vínculo direto com a própria formulação de legislação indigenista. Assim, a política indigenista no Brasil contemporâneo vem sendo marcada por orientação antropológica que não prioriza questões raciais, mas sim o fenômeno da etnicidade para se compreender e legitimar a identidade dessas populações presentes no Brasil (como grupos étnicos indígenas e populações quilombolas). Dessa forma, as disciplinas de Antropologia dialogam entre si proporcionando aos alunos uma formação dentro de temáticas da transversalidade, focalizando principalmente aspectos relacionados aos direitos humanos.

A transversalidade entre temas e também entre abordagens disciplinares faz parte da tradição do conhecimento sociológico e está presente no eixo que forma a cadeia de disciplinas ministradas pelos professores da Sociologia. Além de termos uma intensa participação no ministério da disciplina Fundamentos Histórico e Filosóficos das Ciências Sociais, as disciplinas de formação básica – Sociologia I, II e III – contemplam diálogos com diferentes áreas disciplinares como Educação, Estudos da religião, Antropologia e Biologia, particularmente em Sociologia II, Economia, Filosofia e Antropologia, em Sociologia I, Filosofia, Psicologia, Estudos Culturais, Teoria Política, Pragmática Linguística em Sociologia III. Na disciplina “Pensamento Social Brasileiro”, a transversalidade é condição de ministério da disciplina pois requer abordar as origens de tradições intelectuais sobre a vida social no Brasil, implicando tratar da importância da literatura, do pensamento jurídico,

biológico, antropológico, psicológico e sociológico para a formação de um repertório de ideias, metodologias e temas de investigação nas Ciências Sociais brasileiras. Ademais, as eletivas são frequentemente ministradas a partir das recentes descobertas de professores em suas pesquisas, apresentando em sala os diálogos que realizam com outras áreas a partir de suas leituras com novas bibliografias.

4.4- INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade pretende ser implementada por diferentes estratégias. Através do estímulo aos professores de uso de material audiovisual que ofereça visões diferentes dos temas trabalhados em sala de aula. Adicionalmente, pelo estímulo a que professores convidem professores de outras áreas para apresentações de temas abordados em sala a partir do ponto de vista disciplinar do convidado, estimulando o diálogo entre abordagens. Estímulo a que professores adotem abordagens pedagógicas que estimulem o estudante à pesquisa de abordagens diferentes e as apresente em sala de aula, fazendo que interdisciplinaridade se torne uma atitude rotineira de estudo.

Em suma, a matriz pretende combinar uma formação de sólida base teórico-metodológica e humanista às especializações necessárias ao exercício das atividades docentes. Dessa forma o eixo de formação específica procura conjugar um núcleo de conhecimento teórico e humanista a e especializações que permitam a construção de trajetórias alternativas e individualizadas. Desse modo, além da possibilidade de ter uma formação geral em Ciências Sociais, o Curso de Licenciatura possibilita ao aluno orientar seus estudos para a reflexão em torno da prática pedagógica, à medida que vão tendo contato com os conteúdos específicos e de caráter pedagógico, além de poderem questionar e/ou ampliar tais reflexões nas atividades relacionadas às experiências desenvolvidas nas escolas, integrando, portanto, o conhecimento teórico e à realidade vivida.

4.5- EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002, Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. A Resolução CNE/CP nº 02/2012 define formas de sua implementação nos currículos dos Cursos superiores.

O Curso de Ciências Sociais – Licenciatura a distancia atende à legislação por meio da interdisciplinaridade na conformação das disciplinas específicas do Curso, tais como: tais como: GEOGRAFIA HUMANA; CIÊNCIA POLÍTICA 3; HISTÓRIA GERAL; HISTÓRIA DO BRASIL; INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS PÓS-1988; SOCIOLOGIA URBANA; PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO.

Cabe ressaltar que o curso de Ciências Sociais, de forma compulsória, não pode se furtar de tratar de questões relacionadas ao meio ambiente e à educação

ambiental, seja em disciplinas que abordam diretamente a questão ambiental ou em disciplinas que abordam questões que podem suscitar a discussão da temática ambiental.

4.6- RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

Em atenção à Lei 10.639/2003, à Lei 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 03/2004 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, os PPC da UFAL vem tratando a temática de forma transversal.

No Curso de Ciências Sociais – Licenciatura a distancia atende a legislação por meio da adoção de disciplina específica, **História e cultura afro-brasileira e indígena**, e trata dos seguintes temas: História da África e dos africanos no Brasil; História indígena e indigenismo no Brasil; Relações étnico-raciais no Brasil; Culturas afro-brasileiras e indígena.

A disciplina tem como objetivo principal proporcionar ao aluno uma compreensão das relações entre grupos étnicos presentes na história e sociedade brasileiras. Focaliza-se a especificidade da presença de povos autóctones e transplantados para o Brasil durante o escravismo colonial. Também se pretende viabilizar a compreensão da expansão do campo indigenista no país, focalizando experiências históricas de políticas implantadas em diferentes momentos e as relações estabelecidas entre o Estado e esses povos; proporcionando ao aluno uma formação acadêmica engajada com contextos contemporâneos de direitos históricos e constitucionais de grupos étnicos. É uma disciplina vinculada ao entendimento de direitos históricos desses grupos étnicos presentes no Brasil contemporâneo.

4.7- EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Educação em Direitos Humanos na UFAL adéqua-se à Resolução CNE/CP n. 01/2012 e está institucionalizada pela Parecer CNE/CP 08/2012. Sua inserção nos PPC dos Cursos deve ocorrer pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

O Curso de Ciências Sociais – Licenciatura a distancia atende à legislação por meio da interdisciplinaridade na conformação das disciplinas específicas do Curso. As disciplinas que tratam da temática educação em direitos humanos: Introdução às Ciências Sociais; Ciência Política II; Sociologia I; História do Brasil; Planejamento, Currículo e Avaliação; Antropologia Visual; Instituições Políticas

Brasileiras Pós-1988. Dessa forma, o curso ao longo do seu processo de ensino-aprendizagem visa promover a formação para a vida, no exercício dos direitos humanos, estimulando a intervenção dos alunos, de forma consciente na política, nas organizações sociais, na economia, na cultura, nos diversos níveis da sociedade para a promoção de Direitos Humanos.

4.8- LIBRAS

De acordo com o Art. 3º do Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

No Curso de Ciências Sociais – Licenciatura a distancia atende a legislação por meio da adoção de disciplina Libras como parte da carga horária obrigatória do Curso. Os temas abordados nas disciplinas são: Adquirir conhecimento em LIBRAS; Soletração; Expressar; Usar bastante a percepção visual; Conhecer expressão facial e corporal; Usar Classificadores; Conhecer a Educação de Surdos; Proporcionar o conhecimento da Educação de Surdos e o aprendizado básico da Língua de Sinais – LS. Busca-se, por meio desta disciplina propiciar a aprendizagem de aspectos culturais e linguísticos gerais e de uso de Libras, através de situações contextualizadas e que consideram o processo de inclusão.

4.9- FAMILIARIDADE COM A MODALIDADE EAD

Para que os alunos iniciantes possam se familiarizar com a modalidade e suas ferramentas, será ofertada uma disciplina do eixo de formação complementar, Introdução à EAD no primeiro semestre do Curso. Ademais, os alunos contam com o apoio dos tutores presenciais para sanar dúvidas por meio de atendimento nos pólos.

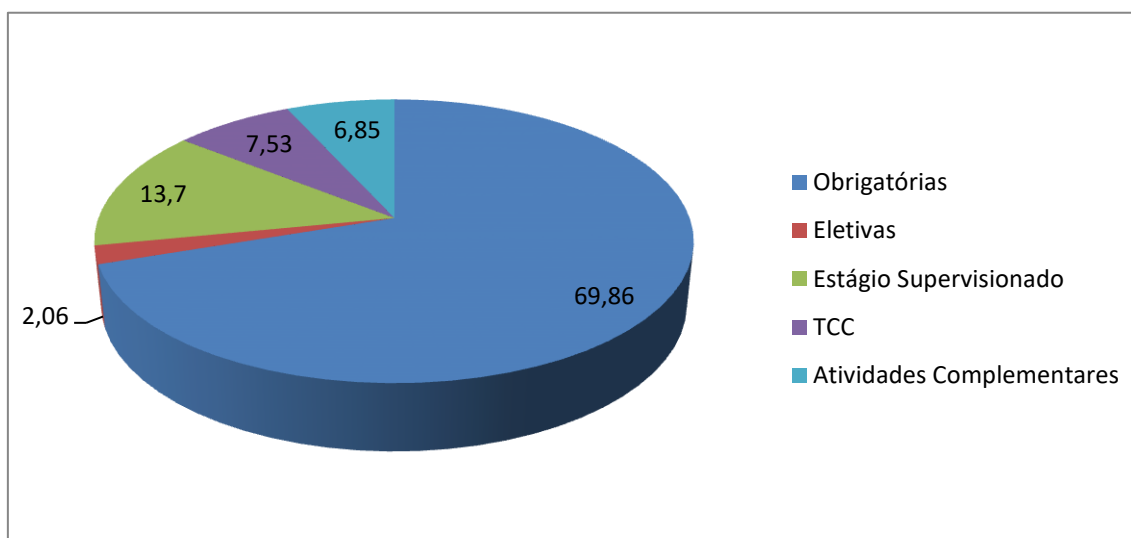
5 - COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DO CURSO

A carga horária total do Curso de licenciatura de Ciências Sociais, modalidade a distância, é de 2920 horas. Desse total, 1020 horas são dedicadas à disciplinas de formação específica nas áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia; 780 horas à disciplinas de formação docente; 300 horas à disciplinas do eixo Complementar; além de 820 horas para atividades de formação livre, dentre elas: Estágio Supervisionado, Atividades Complementares e TCC.

5.1- DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

Os componentes curriculares obrigatórios estão divididos da seguinte forma:

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	%
Obrigatórias	2040	69,86
Eletivas	60	2,06
Estágio Supervisionado	400	13,70
TCC	220	7,53
Atividades Complementares	200	6,85
Total	2920	



5.2- DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS DO CURSO POR SEMESTRE

A tabela, a seguir, apresenta detalhadamente a distribuição das disciplinas por semestre, créditos, carga horária teórica e prática:

N.	DISCIPLINA	TIPO	CH SEMANAL	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL	
1° Semestre							
1	Introdução à EaD	OBR	12	20	40	60	
2	Introdução às Ciências Sociais	OBR	12	40	0	60	
3	Geografia Humana	OBR	12	40	0	60	
4	Profissão Docente	OBR	12	60	0	60	
5	Organização do Trabalho Acadêmico	OBR	12	60	0	60	
6	Projeto Integrador 1	OBR	8	0	40	40	
	Subtotal						340
2° Semestre							
7	Antropologia 1	OBR	12	60	0	60	
8	Ciência Política 1	OBR	12	60	0	60	
9	Sociologia 1	OBR	12	60	0	60	
10	História Geral	OBR	12	60	0	60	
11	Política e Organização da Educação Básica	OBR	16	80	0	80	
12	Projeto Integrador 2	OBR	8	0	40	40	
	Subtotal						360
3° Semestre							
13	Antropologia 2	OBR	12	60	0	60	
14	Ciência Política 2	OBR	12	60	0	60	
15	Sociologia 2	OBR	12	60	0	60	
16	História do Brasil	OBR	12	60	0	60	
17	Desenvolvimento e Aprendizagem	OBR	16	80	0	80	
18	Projeto Integrador 3	OBR	8	0	40	40	
	Subtotal						360
4° Semestre							
19	Antropologia 3	OBR	12	60	0	60	
20	Ciência Política 3	OBR	12	60	0	60	
21	Sociologia 3	OBR	12	60	0	60	
22	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	OBR	12	60	0	60	
23	Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem	OBR	16	80	0	80	
24	Projeto Integrador 4	OBR	8	0	40	40	
	Subtotal						360
5° Semestre							
25	Antropologia 4	OBR	12	60	0	60	
26	Ciência Política 4	OBR	12	60	0	60	
27	Sociologia 4	OBR	12	60	0	60	
28	Metodologia das Ciências Sociais	OBR	12	40	20	60	

29	Estágio Supervisionado 1	OBR	20	100	0	100
30	Projeto Integrador 5	OBR	8	0	40	40
	Subtotal					380
6° Semestre						
31	Projeto Pedagógico e Organização e Gestão do Trabalho Escolar	OBR	16	80	0	80
32	Pesquisa Educacional	OBR	12	60	0	60
33	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais	OBR	12	30	30	60
34	Estágio Supervisionado 2	OBR	20	100	0	100
35	Projeto integrador 6	OBR	8	0	40	40
	Subtotal					340
7° Semestre						
36	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	OBR	12	30	30	60
37	Estágio Supervisionado 3	OBR	20	100	0	100
38	Projeto Integrador 7	OBR	8	0	40	40
	Subtotal					200
8° Semestre						
39	Estágio Supervisionado 4	OBR	20	100	0	100
40	Disciplina eletiva	ELE	12	40	20	60
	Subtotal					160
	Total			2080	420	2500

5.3- DISCIPLINAS ELETIVAS

O aluno deve cursar pelo menos uma disciplina eletiva ao longo do curso, a partir do quinto período. As opções estão listadas a seguir:

DISCIPLINA	CH TOTAL	CH TEÓRICA	PRÁTICA
ANTROPOLOGIA VISUAL	60	40	20
ETNOGRAFIA: METODOLOGIAS E POLÍTICAS DO TRABALHO DE CAMPO	60	40	20
INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS PÓS-1988	60	40	20
DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS	60	40	20
SOCIOLOGIA URBANA	60	40	20
SOCIOLOGIA RURAL	60	40	20
SOCIOLOGIA DA CULTURA	60	40	20
SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO	60	40	20

TERCEIRO SETOR E ONGs	60	40	20
POLÍTICA E EDUCAÇÃO	60	40	20
FORMAÇÃO DOCENTE E ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/SOCIOLOGIA	60	40	20

5.4- ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”. A Resolução 71/2006 do CONSUNI trata sobre a questão do estágio na UFAL.

No CURSO DE LICENCIATURA EM Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distancia, o estágio supervisionado será gerido pelo Coordenador de estágio e será realizado em escolas conveniadas das redes públicas municipais, estaduais, federais e privadas credenciadas.

Para atender o que determina a legislação, Lei Nº 11.788 de 25/09/2008, será de responsabilidade do Professor Orientador do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura, com o auxílio dos tutores, o encaminhamento e acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas pelos estagiários.

Para que o acompanhamento seja realizado de forma adequada, as instituições de ensino para as quais serão conduzidos os estagiários deverão, única e exclusivamente, estar localizadas nos municípios em que existem polos de educação a distância em que são ministradas aulas do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e em municípios contíguos aos municípios com esses polos.

O Estágio Supervisionado terá como objetivo maior propiciar aos estudantes a vivência direta no ambiente escolar, mediante a participação efetiva destes nas atividades escolares. Além disso, busca fomentar o conhecimento sobre o desenvolvimento do ensino da Sociologia em toda a Educação Básica. Para atingir os objetivos propostos os Estágios Supervisionados serão divididos da seguinte forma:

- Estágio Supervisionado I – o professor orientador irá abordar temas relativos à problematização do espaço escolar enquanto objeto de investigação das Ciências Sociais e encaminhará os estagiários para instituições de ensino que ofertem turmas de Ensino Médio para a execução da pesquisa, da observação e do desenvolvimento de atividades direcionadas ao ensino da Sociologia nessa etapa da Educação Básica;

- Estágio Supervisionado II – o professor orientador fará reflexões em torno dos primeiros manuais de sociologia, bem como acerca do currículo de Ciências Sociais no Brasil e Alagoas, encaminhará os estagiários para instituições de ensino

que ofertem as turmas de Ensino Médio para a execução da pesquisa, da observação e do desenvolvimento de atividades direcionadas ao ensino da Sociologia nessa etapa da Educação Básica;

- Estágio Supervisionado III – o professor orientará acerca do planejamento e da execução das aulas, bem como promoverá discussões em torno dos desafios postos ao planejamento das aulas, encaminhará os estagiários para instituições que ofertem as turmas de Ensino Médio, objetivando a prática do ensino e pesquisa, como também, a vivência das atividades cotidianas da escola referentes a essa etapa da Educação Básica;

- Estágio Supervisionado IV – o professor orientará acerca das estratégias didáticas, avaliativas e metodológicas em termo da prática de ensino em Ciências Sociais, encaminhará os estagiários para instituições de ensino que ofertem as turmas de Ensino Médio objetivando a prática do ensino e pesquisa, como também, à vivência das atividades cotidianas da escola referentes a essa etapa da Educação Básica.

Em conformidade com a Lei Federal 11.788 de 25 de setembro de 2008, com a Resolução 71/2006-CONSUNI e com as Normas do Estágio Curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais - Licenciatura, após a finalização de cada etapa do Estágio Supervisionado, o aluno deverá apresentar, um relatório final, como condição para aprovação. O Relatório de Estágio é um documento individual, que registra todas as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado.

A carga horária mínima será a que fica efetivada para integralização do currículo, mesmo que o aluno tenha realizado mais horas. Pode o aluno requerer a utilização do que ultrapassar desse valor (400 h) para efeitos de atividade complementar. Os estágios não obrigatórios terão supervisão indireta dos docentes, e para consignação como carga horária complementar, deverão ser analisados pelo Colegiado de Curso no que diz respeito à pertinência na formação profissional do aluno.

Quanto à articulação com as redes públicas de ensino, essa se dá observando-se os convênios firmados entre a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e aquelas, mediante contrato de parceria.

O Curso de Licenciatura em Ciências sociais a distância regulamentou o estágio supervisionado por meio da Resolução do colegiado 01/2016 em anexo.

5.5- TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso está institucionalizado através da Resolução Nº 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005 que em seu Art. 18 afirma: “O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFAL”.

Portanto, o TCC não se constitui como disciplina, não tendo, portanto, carga horária fixa semanal, sendo sua carga horária total prevista no PPC e computada para a integralização do Curso.

Nesta perspectiva, cada PPC toma para si a responsabilidade de definir a forma de realização, acompanhamento. Apresentação e avaliação do TCC, estabelecendo normas próprias.

No Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, o TCC deverá atender aos seguintes objetivos determinados:

I – Capacitar o estudante para a elaboração de pesquisas e/ou experiências docentes nas áreas de concentração do Curso: Antropologia, Ciência Política, Sociologia ou Educação/ensino de Ciências Sociais, cabendo a ele escolher uma destas áreas para pesquisar;

II – Levar o estudante a correlacionar e aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no Curso;

III – Contribuir para o enriquecimento das diferentes linhas de pesquisa do Instituto de Ciências Sociais/ICS/UFAL, estimulando a produção científica que poderá estar articulada às necessidades da comunidade local, nacional e internacional.

Deverá ser um trabalho de natureza monográfica, técnica e científica, elaborado individualmente pelo estudante que será avaliada por uma banca composta pelo orientador e mais dois professores. As diretrizes específicas e orientações gerais para o desenvolvimento e a apresentação do TCC estão apresentadas na Resolução de TCC do Curso, em anexo.

5.6- ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares da UFAL estão institucionalizadas através da Resolução 4.122 do Consuni e previstas para se integralizarem em 200 horas.

Com exceção das atividades de monitoria com e sem bolsa, já regulamentadas pela UFAL, todas as outras precisam ser submetidas à aprovação do Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

- a) Monitoria: Atividade de monitoria tal como regulamentada pela UFAL. Um total de 12 horas;
- b) Iniciação Científica: Atividades de iniciação científica desenvolvidas junto a um ou mais professores, com o financiamento ou não das agências de fomento à pesquisa (FAPEAL, CNPq, etc.). Em qualquer um dos casos o professor deve submeter ao Colegiado do Curso o plano semestral e anual de atividades a serem desempenhadas. Um total de 12 horas;

- c) Participação em Congressos e Seminários Científicos de reconhecido valor científico, desde que na área de formação do(a) aluno(a) ou em áreas afins. Um total de horas equivalente àquelas freqüentadas na atividade;
- d) Atividades voluntárias desenvolvidas em organizações privadas, públicas e não governamentais. Estas atividades incluem também a atuação em movimentos comunitários e sociais, atividades de assessoria ou consultoria a movimentos comunitários e sociais, desde que demandem um esforço efetivo de utilização/aplicação dos conhecimentos obtidos no Curso às atividades desempenhadas;
- e) Estágios curriculares não obrigatórios;
- f) Realização de palestras
- g) Disciplinas oferecidas por outras instituições e/ou unidades acadêmicas não contempladas no currículo do Curso;
- h) Participação em empresas juniores e em núcleos de estudos e de pesquisas vinculados às áreas estratégicas do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – Licenciatura.

5.7- ATIVIDADES DE EXTENSÃO

As atividades de extensão, dentro do limite de carga horária prevista e para os fins estabelecidos e em consonância com o presente projeto pedagógico de Curso, podem ser: (a) estágios curriculares não-obrigatórios; (b) participação em projetos de extensão; (c) participação em palestras; (d) participação em eventos científicos (seminários, fóruns, encontros, congressos, etc.); (e) disciplinas eletivas e/ou mini-Cursos. As atividades a serem consideradas válidas para fins de certificação e registro acadêmicos obrigatoriamente precisam ser ministradas e/ou oferecidas por docentes, pesquisadores ou pessoal qualificado de universidades, centros de pesquisa, sociedades científicas e demais instituições correlatas e publicamente reconhecidas como de grande *status* acadêmico.

As atividades curriculares de extensão no Curso Ciências Sociais serão contempladas, intrinsecamente às ações de ensino e de pesquisa, na forma de programas e projetos de extensão utilizando-se, dentre outras, atividades de disciplinas obrigatórias ou eletivas para execução dos mesmos, sendo computada em pelo menos 10% da carga horária do Curso, totalizando 292 horas.

Todas as ações de extensão são registradas junto a coordenação de extensão da Unidade Acadêmica e na Pró-Reitoria de Extensão – PROEX.

5.8- EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES)

5.8.1- DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

EMENTA:

A sociologia pré-científica. O Renascimento. O Iluminismo e a sociedade contratual. A crise das explicações religiosas e o triunfo da ciência. A sociologia clássica. Positivismo: a primeira forma de pensamento social. A sociologia de Durkheim. A sociologia alemã: a contribuição de Max Weber. Karl Marx e a história da exploração do homem. A contribuição da antropologia e da ciência política à ciência da sociedade.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Problematizar como as Ciências Sociais podem servir como um instrumento reflexivo para a discussão de temas como Direitos humanos, Relações etno-raciais, cidadania, bem como para a construção de políticas públicas que visam a solução de problemas sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, Cristina (2000). Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade. São Paulo: Editora Moderna.

GIDDENS, Anthony (2005). Sociologia. São Paulo: Artmed.

WEBER, Max (1999). Conceitos Básicos de Sociologia. São Paulo: Editora Ática.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARON, Raymond (1982). As Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo: Editora Martins Fontes.

GIDDENS, Anthony (2000). Política, Sociologia e Teoria Social. São Paulo: UNESP.

IANNI, Octavio (1993). A sociedade global. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

BOBBIO, Noberto. MATTEUCCI, Nicola; PA.SQUINO, Gianfranco (Orgs.) (1986).. Dicionário de Política. Brasília: Editora UnB.

BOUDON, Raymond, BOURRICAUD, François (1993). Dicionário Crítico de Sociologia. São Paulo: Editora Ática.

ANTROPOLOGIA I

EMENTA:

O campo da investigação antropológica: Objeto, divisões e subdivisões da Antropologia. A formação da Antropologia científica: evolucionismo cultural do século XIX e seus limites. Antropologia e colonialismo. Etnocentrismo e relativismo cultural. Cultura e sociedade.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Introduzir o aluno no conhecimento da ciência antropológica, oportunizando reflexões acerca do seu campo de atuação, de seus principais conceitos e dos esquemas intelectuais dos antropólogos pioneiros; o desenvolvimento da teoria evolucionista do final do século XIX que foi caracterizado pelo eurocentrismo e baseado em aspectos racistas de compreensão do desenvolvimento da humanidade; apresentar os primórdios da antropologia e de sua relação com a

alteridade; explorar a vinculação entre colonialismo, o surgimento da antropologia e as principais correntes do pensamento antropológico no século XIX; familiarizar o aluno com conceitos-chave da antropologia, tais como cultura, etnocentrismo e relativismo cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOAS, Franz. “As limitações do método comparativo em Antropologia” in *Antropologia Cultural*. Organizado, apresentado e traduzido por Celso Castro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004, pp. 25-39.

CASTRO, Celso (org). *Evolucionismo Cultural*. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2009.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. 2ª edição. Bauru: Edusc, 2002.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LARAIA, Roque. **Cultura, um Conceito Antropológico**. 24ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Raça e historia**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LARAIA, Roque. *Cultura, um Conceito Antropológico*. 24ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Raça e historia*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. *História da Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 2010.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROCHA, Everardo P Guimarães. *O que é etnocentrismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

ECKERT, Cornelia ; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da . “Etnografia: saberes e práticas”. In: Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli. (Org.). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008, p. 9 a 24. Série Graduação.

ANTROPOLOGIA II

EMENTA:

O desenvolvimento da Antropologia moderna; o particularismo histórico, a escola de cultura e personalidade; o materialismo cultural na Antropologia norte-americana; o funcionalismo e a Antropologia Social britânica; a Antropologia e a escola francesa de Sociologia.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Proporcionar ao aluno – a partir do encontro entre o conhecimento por ele trazido e o acadêmico – um maior aprendizado sobre a teoria e a prática antropológicas, através de um aprofundamento sobre as características da Antropologia moderna e, conseqüentemente, acerca da importância do trabalho de campo por meio de uma revisão histórica de suas principais orientações teóricas e metodológicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Col. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Cosac & Naify, 2003. 535 p.

RADCLIFFE-BROWN, A R. *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*. Col. Antropologia. Nº 2. Petrópolis, Vozes, 1973.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOAS, Franz. *A mente do ser humano primitivo*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1988. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário 83, Tempo Brasileiro, MCT, CNPq.

DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. *História da Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 2010.

ANTROPOLOGIA III

EMENTA:

Antropologia e o processo de descolonização; os desdobramentos do estrutural-funcionalismo britânico: a escola de Manchester, a Antropologia dinâmica. Lévi-Strauss e o Estruturalismo francês; marxismo e Antropologia; Geertz, a Antropologia interpretativa e crítica pós-moderna nos EUA; novos temas e abordagens antropológicas da cultura em tempos de globalização.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Proporcionar ao aluno uma ampla compreensão do desenvolvimento da antropologia pós-segunda guerra mundial, no âmbito das teorias e das metodologias de abordagens e direção de estudos e pesquisas; desenvolver no aluno uma capacidade de entendimento crítico da disciplina, abordando aspectos de grande abrangência social como processo de descolonização, o movimento dos próprios nativos em se especializarem como antropólogos nativos, ou o engajamento adotado como orientação em trabalhos colaborativos, como parte integrante de processos de legitimação de direitos das populações estudadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer – uma descrição do modo de subsistências das instituições políticas de um povo nilota*. Col. Estudos. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1993.

SAHLINS, Marshall. Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOAS, Franz. A mente do ser humano primitivo. 2. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2010
CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1988. Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário 83, Tempo Brasileiro, MCT, CNPq.
DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. História da Antropologia. Petrópolis: Vozes, 2010.

ANTROPOLOGIA IV

EMENTA: Formação e desenvolvimento institucional da Antropologia no Brasil; a Antropologia da Sociedade Nacional; estudos indigenistas e Antropologia urbana no Brasil; principais orientações teóricas e temáticas tratadas na pesquisa antropológica no Brasil contemporâneo.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Fornecer ao aluno elementos para compreensão do desenvolvimento dessa ciência social no Brasil; focalizar como a Antropologia no Brasil é historicamente caracterizada por estudos do nosso outro interno (populações indígenas, ribeirinhas, minoritárias urbanas e rurais) que têm vínculo direto com a formação do povo brasileiro (de uma Antropologia da Sociedade Nacional). Compreender, portanto, como a política indigenista no Brasil contemporâneo vem sendo marcada por uma orientação antropológica que não prioriza questões raciais, mas sim o fenômeno da etnicidade para se compreender e legitimar as identidades e os direitos dessas populações.. Assim, viabiliza-se fornecer subsídios para os estudos desses grupos presentes no estado de Alagoas (como indígenas e quilombolas), proporcionando uma formação acadêmica e profissional aos alunos para melhor desempenho em suas práticas de docente em instituições de ensino médio e superior.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, c2009.
DURHAM, Eunice Ribeiro. A Dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala – introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1. 42ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.
NINA RODRIGUES, Raimundo. Os africanos no Brasil. Col. Brasiliana. Série V. Vol IX. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1932.
NOGUEIRA, Oracy. “Os estudos de comunidade no Brasil” in Pesquisa social introdução às suas técnicas. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, s/d, pp. 171-183.

RIBEIRO, Darcy; O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia de bolso, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976.

CORRÊA, Mariza. Antropólogas e Antropologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DURHAM, Eunice. A Caminho da cidade – a vida rural e a migração para São Paulo. 3ª ed. Col. Debates. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1984.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CIÊNCIA POLÍTICA I

EMENTA:

Introdução aos principais conceitos da ciência política: Estado, poder, democracia, liberdade e igualdade. Estudo analítico e contextualizado dos principais teóricos da Filosofia Política Ocidental: Aristóteles, Agostinho e Maquiavel.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Familiarizar o aluno com conceitos básicos da ação política e sua extensão para o conjunto das mais diferentes ações sociais. Proporcionar aos alunos a oportunidade de compreender que a política não é uma atividade restrita às instituições político-jurídicas, mas também presente nas rotinas cotidianas dos cidadãos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARISTÓTELES. A Política. In : OS PENSADORES. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1999.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MAQUIAVEL, Nicolau. OS PENSADORES. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. 12. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola;

PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). Dicionário de Política. Brasília: Editora UNB, 2007.

CHATÉLET, François. et ali. História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2000.

WEFFORT, Francisco C., (Org). Os Clássicos da Política. São Paulo: Ática, 1989.

CIÊNCIA POLÍTICA II

EMENTA:

Estudo do poder político e do Estado na modernidade a partir dos autores contratualistas: Hobbes, Locke e Rousseau. Stuart Mill e Karl Marx.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Reconhecer a importância da dimensão do conceito de contrato social para a ideia de democracia e sua interface com os conceitos de cidadania e direitos humanos. Assinalar a importância da crítica social e da ideia justiça social para o conceito contemporâneo de democracia

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HOBBS. Coleção Os Pensadores: São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LOCKE. Coleção Os Pensadores: São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ROUSSEAU, Jean Jacques. O Contrato Social. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto . Teoria das formas de governo. 9ª Ed. Brasília: Editora da UnB, 1997.

_____. Liberalismo e Democracia. São Paulo: Brasiliense: 2005

CHATÉLET, François. et al. História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELSTER, Jon. Marx hoje. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WEFFORT, Francisco C., Org., Os Clássicos da Política. São Paulo: Ática, 1989.

CIENCIA POLÍTICA III

EMENTA:

Pensamento político contemporâneo. Desenvolvimento e correntes da teoria democrática no século XX: democracia direta versus democracia representativa; "elitismo democrático"; "pluralismo"; liberalismo, republicanismo, comunitarismo; democracia participativa e democracia deliberativa. A relação entre ética e Ciência Política na teoria democrática.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Assinalar a importância da relação entre democracia e participação política, ampliando a dimensão da política para além da esfera jurídico-formal. Numerar as várias vertentes contemporâneas da democracia e sua interface com a constituição do Estado Democrático de Direito, o Meio Ambiente e os Novos Movimentos Sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DAVIS, Morton D. Teoria dos jogos. SP: Cultrix, 1970.

HUNTINGTON, Samuel P. O choque de civilizações. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARENDDT, Hanna (2007), A condição Humana. Ed. 10ª. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHÂTELET, François, DUHAMEL, Olivier e PISIER-KOUCHNER, Évelyne. História das ideias políticas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1990.

RAWLS, John (2000), Uma Teoria da Justiça. Ed.2ª São Paulo: Martins Fontes.

CIENCIA POLÍTICA IV

EMENTA:

O pensamento político no Brasil. Utopias fundadoras das matrizes liberal, positivista, marxista, populista e autoritária. O debate político institucional ao longo da história política brasileira. Visões da teoria política brasileira na atualidade.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Sublinhar os embates em torno dos vários projetos e modelos de nação desenvolvidos ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil, bem como sua interface com os valores democráticos, destacando a participação dos vários grupos políticos e sociais ao longo desse processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREYRE, Gilberto. 1990. Sobrados e Mucambos: Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil. 8ª edição, Rio de Janeiro: Record.

HOLANDA, Sérgio Buarque. 1993. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio.

PRADO JR., Caio. 1982. Formação Econômica do Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: José Olympio.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, José Murilo. 1990. A Formação das Almas. São Paulo: Companhia das Letras.

FERNANDES, Florestan. 1974. A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar.

FREYRE, Gilberto. Interpretação do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala – introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1. 42ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SOCIOLOGIA I

EMENTA:

Conceitos fundamentais das sociologias de Émile Durkheim e de Max Weber através da leitura de textos clássicos. Positivismo e Liberalismo. Organicismo e Darwinismo Social. PreCursos: Augusto Comte e Hebert Spencer. Sociologia Compreensiva. PreCursos: Georg Simmel, Rickert e Wilhelm Dilthey.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Situar as principais categorias analíticas surgidas no período, relacionando-as com a estrutura das transformações científicas surgidas no século XIX, assim como a estrutura de valores presentes naquele período nas sociedades europeias. Compreender, desse modo, o debate ético-moral em que os precursores da sociologia estavam envolvidos, destacando a força política assumida pelo tema dos direitos humanos e o princípio da dignidade humana universal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COMTE, A. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1978.
DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.
WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1967.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
COSTA, Cristina. Sociologia - Introdução à ciência da sociedade. Editora Moderna: São Paulo, 1997.
DURKHEIM, Émile. Sociologia e filosofia. São Paulo, Cone Editora, 1994.
QUINTEIRO, Tânia. Um toque de clássicos. Belo Horizonte, UFMG, 2003.
WEBER, M. Economia e sociedade. Vol. 1. Brasília: UnB, 2004.

SOCIOLOGIA II

EMENTA:

Conceitos fundamentais da teoria marxista através da leitura de textos clássicos; Hegel, Economia Clássica e Socialismo Utópico.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Fornecer uma visão panorâmica acerca do processo de expansão do capitalismo industrial, fomentando uma análise crítica e reflexiva acerca dos impactos políticos, ambientais, culturais e econômicos resultantes da consolidação das sociedades industriais, destacando a força e a velocidade das mudanças ambientais provocadas pelo advento da industrialização em larga escala, cujo resultado acabou comprometendo parte dos recursos naturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã I – Crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, Bruno Bauer e Stirner e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. Lisboa / Rio de Janeiro:Editorial Presença Martins Fontes, s/d.
MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Martin Claret, 2002.
MARX, K. e ENGELS, F. Manuscritos econômico-filosóficos. Martin Claret: São Paulo, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
COSTA, Cristina. Sociologia - Introdução à ciência da sociedade. Editora Moderna: São Paulo, 1997.
MARX, Karl. O capital. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
QUINTEIRO, Tânia. Um toque de clássicos. Belo Horizonte, UFMG, 2003.
TURNER, Jonathan H. Sociologia. Conceitos e aplicações. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

SOCIOLOGIA III

EMENTA:

Temas e debates da Teoria Social no contexto pós-guerra. As contribuições de Talcott Parsons para o debate da sociologia contemporânea. As abordagens microsociológicas da teoria social contemporânea. A teoria crítica da Escola de Frankfurt.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Promover uma reflexão abrangente e fiel sobre os métodos de construção de uma teoria da ação, notadamente no que diz respeito às relações entre agência e estrutura no debate norte-americano. Permitir que os discentes compreendam a construção de uma agenda empírica que passou a envolver novos temas e objetos no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, como o tema da diferença, da tolerância, do multiculturalismo, da descolonização e das novas identidades e pertencimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- PARSONS, Talcott. Sociedades. Perspectivas evolutivas e comparativas. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.
GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Unesp, 1998.
GOFFMAN, Erving. "Introdução", "Representação", "A arte de manipular a impressão" e "Conclusão", in A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ADORNO, Theodor W. Sociologia. São Paulo: Ática, 1986.
ARANTES, P. Adorno e Horkheimer (Coleção Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1991.
ELSTER, Jon. Peças e engrenagens das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Relimé-Dumará, 1994.
JOAS, Hans. "Interacionismo Simbólico", in GIDDENS, Na e TURNER, J. (orgs.) Teoria Social Hoje. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
QUINTANEIRO, Tânia. Labirintos simétricos. Introdução à teoria sociológica de Talcott Parsons. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

SOCIOLOGIA IV

EMENTA:

Estudos sobre a produção sociológica brasileira: tendências, contexto histórico e principais obras.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Promover uma reflexão sócio-histórica acerca da gênese do pensamento social brasileiro durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, chamando atenção para a presença recorrente do tema da mestiçagem, da raça, das classificações étnicas e regionais no interior do pensamento social brasileiro. Imprimir uma discussão que permita constatar os mecanismos de dominação e exclusão étnico-raciais, assim como a intensificação dos conflitos e das formas de controle étnico-raciais após a abolição da escravidão e Proclamação da República

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREYRE, Gilberto. Interpretação do Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1971.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª ed. 11ª reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 2001 [1936].
FERNANDES, Florestan. A sociologia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1977.
IANNI, Octávio. Sociologia e sociedade no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOMFIM, Manoel. A América Latina: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
CARVALHO, José Murilo de. "As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate". In: CARVALHO, José Murilo. Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
FERNANDES, Florestan. A Integração do negro na sociedade de classes. ALONSO, Angela. Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
LARRETA, Enrique Rodrigues e GIUCCI, Guilherme. Gilberto Freyre: uma biografia cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.

METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

EMENTA:

Formas de conhecimento. Abordagens filosóficas da ciência. O conhecimento científico e as Ciências Sociais. Paradigmas metodológicos. Os métodos qualitativos e quantitativos.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Possibilitar aos alunos, conhecimentos sobre as significações epistemológicas postuladas pelo método científico para análise e interpretação da realidade,

incentivando-os para a adoção de habilidades e proficiência na área da pesquisa social de maneira interdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

POPPER, Karl Raimund. Lógica das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Rio de Janeiro: Ed. da UnB, 1978.

WEBER, Max; COHN, Gabriel. A "objetividade" do conhecimento nas Ciências Sociais. 1. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, c2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

POPPER, Karl Raimund. Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1999.

BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

DURKHEIM, Émile. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais. Campinas, SP – Cortez, 2001.

RINGER, Fritz K. A metodologia de Max Weber: unificação das ciências culturais e sociais. São Paulo: EDUSP, c1997.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

EMENTA:

Elementos teórico-científicos da pesquisa social empírica. A construção do objeto de investigação. Dados secundários e sua importância para a pesquisa. Técnicas de levantamento de dados primários e suas implicações metodológicas. Tratamento da informação e análise de dados.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Possibilitar aos alunos conhecimentos dos diferentes métodos e técnicas de levantamento e análise de dados de pesquisa em Ciências Sociais e elaboração de projetos de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGRESTI, Alan & FINLAY, Bárbara. Métodos Estatísticos para as Ciências Sociais. São Paulo: Penso-Artmed, 2012

BOUDON, R. Os métodos em Sociologia. São Paulo: Ática, 1989.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisas em Survey. Belo Horizonte – MG: Editora UFMG, 2005.

CHARMAZ, Kathy. Construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, Uwe. Qualidade na pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009. FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. tradução Sandra Netz. Porto Alegre : Bookman , 2004.

GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre, Bookman, 2009.

PEREIRA, Júlio Cesar. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 3. ed. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2001.

5.8.2- CONTEÚDOS CURRICULARES DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

INTRODUÇÃO À EAD

EMENTA:

A Educação a Distância como uma modalidade de organização curricular, com possibilidades de (re)significar paradigmas educacionais. A organização de um sistema de Educação a Distância: a tutoria; a produção de material didático; o sistema de gestão; o processo de comunicação; o processo de avaliação.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE: Problematizar como a inclusão digital pode ser uma política que reduz formas de desigualdade, como aquela relacionada a monopolização do conhecimento e da informação. Refletir sobre as possibilidades da construção de ferramentas técnicas que permitam o acesso de deficientes auditivos e visuais ao conteúdo dos Cursos ministrados na modalidade EAD.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, L. NOVA C.(Org.). Educação a distância: uma nova concepção e aprendizado e interatividade. São Paulo:Futura,2003.

LITWIN,E.(Org.).Tecnologiaeducacional:política,histórias e propostas.PortoAlegre:Art Med,1997.

SILVAJUNIOR,J.dosR..Reformasdoestadoedaeducaçãoeaspóliticaspúblicasparaaformaçãodeprofessoresa distância: implicações políticas e teóricas. In: Revista Brasileira deEducação – ANPED. Rio deJaneiro, Set/dez 2003,p.78-94.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PETERS, O. Didática do ensino a distância. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

PRETI, O. Autonomia do aprendiz na educação a distância: significados e dimensões. In: _____. (Org.). Educação a distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT; Brasília, DF: Plano, 2000. p. 125-145.

SILVA, M. EAD on-line, cibercultura e interatividade. In: ALVES, L.; NOVA, C. (Org.). Educação a distância: uma nova concepção de aprendizado e interatividade. São Paulo: Futura, 2003. p. 51-73.

VIGNERON, J. A universidade aberta e o trabalhador estudante. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). Comunicação e educação: caminhos cruzados. São Paulo: Loyola, 1986. p. 355-359.

_____. Comunicação interpessoal e formação permanente. São Paulo: Angellara Editora, 1997.

GEOGRAFIA HUMANA

EMENTA:

Compreender a dinâmica e as transformações do espaço mundial, no atual contexto da globalização. Aprender o papel dos países do Terceiro Mundo na nova divisão internacional do trabalho e suas perspectivas socioeconômicas. Analisar os processos de desenvolvimento econômico e social e a problemática espacial intrínseca aos processos de apropriação/expropriação.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Refletir sobre o impacto da intervenção do homem no meio ambiente a partir de uma discussão sobre a “sociedade do risco”, mostrando a necessidade de problematizarmos os limites da racionalidade instrumental e do paradigma do crescimento econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, M. C. Geopolítica do Brasil. São Paulo: Ática.

BECKER, B. & MIRANDA, M. (org.). A Geopolítica do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CANO, W. Reflexões sobre o Brasil e a Nova (dês)Ordem Internacional. São Paulo: Unicamp, FAPESP, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECKER, B. A geografia e o resgate da Geopolítica. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, (50), nº especial, 99-126.

CARLOS, A. F. Espaço Indústria. São Paulo: Contexto, 1988.

CLAVAL, Paul. Terra dos Homens. A Geografia. SP. Contexto, 2010.

COSTA, W. M. Geografia Política e Geopolítica. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1992.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2ª. ed. São Paulo, Hucitec, 1997.

HISTÓRIA GERAL

EMENTA:

As dimensões e problemas da história através dos processos formadores do mundo contemporâneo. O mercantilismo, o capitalismo industrial. O papel histórico da escravidão moderna e a transformação da ordem escravista para a ordem burguesa, as relações entre Estado e oligarquias, autoritarismo e democracia.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Explicitar os processos formadores do mundo contemporâneo; colonialismo, mercantilismo, revolução industrial e expansão do capitalismo ocidental, realçando

seus rebatimentos nas dimensões étnico-raciais, bem como acentuando como o desenvolvimento econômico esteve historicamente relacionado à exploração do meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERLIN, Ira. Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos. Tradução de Julio Castanon. Rio de Janeiro: Record, 2006.
DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do estado (ação política, poder e golpe de classe). 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
GORENDER, Jacob. A Escravidão reabilitada. São Paulo: Ática, 1990.
KLEIN, Herbert S. A Escravidão africana - América Latina e Caribe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
HOBBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
_____. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
_____. A Era dos Impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
_____. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HISTÓRIA DO BRASIL

EMENTA:

As dimensões e problemas da história do Brasil através dos processos formadores do mundo contemporâneo. Os principais aspectos da formação social brasileira: o papel histórico da escravidão, a concentração da propriedade da terra, a transformação da ordem escravista para a ordem burguesa, as relações entre Estado e oligarquias, autoritarismo e democracia.

OBJETIVO:

Apresentar os traços da formação histórica brasileira acentuando a exploração do meio ambiente como mecanismo estratégico tanto no período colonial, como na contemporaneidade. Explorar os processos de constituição interétnica que marcaram a historicidade nacional, realçando seus impactos na consolidação de direitos humanos fundamentais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil: 1964/1984. Petrópolis: Vozes, 1984.
D'ARAUJO, Maria Celina. A era Vargas. 2ª ed. Coleção Polêmica. São Paulo: Moderna, 1997.
_____. (org.) As instituições brasileiras da Era Vargas. Rio de Janeiro: EdUERJ & FGV, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. 10ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1986.
FERREIRA, Jorge. Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930/1945. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
GOMES, Angela de Castro. A Invenção do trabalhismo. 2ª edição, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
SOARES, Décio. A Formação do estado burguês no Brasil. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
VIOTTI DA COSTA, Emília. Da Monarquia à República. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

EMENTA:

História da África e dos africanos no Brasil. História indígena e indigenismo no Brasil. Relações étnico-raciais no Brasil. Culturas afro-brasileiras e indígena.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Essa disciplina tem como objetivo principal proporcionar ao aluno uma compreensão das relações entre grupos étnicos presentes na história e sociedade brasileiras. Focaliza-se a especificidade da presença de povos autóctones e transplantados para o Brasil durante o escravismo colonial. Também se pretende viabilizar a compreensão da expansão do campo indigenista no país, focalizando experiências históricas de políticas implantadas em diferentes momentos e as relações estabelecidas entre o Estado e esses povos; proporcionando ao aluno uma formação acadêmica engajada com contextos contemporâneos de direitos históricos e constitucionais de grupos étnicos. É uma disciplina vinculada ao entendimento de direitos históricos desses grupos étnicos presentes no Brasil contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). O negro no Brasil: estudos em homenagem a Clovis Moura. Maceió: EDUFAL, 2003
FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. São Paulo: Editora Vozes, 2000.
OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração no Nordeste Indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTROPOLOGIA e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro: Contra Capa: 2005
CUNHA, Marianno Carneiro da; VERGER, Pierre. Da senzala ao sobrado: arquitetura brasileira na Nigéria e na República Popular do Benim. São Paulo: Nobel: EDUSP, 1985.
MATTOS, R. A..História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007.
RAMOS, Arthur As Culturas Negras no Novo Mundo. 4ª Ed. Maceió: Edufal, 2013.
RIBEIRO, Darcy Os índios e a civilização : a integração das populações indígenas no Brasil moderno Petrópolis: Vozes. 1982.

5.8.3- DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO DOCENTE

DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

EMENTA:

Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento humano e da aprendizagem na adolescência e na fase adulta, relacionando-os com as diversas concepções de homem e de mundo, identificando a influência das diferentes teorias psicológicas na educação, numa perspectiva histórica. Relação entre situações concretas do cotidiano do adolescente e do adulto com as concepções teóricas de aprendizagem estudadas, considerando os fundamentos psicológicos do desenvolvimento nos aspectos biológico, cognitivo, afetivo e social na adolescência e na fase adulta através das principais teorias da Psicologia do Desenvolvimento.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Sistematizar, em uma abordagem panorâmica, os conceitos básicos da Psicologia, introduzindo sua relação com a Educação no que diz respeito aos ciclos da vida e à natureza sociocultural do desenvolvimento humano e analisar criticamente as principais abordagens teóricas da Psicologia da Aprendizagem, suas implicações nas práticas pedagógicas e nos processos de ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABERASTURY, A. e KNOBEL, M. Adolescência Normal. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1981.
BECKER, Fernando. Modelos Pedagógicos e Modelos Epistemológicos. Educação e Realidade. Porto Alegre, 19 (1): 89-96, jan./jun. 1993.
CASTRO, Amélia Domingues de. Piaget e a Didática: ensaios. São Paulo, Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HENRIQUES, Maria Helena et alii - Adolescentes de Hoje, Pais do Amanhã: Brasil.
HURLOCK, E. B. - Desenvolvimento do Adolescente - São Paulo: McGraw-Hill, 1979.
INHELDER, B. e PIAGET, J. Da Lógica da Criança à Lógica do Adolescente: Ensaio sobre a Construção das Estruturas Operatórias Formais. São Paulo: Livraria Pioneira Editores, 1976.
KAPLAN, Helen Singer - Enciclopédia Básica de Educação Sexual - Rio de Janeiro: Record, 1979.
KLEIN, Melanie - Psicanálise da Criança - São Paulo: Editora Mestre Jou, 1975.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO

EMENTA:

As Ciências e o Conhecimento Científico: sua natureza e o modo de construção nas Ciências Humanas e Sociais. Diferentes formas de conhecimento da realidade. A construção do conhecimento científico e a pesquisa em educação. Aspectos técnicos do trabalho científico. Diretrizes para a leitura, análise e interpretação de textos.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Analisar autores e textos originais que fundamentam a Teoria do Conhecimento e compreender os problemas essenciais do fenômeno do conhecimento. Compreender conceitos básicos inseridos nos processos de leitura e produção textual, reconhecendo suas implicações para a formação do sujeito crítico (aluno-leitor e produtor de textos). Desenvolver competências no campo da leitura e da escrita necessárias à vida acadêmica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES – MAZOTTI, A. J. e GWANDSZNAJDER, F. O método nas Ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998. BRANDÃO, Z. (org.) A crise dos paradigmas e educação. São Paulo: Cortez, 1994. CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 1995. DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FAZENDA, I. (Org.) Novos enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1994. LAVILLE, C. e DIONNE, J. Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. PÁDUA, E. M. M. de. Metodologia da pesquisa. Campinas/SP: Papyrus, 2000. TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. RAMPAZZO, L. Metodologia Científica. São Paulo: Loyola, 2002.

PESQUISA EDUCACIONAL

EMENTA:

Pressupostos e características da pesquisa em educação. A pesquisa quantitativa e qualitativa em educação. Diferentes abordagens metodológicas de pesquisa em educação. Fontes de produção da pesquisa educacional: bibliotecas, meios informatizados, leitura e produção de textos e artigos com diferentes abordagens teóricas. Etapas de um projeto de pesquisa educacional para o Trabalho de Conclusão de Curso. O profissional da educação frente aos desafios atuais no campo da pesquisa educacional.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Subsidiar a compreensão do aluno sobre as técnicas de pesquisa e sobre a disciplina de Sociologia no ensino médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BECKER, Howard. (1999). "Métodos de pesquisa em Ciências Sociais". Hucitec: São Paulo. GATTI, Bernardete. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Plano, 2002.

MINAYO, M. Cecília de Souza (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. (.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRÉ, Marli E. D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.
BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J.C; PASSERON, J.C. (2007)“Ofício de Sociólogo”. Metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis, Rio de Janeiro.
GARCIA, Regina L. (Org.) Método: pesquisa com o cotidiano. RJ: DP&A, 2003.
SANTOS-FILHO, José e GAMBOA, Silvio. (Orgs.) Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. SP: Cortez, 1995.
SILVA, Ileizi Fiorelli. (2007). “A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina”. Cronos, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez.
http://www.labes.fe.ufrj.br/didatica_especial/textos/ileizi_fiorelli_silva.pdf

PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

EMENTA:

Estudo dos princípios, fundamentos e procedimentos do planejamento, do currículo e da avaliação, segundo os paradigmas e normas legais vigentes norteando a construção do currículo e do processo avaliativo no Projeto Político Pedagógico da escola de Educação Básica.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Desenvolver uma genealogia do currículo no âmbito das reformas educacionais, examinando-o como tecnologia política constituída por disCursos econômicos, políticos, epistemológicos, culturais e sociais. Bem como analisar os fundamentos teóricos da avaliação educacional na dimensão de uma política situada histórica e culturalmente, de modo a conhecer e a problematizar concepções de avaliação da aprendizagem para repensar o processo educativo e a construção do saber crítico comprometido com necessidades sociais contemporâneas: inclusão, educação ambiental, direitos humanos, relações étnico-raciais etc.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, Marisa Vorraber (org). O currículo nos limiares do contemporâneo . 2ª edição. Rio de Janeiro: DP& A, 1999.
GADOTI, Moacir. Projeto Político Pedagógico da Escola: fundamentos para a sua realização in GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. Autonomia da escola: princípios e propostas. Guia da escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 1997. pp 33-41.
ZABALA, Antoni. Conhecer o que se aprende, um instrumento de avaliação para cada tipo de conteúdo. V Seminário Internacional de Educação do Recife. Recife, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HERNANDEZ, Fernando. Repensar a função da escola a partir dos projetos de trabalho. PÁTIO revista Pedagógica nº 6 AGO/OUT 1998.

HERNANDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5º ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

LUCK, Heloísa. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAES, Mª Cândida. O paradigma educacional emergente. Campinas, SP: Papirus, 1997.

ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1998 (Guia da Escola Cidadã v.2).

POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

EMENTA:

A Educação escolar brasileira no contexto das transformações da sociedade contemporânea. Análise histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino e dos planos e diretrizes para a educação escolar brasileira. Estudo da estrutura e da organização do sistema de ensino brasileiro em seus aspectos legais, organizacionais, pedagógicos, curriculares, administrativos e financeiros, considerando, sobretudo a LDB (Lei 9.394/96) e a legislação complementar pertinente.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Proporcionar elementos para a análise das concepções e estratégias de gestão e de financiamento da educação complementar dos no Brasil contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIAR, Márcia Ângela. A formação do profissional da educação no contexto da reforma educacional brasileira. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto(org.). Supervisão educacional para uma escola de qualidade. 2ª ed. – são Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: (Lei 9.394/96) / apresentação Carlos Roberto Jamil Cury. 4ª ed.- Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília. Presidência da República. 2003.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília. Conselho Nacional de Educação. 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília. Senado Federal, UNESCO, 2001.

BRZEZINSKI, Iria (Org.) LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo:Cortez, 2000.

FÁVERO, Osmar (Org.) A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988). 2ª ed. Campinas, SP: autores Associados, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 2º ed., São Paulo: Cortez, 2005.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.).Caminhos da Educação da Colônia aos Tempos Atuais. Maceió/São Paulo. Ed. Catavento:2001.

PROFISSÃO DOCENTE

EMENTA:

A constituição histórica do trabalho docente. A natureza do trabalho docente. Trabalho docente e relações de gênero. A autonomia do trabalho docente. A proletarianização do trabalho docente. Papel do Estado e a profissão docente. A formação e a ação política do docente no Brasil. A escola como *locus* do trabalho docente. Profissão docente e legislação.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Refletir sobre a trajetória de formação dos professores de sociologia no ensino médio e analisar as metodologias de formação inicial de docentes na Licenciatura de Ciências Sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHARLOT, Bernard. Formação dos professores e relação com o saber. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

ESTRELA, Maria Teresa (Org.) Viver e construir a profissão docente. Porto, Portugal: Porto, 1997.

LESSARD, Claude e TARDIF, Maurice. O trabalho docente. SP: Vozes, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Marisa V. Trabalho docente e profissionalismo. Porto alegre: Sulina, 1996.

ESTEVE, José M. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

HYPOLITO, Álvaro. L. M. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. Campinas: SP: Papirus, 1997.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 5a. ed., 2002.

PROJETO PEDAGÓGICO E GESTÃO DO TRABALHO ESCOLAR

EMENTA:

A Escola como organização social e educativa. As Instituições escolares em tempos de mudança. O planejamento escolar e o Projeto Político-Pedagógico: pressupostos e operacionalização. Concepções de organização e gestão do trabalho escolar. Elementos constitutivos do sistema de organização e gestão da escola. Princípios e características da gestão escolar participativa. A participação do professor na organização e gestão do trabalho da escola.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Proporcionar elementos para a análise das instituições escolares, o que inclui o Planejamento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BICUDO, M. A. V. e SILVA JÚNIOR, M. A. Formação do educador: organização da escola e do trabalho pedagógico. V.3. São Paulo: ENESP, 1999.

LIBÂNIO, J. C. Organização e Gestão da escola: Teoria e Prática. 5ª ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

PETEROSKI, H. Trabalho coletivo na escola. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIMA, Licínio C. A Escola como organização educativa. São Paulo: Cortez, 2001.

VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2001.

VEIGA, I. P. A. e RESENDE, L. M. G. (Orgs). Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Papyrus, 1998.

VEIGA, I. P. A. e FONSECA, Marília (Orgs.) As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Papyrus, 2001.

VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LIBRAS

EMENTA:

Adquirir conhecimento em LIBRAS. Soletração. Expressar. Usar bastante a percepção visual. Conhecer expressão facial e corporal. Usar CLASSIFICADORES. Conhecer a Educação de Surdos. Proporcionar o conhecimento da Educação de Surdos e o aprendizado básico da Língua de Sinais – LS.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Propiciar a aprendizagem de aspectos culturais e linguísticos gerais e de uso de Libras, através de situações contextualizadas e que consideram o processo de inclusão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRITO, Lucinda Ferreira. *Por uma gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

FELIPE, Tanya A. *Libras em contexto: Curso básico*, livro do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, MEC, SEESP, 2001.

QUADROS, Ronice M., KARNOPP, Lodernir Becker. *Línguas de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COUTINHO, Denise. *Libras e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças*. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.

GESSER, Audrei. *Libras? Que língua é essa?* São Paulo, Editora Parábola: 2009.

LOPES FILHO, Otacílio (org.) *Tratado de fonoaudiologia*. São Paulo: Roca, 1997.

SACKS, Oliver W. *Vendo Vozes: uma viagem a mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALLES, Heloísa M. M. Lima et. al. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para uma prática*. 2 v. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília, MEC, SEESP, 2005.

PROJETOS INTEGRADORES I, II, III, IV, V, VI E VII

EMENTA:

Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada Curso.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Refletir sobre a trajetória de formação dos professores de sociologia no ensino médio. Analisar as metodologias de formação de docentes na Licenciatura de Ciências Sociais, com ênfase na prática de ensino e de modo a viabilizar uma perspectiva que permita o tratamento transversal de questões como a inclusão, a educação ambiental e as questões étnico-raciais, com foco, inclusive, nas atividades de caráter extensionistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>>. Acessado em 20/03/2013.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO E GUIA PNLD 2012 – Ensino Médio Disponível em: <<http://www.fn-de.gov.br/programas/livro-didatico/guia-do-livro/item/2988-guia-pnld-2012-ensino-m%C3%A9dio>>. Acessado em 20/03/2013.

DOCUMENTOS REFERENTES AOS CURSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=293&Itemid=358>. Acessado em 20/03/2013.

PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – Licenciatura, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HANDEAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz F. (Orgs.). A sociologia vai à escola: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.

MORAES, A. C. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. Tempo Social, São Paulo, v. 15, n. 1, Abr. p. 5-20, 2003

OLIVEIRA, A. A formação de professores de Ciências Sociais frente às políticas educacionais. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 3, n. 2, Dez, p. 132-152, 2013.

OLIVEIRA, A.; BARBOSA, V. S. L. Formação de professores em Ciências Sociais: desafios e possibilidades a partir do Estágio e do PIBID. Revista Inter-Legere, Natal, n. 13, p. 140-162, 2013.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

EMENTA:

Conhecimento do espaço escolar em suas múltiplas dimensões. Elementos e relações internas e externas que compõem o espaço escolar. Estrutura administrativa e pedagógica da escola pública e particular. As diversas atividades escolares, com ênfase em Ciências Sociais.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Refletir e atuar mediante a articulação de teoria e prática fundamentada na pesquisa científica, a vivência e a análise de práticas da gestão escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AYRES, Antonio Tadeu. Prática pedagógica competente. Petrópolis: Vozes, 2004.
CANDAU, V. M. (org). Reinventando a escola. Petrópolis: Vozes, 2000
FERREIRA, Norma Syria. Formação continuada e gestão da educação. São Paulo: Cortez, 2003
MOREIRA, A. F. B. (org). Currículo: questões atuais. 2 ed. Campinas: Papirus, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MICELI, Sérgio. História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.
MICELI, Sérgio. História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 2. São Paulo: Sumaré, 1995.
MULLER, Ademir. Avaliação institucional da gestão da escola pública. Santa Cruz do Sul. Edumisc, 2001.
OLIVEIRA, A.; BARBOSA, V. S. L. Formação de professores em Ciências Sociais: desafios e possibilidades a partir do Estágio e do PIBID. Revista Inter-Legere, Natal, n. 13, p. 140-162, 2013.
PINTO, José Madureira. Propostas para o ensino das Ciências Sociais. Lisboa: Afrontamento, 1994.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

EMENTA:

Conhecimento do espaço escolar em suas múltiplas dimensões. Elementos e relações internas e externas que compõem o espaço escolar. Legislação e Ensino das Ciências Sociais. O ensino das Ciências Sociais no Brasil. O ensino das Ciências Sociais no estado de Alagoas. O ensino das Ciências Sociais e as metodologias específicas para os diversos programas educacionais: educação indígena, educação à distância, educação especial, educação infantil, educação rural e educação em assentamentos rurais de reforma agrária.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Oportunizar aos alunos o conhecimento da história da educação no Brasil. Realizar diagnóstico das escolas da região. Refletir sobre a trajetória de formação dos professores de sociologia no ensino médio. Analisar as metodologias de formação de docentes na Licenciatura de Ciências Sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANTES, Jorge. Programa especial de educação. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

BEHRENS, Marilda. Paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005.

HANNAS, Maria Lúci; PEREIRA, Ieda Lúcia Lima. Nova prática pedagógica. São Paulo: Gente, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira. São Paulo: Educ, 2004.

CANDAU, V. M. (org). Reinventando a escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES, Nilma Lino; PETRONILHA, Beatriz Gonçalves. Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MAZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil. São Paulo: Cortez, 1996.

MENEGHETTI, Rosa Gitana; GAIO, Roberta. Caminhos pedagógicos da educação especial. Petrópolis, Vozes, 2004.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

EMENTA:

Preparação, execução e avaliação de projeto de ensino/aprendizagem. Vivência direta da prática de ensino em Ciências Sociais, através da regência de classe, em escolas públicas, privadas ou em programas/projetos educacionais. Preparação de relatório com a apresentação das atividades desenvolvidas em sala de aula.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Elaborar até o final do semestre um portfólio de aulas de sociologia para o ensino médio. Refletir sobre metodologias de ensino destinado aos alunos do ensino médio

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEHRENS, Marilda. Paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005.

CANDAU, V. M. (org). Reinventando a escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

HANNAS, Maria Lúcia; PEREIRA, Ieda Lúcia Lima. Nova prática pedagógica. São Paulo: Gente, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org). Reformas no mundo da educação. Parâmetros Curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

MORAES, A. C. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. Tempo Social, São Paulo, v. 15, n. 1, Abr. p. 5-20, 2003

MOREIRA, A. F. B. (org). Currículo: questões atuais. 2 ed. Campinas: Papyrus, 2000.

OLIVEIRA, A. A formação de professores de Ciências Sociais frente às políticas educacionais. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 3, n. 2, Dez, p. 132-152, 2013.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

EMENTA:

Preparação, execução e avaliação de projeto de ensino/aprendizagem com conteúdos mais diretamente trabalhados nas disciplinas de "Projeto pedagógico e organização do trabalho escolar" e "Pesquisa educacional. Continuidade da vivência direta da prática de ensino em Ciências Sociais, através da regência de classe, em escolas públicas, privadas ou em programas/projetos educacionais. Preparação de relatório com a apresentação das atividades desenvolvidas em sala de aula.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Realizar regência, conhecendo e compreendendo o funcionamento e organização do trabalho pedagógico desenvolvido em instituição escolar do ensino médio

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEHRENS, Marilda. Paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005.

CANDAU, V. M. (org). *Reinventando a escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACHADO, Nilson José. Educação: Projetos e valores. São Paulo: Escrituras, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, M. I. *Fim de século: a escola e a Geografia*. 2 ed. Ijuí/RS: Unijuí, 2003

CUNHA, Luiz Antonio. Educação brasileira: Projetos em disputa. São Paulo: Cortez, 1997.

HANNAS, Maria Lúcia; PEREIRA, Ieda Lúcia Lima. Nova prática pedagógica. São Paulo: Gente, 2000.

MOREIRA, A. F. B. (org). *Currículo: questões atuais*. 2 ed. Campinas: Papirus, 2000.

CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org). *Reformas no mundo da educação*. Parâmetros Curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

5.8.4- DISCIPLINAS ELETIVAS**ANTROPOLOGIA VISUAL**

EMENTA: O contexto de formação e desenvolvimento da Antropologia Visual. Os usos da imagem e seus significados na prática dos estudos antropológicos. As diferentes inter-relações entre o uso de registros etnográficos imagísticos (fílmicos, fotográficos e sonoros) e a produção de conhecimento antropológico. Antropologia visual e metodologia da pesquisa etnográfica.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Trata-se de proporcionar um entendimento dessa especialidade da Antropologia que lida com métodos e técnicas relacionados aos registros imagéticos e/ou de áudio etnográficos. Dessa forma, é uma disciplina que fornece ferramentas metodológicas de práticas de pesquisa etnográfica, podendo se articular com contextos em que se

literalmente dá visibilidade às minorias sociais e/ou étnicas, servindo de instrumento de defesa de direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ANDRADE, Rosane de. Fotografia e antropologia: olhares fora-dentro. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade; EDUC; FAPESP, 2005. 132 p.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza C. "Etnografia na rua e câmera na mão". *Revista Studium*, Instituto de Artes Campinas SP, v. 8, p. 1-10, 2002 [disponível em <http://www.studium.iar.unicamp.br/oito/2.htm>]
- PESSIS, Anne-Marie. Registro visual na pesquisa em ciências humanas. Recife: Ed. da UFPE, 2000. 124p.
- MACHADO, Arlindo. Pré-cinemas & pós-cinemas. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- MARTINS, José de Souza. Sociologia da fotografia e da imagem. São Paulo, SP: Contexto, 2008.
- SAMAIN, Etienne. **O fotográfico**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2005
- _____, "Ver" e "Dizer" na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. In: Horizontes Antropológicos nº2, Antropologia Visual. PPGAS/UFRGS, 1995. [Disponível em <http://www6.ufrgs.br/ppgas/ha/pdf/n2/HA-v1n2a04.pdf>]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ALVES, Andre; SAMAIN, Etienne. Os argonautas do mangue. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Impr. Oficial, 2004.
- BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar Teodoro da. Antropologia e imagem. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.
- CANEVACCI, Massimo. A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 2004.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza C. Etnografia em outras linguagens: considerações para uma etnografia hipertextual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol 31, nº90, 2016.
- MACDOUGALL, David. O filme Etnográfico. *Cadernos de Campo*. São Paulo, vol 16, 2007.

ETNOGRAFIA: METODOLOGIAS E POLÍTICAS DO TRABALHO DE CAMPO

EMENTA: Orientações metodológicas no desenvolvimento da pesquisa antropológica; abordagens na pesquisa empírica: estudos comparativos, tipológicos, monográficos descritivos e laudos antropológicos; definições e alcances do objeto e do universo de uma investigação; as ferramentas e etapas do trabalho de campo; o tratamento de dados; os estilos de narrativa etnográfica, os relatórios de pesquisa e a escrita final do texto antropológico.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Orientar os alunos para compreensão e o uso de métodos e técnicas na pesquisa etnográfica, viabilizando o processo de reconhecimento e aplicação de direitos históricos e constitucionais de grupos étnicos, como é o exemplo da elaboração de laudos antropológicos periciais, de reconhecimento de territorialidades indígena e

quilombola etc. Assim, é uma disciplina fundamental para os alunos interessados na realização de Trabalho de Conclusão do Curso voltados para abordagens empíricas e aplicação prática do conhecimento antropológico participativo e engajado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CLIFFORD, James A Experiência Etnográfica – antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LCT, 1989.

LAPLANTINE, François A Descrição Etnográfica. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo. 2ª Edição. São Paulo: UNESP, 2000.

SILVA, Vagner Gonçalves da. O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. São Paulo: EDUSP, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECKER, Howard S. BECKER, Howard Saul. Segredos e truques da pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BIANCO, Bela. Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2010

GOLDENBERG, Miriam A Arte de Pesquisar – como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Lucca (Org). Na metrópole: textos de antropologia urbana. 3. ed. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2008.

JAGGAR, Alisson. Amor e Conhecimento. Emoção na Epistemologia Feminista. In: Gênero, Corpo e Conhecimento. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Ventos, 1997.

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS PÓS-1988

EMENTA: A Constituição de 1988 e as reformas recentes do Estado brasileiro. Presidencialismo de Coalizão. Relação entre os poderes pós 1988. Análise dos sistemas partidário e eleitoral brasileiro. Comportamento legislativo.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Os conceitos de respeito mútuo, justiça e a solidariedade. O autocuidado, e vida coletiva e a política de conservação do meio ambiente. A relação entre Democracia, Direitos Humanos e Ética. Pluralidade cultural, cidadania e respeito à pessoa humana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio (Org.). Sistema Político Brasileiro: Uma introdução. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer/Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 2004.

AMES, Barry. Entraves à democracia no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

AMORIM NETO, Otávio. Presidencialismo e Governabilidade nas Américas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer/FGV, 2006.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
INÁCIO, Magna & RENNÒ, Lúcio (Orgs.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
CARVALHO, Maria Alice; ARAÚJO, Cícero & SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). A Constituição de 1988: passado e futuro. São Paulo: Editora Hucitec/ANPOCS, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/FGV, 2001.
MELO, Carlos Ranulfo. Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
SANTOS, Fabiano. O poder legislativo no Presidencialismo de Coalizão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
LAVAREDA, Antônio. A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
BENEVIDES, Maria Victoria & VANNUCHI, Paulo (Org.). Reforma política e cidadania. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

EMENTA:

Estudo sobre os movimentos sociais. Movimentos sociais e democracia. Movimentos sociais, Estado e a produção de demandas sociais. Redes de Movimentos Sociais e globalização. Movimentos sociais na ordem brasileira.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

A luta por reconhecimento no campo político. Democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade. Promoção do respeito à diversidade e à diferença. Inclusão, democracia e acessibilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos 2: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2001.
LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
ZARTH, Paulo Afonso; MOTTA, Márcia (Org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo, SP: UNESP, 2008.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MOISES, Jose Alvaro. Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80. Petrópolis: Vozes: CEDEC, 1982.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005.

ABERS, Rebecca e BÜLOW, Marisa Uon. "Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?". Sociologias, 2011, vol.13, no.28, p.52-84.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Movimentos sociais e educação. 6. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. "Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina". Caderno CRH, 2008, vol.21, no.54, p.439-455.

SOCIOLOGIA URBANA

EMENTA:

Teorias sociológicas do fenômeno urbano. Modernização e mudança urbana. Cultura, cidade e ambiente. Urbanização latino-americana e brasileira. Condições contemporâneas do fenômeno urbano. Igualdade e desigualdade das condições de vida nas cidades.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Fornecer conhecimento ao estudante que lhe permita ter uma compreensão panorâmica de diferentes dimensões da vida urbana e de dinâmicas de conflitos do passado e do presente, dando-lhe instrumentos para reflexão sobre desigualdades étnico-raciais, acesso a bens de mobilidade urbana como um direito fundamental, urbanização e impacto ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

WACQUANT, Loïc J. D. Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEPETIT, Bernard; SALGUEIRO, Heliana Angotti. Por uma nova história urbana. São Paulo: Edusp, 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008

SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. 2. ed. : EDUSP, 2003.

CASTELLS, Manuel; CAETANO, Arlene (Trad.). A questão urbana. 4.ed. rev., acompanhada de um posfácio (1975). Paz e Terra, 2009

VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea

SOCIOLOGIA DA CULTURA

EMENTA:

Teorias sociológicas da cultura. Expressão e mimese. Intelectuais e batalhas culturais. Mercados de bens simbólicos. Análises das artes e diversões. Cultura e política. Movimentos culturais e cidade. Movimentos sociais e lutas simbólicas. Etnicidade e pertencimento cultural.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Fornecer ao estudante conhecimento sobre vínculos sociais e lutas simbólicas sob diferentes perspectivas, particularmente por direitos baseados em sentidos de pertencimento étnico-raciais, conflitos populacionais ligados a intervenções urbanas e impactos ambientais, acesso a condições de produção, distribuição e consumo de bens culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASSIRER, Ernst. Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana. Martins Fontes, 1994

ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte = Die höfische gesellschaft. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993 2v

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 5. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2009.

GARCIA CANCLINI, Nestor. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO

EMENTA

Abordagens teóricas e pesquisas especializadas sobre o fenômeno religioso. Secularização e direções contemporâneas das práticas religiosas.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

A disciplina retoma temas e questões já apresentadas em outras disciplinas de semestres anteriores (Introd. às ciências sociais, sociologia 1, Antropologia 1, Projetos Integradores 2) e reorganiza os conteúdos de forma a criar uma sinergia sobre a aplicabilidade temática dos conteúdos introduzidos por outras disciplinas, aprofundando e redirecionando o debate sobre o tema específico (fenômeno religioso) e incorporando em suas atividades avaliativas a dimensão da prática profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. SP: Martins Fontes.
ELIADE, Mircea. Imagens e símbolos: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: M. Fontes, 2002.
WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 5. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O messianismo no Brasil e no mundo. 3. ed. São Paulo: 2003. Alfa-Omega 440p
BASTIDE, Roger. O sagrado selvagem e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 275 p.
MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. Cosac & Naify, 2003. 535 p.
PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
EVANS-PRITCHARD, E.E. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
VIEIRA, David Gueiros. O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

SOCIOLOGIA RURAL

EMENTA:

I) Sociologia Rural como campo de conhecimento: entre o passado, o presente e o futuro. II) O rural e o urbano no Brasil e na América Latina. III) Sociedade Rural, Capitalismo e Mudança Social: expropriação, acumulação originária, modernização conservadora, globalização (terminar com uma explanação sobre classes sociais). IV) Mudança Social e Resistência no campo: movimento sindicais, movimentos sociais contemporâneos e resistência cotidiana no campo. V) Estudos Rurais e questões contemporâneas: desenvolvimento territorial e renascimento rural; pluriatividade, multifuncionalidade e novas identidades; a emergência da questão ambiental; gênero e etnicidade no campo.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Introduzir o debate sobre a história e dilemas contemporâneos do campo de conhecimento e seu objeto, bem como apresentar os principais temas de debate da disciplina, clássicos e contemporâneos.

a) Problematização da história, do objeto e do futuro da disciplina; b) Compreensão da particularidade do espaços rurais na formação e ocupação do Brasil e América Latina; c) Estudo das mudanças sociais recentes (desenvolvimento capitalista, modernização, globalização) e seus efeitos na organização do espaços e relações sociais no campo; d) Análise das diferentes facetas da resistência social à mudança no campo: sindicalismo, movimentos sociais tradicionais, novos movimentos sociais, resistência cotidiana no campo; e) Reconhecimento dos debates e mudanças sociais contemporâneas no campo: desenvolvimento territorial e renascimento rural; pluriatividade, multifuncionalidade e novas identidades; a emergência da questão ambiental; gênero e etnicidade no campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- GARCIA, Afrânio. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- MARTINS, Jose de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios*. Rio de Janeiro: Livros Tecnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Brasília: Nova Cultural, 1998.
- MARTINS, Jose de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: [estudos sobre a cultura popular tradicional]*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SWMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

TERCEIRO SETOR E ONGs

EMENTA

Conceitos e abordagens sobre sociedade civil e terceiro setor. Terceiro Setor no Brasil. Relações de ONGs com o Estado e com o Mercado. Autonomia do Terceiro Setor. Sustentabilidade e Autonomia de ONGs. Delimitações e Desenhos de Profissionalização para Associações e Fundações.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Discutir sobre o terceiro setor a partir das conjunturas acerca da profissionalização das ONGs, trabalhando as dimensões analíticas de divisão de trabalho social, sustentabilidade financeira organizacional, autonomia institucional, dentre outras que dizem respeito à lógica de funcionamento do setor sem fins lucrativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. "As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil: 2010". Rio de Janeiro: IBGE. (Estudos e Pesquisas. Informação econômica), 2013.
- LANDIM, Leilah. *A Invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

TEIXEIRA, Ana Claudia. *Identidades em Construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas, 2000. Capítulo 01. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000214828>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, José Ricardo Ferreira da. *Sociedade Civil, Humanitarismo e Utilitarismo: um estudo empírico sobre os padrões de solidariedade das ONGs da RMR*. Dissertação de Mestrado. Recife / UFPE, 2004.

FERNANDES, Rubem César. *Privado, porém público: o Terceiro Setor na América Latina*. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume, 1994.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

FORMAÇÃO DOCENTE E ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/SOCIOLOGIA EMENTA:

A formação docente. Aspectos do trabalho docente. Reformas educacionais e políticas curriculares para a formação de professores. A formação docente no Brasil. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia/ciências sociais. Ciências Sociais no Ensino médio.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Fomentar a reflexão e compreensão acerca da profissão docente. Promover uma aproximação em relação à discussão sobre formação docente e ensino de ciências sociais no Brasil e em Alagoas.

Bibliografia básica

HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz F. (Orgs.). *A sociologia vai à escola: história, ensino e docência*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.

MORAES, A. C. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 1, Abr. p. 5-20, 2003.

OLIVERA, E. A.; OLIVEIRA, A. (Orgs.). *Ciências Sociais e Educação: um reencontro marcado*. Maceió: Edufal, 2015.

Bibliografia complementar:

FREITAS, L. K. G. *Currículo e formação docente no curso de ciências sociais/UFPA: configurações, continuidades e rupturas (1963-2011)*. 2013. 308 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

MONTEIRO, R. A. *Profissão docente: profissionalidade e autorregulação*. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, A.; BARBOSA, V. S. L. Formação de professores em Ciências Sociais: desafios e possibilidades a partir do Estágio e do PIBID. *Revista Inter-Legere*, Natal, n. 13, p. 140-162, 2013.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WEBER, S. Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. *Educação e Sociedade*, vol. 24, n. 85, p. 1125-1154, 2003.

POLÍTICA E EDUCAÇÃO

EMENTA:

A política educacional no contexto das políticas públicas. A organização dos sistemas de ensino: contextos internacionais, nacionais e subnacionais. A legislação educacional.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

É uma disciplina que se busca discutir a política educacional no contexto das políticas públicas e o Ensino de sociologia. Assim, tem como objetivo principal abarcar temáticas que subsidiem a produção de conhecimentos nessa área.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DE TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sergio. O Banco Mundial e as políticas educacionais. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A educação como política pública. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e política no Brasil de hoje. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; CATANI, Afrânio Mendes. Constituições estaduais brasileiras e educação. São Paulo: Cortez, 1993.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Educação conformada: a política pública de educação no Brasil : 1930-1945. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

CUNHA, Luiz Antonio. Educação, estado e democracia no Brasil. 5. ed. São Paulo: Cortez; Niterói: EDUFF, 2005.

5.9- TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC

A implantação de plataforma de ensino e a capacitação dos docentes da UFAL para o uso das ferramentas da Tecnologia da Informação e da Comunicação têm sido pontos estruturantes para a transformação das aulas tradicionais, levando a universidade para um novo patamar de interação e facilitando a acessibilidade e a melhor integração de docentes e discentes às atividades acadêmicas.

Para essa consolidação a UFAL está se comprometendo com duas ações básicas preponderantes: a) a substituição dos seus sistemas informatizados acadêmicos e administrativos; b) reestruturação da rede lógica, em especial o aumento de velocidade e o alcance da rede, permitindo salas de aula verdadeiramente eletrônicas.

Está, portanto, atenta as novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre novas práticas pedagógicas.

O uso das TICs, por parte dos estudantes com necessidades educacionais favorece não só o aprendizado, mas a participação, com autonomia, na vida acadêmica. Assim, a UFAL possui o Núcleo de Assistência Educacional – NAE – visando promover e facilitar a acessibilidade pedagógica, metodológica de informação e comunicação conforme previstas na Política de Acessibilidade. Desta forma, os docentes são incentivados a buscar junto a esses núcleos orientações sobre o uso devido dessas tecnologias.

No Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância, a formação ofertada na disciplina Introdução à EAD enseja a aproximação do discente com a plataforma de aprendizagem, coloca-o em contato com a prática da argumentação em fóruns temáticos sobre as demandas locais e gerais da aprendizagem e do ensino de Ciências Sociais.

Um Plano de Tutoria já se encontra implementado, com a atividade tutorial tendo servido de apoio logístico e apoio aos discentes, supervisão das atividades e avaliações presenciais e registros em atas. As atividades de tutoria em TIC funcionam no sentido de criar as condições adequadas de estudos para os discentes, facilitando a estes o acesso aos laboratórios de informática, biblioteca e outros espaços pedagógicos do seu pólo de Apoio Presencial, auxiliando-os, ainda, na organização de suas agendas de estudos e orientando-os na construção de uma metodologia que atenda às particularidades da modalidade de Educação a Distância.

O acesso dos alunos aos equipamentos tem sido franqueado nos laboratórios de informática em seus respectivos polos de apoio presencial, os quais apresentam data show e computadores, funcionando com sistema Linux e conexão web.

5.10- ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS

Para o acompanhamento do aluno durante o Curso, o Instituto de Ciências Sociais utilizará o sistema de tutoria. Além disso, os professores também estarão em contato permanente com os alunos para possíveis orientações.

O aluno terá um acompanhamento sistemático e contínuo em seu processo de estudo e em suas atividades escolares, feitos pelo tutor presencial, que irá anotando suas observações em fichas próprias de registro, e pelo tutor a distância,

através das ferramentas de acompanhamento e avaliação oferecidas pela plataforma do Curso.

Serão observados e analisados, entre outros: método de estudo do aluno; empenho na realização das atividades propostas; interesse e iniciativa para a leitura, o estudo e a pesquisa; participação nas atividades presenciais; participação nas videoconferências e nos fóruns; capacidade de questionar, refletir e criticar os conteúdos e abordagens propostas na disciplina; interlocução com os tutores e colegas de Curso; acompanhamento das discussões e abordagens propostas no material didático.

Se necessário, o aluno será aconselhado a reavaliar seu método de estudo. Neste caso, os tutores providenciarão aconselhamento e/ou providenciarão intervenções para ajudá-lo a superar as dificuldades de aprendizagem identificadas.

5.11- ATIVIDADES DE TUTORIA

No que concerne às atividades de tutoria, junto ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – Licenciatura EAD, as mesmas são definidas a partir das orientações e definições disponibilizadas pela CAPES e pela UAB, assim como as disponibilizadas pelo Guia do Tutor, elaborado pela Coordenadoria Institucional de Educação a Distância (CIED). Nesse sentido, são consideradas atribuições dos tutores:

- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e estudantes;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma de cada Curso ou disciplina;
 - Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
 - Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e responder às solicitações dos alunos no prazo máximo de 24 horas;
 - Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
 - Colaborar com a coordenação do Curso na avaliação dos estudantes;
 - Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela instituição de ensino;
 - Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
 - Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
 - Apoiar operacionalmente a coordenação do Curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações;

De modo mais específico, e considerando as distinções inerentes à diferenciação da atuação, e que pode ser identificada quanto ao exercício das funções de tutor presencial e tutor a distância, considera-se que o tutor presencial é o responsável pelo acompanhamento e atendimento do aluno diretamente nos polos

nos quais o Curso é ofertado, sem que suas atividades se confundam com atividades de caráter administrativo e burocrático, devendo esta limitar-se, exclusivamente, a questões técnico pedagógico, remetendo-se as demandas do Curso.

Logo, o tutor presencial deve:

- Dominar as ferramentas do AVA;
- Conhecer o PPP do Curso;
- Acessar o Curso e as disciplinas no AVA frequentemente;
- Orientar e acompanhar o acesso e o cumprimento das atividades do aluno no AVA;
- Participar dos Cursos de formação em tutoria;
- Participar das reuniões pedagógicas, programadas pelo Curso e pelo polo;
- Mediar a comunicação entre o professor, alunos e coordenação;
- Acompanhar o cronograma das disciplinas e do Curso;
- Contatar os alunos indicados pelo tutor a distância;
- Elaborar relatório mensal de atividades a ser entregue ao coordenador de tutoria;
- Desenvolver estratégias e técnicas de estudo e de aprendizagem;
- Assegurar a qualidade do atendimento aos alunos no polo;
- Acompanhar o trabalho dos alunos, orientando, dirimindo dúvidas, garantindo a discussão;
- Acompanhar os alunos estimulando e motivando a permanência deles no Curso;
- Trabalhar em equipe, colaborando nas atividades com os demais tutores;
- Prestar suporte pedagógico no contexto das disciplinas;
- Colaborar no planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelos cursistas;
- Aplicar e acompanhar atividades nos encontros presenciais agendados, registrando a presença dos alunos;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do Curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações;
- Selecionar e preparar os recursos didáticos e equipamentos necessários ao encontro presencial;
- Comunicar ao coordenador do polo as condições de funcionamento do polo e do Curso, das instalações, equipamentos, biblioteca;
- Comunicar ao coordenador do Curso e de tutoria as dificuldades para o andamento do Curso;

Já o tutor a distância, na medida em que é o responsável pelo acompanhamento e atendimento do aluno no AVA, é atribuição do mesmo:

- Dominar as ferramentas do AVA;
- Conhecer o PPP do Curso;
- Dominar o conteúdo da disciplina;
- Participar dos Cursos de formação em tutoria;

- Participar das reuniões pedagógicas e atividades de plantão pedagógico programadas pelo Curso;
- Interagir com os tutores presenciais;
- Mediar a comunicação entre o professor, alunos e coordenação;
- Acompanhar o desempenho dos alunos, orientando, dirimindo dúvidas e favorecendo a discussão;
- Realizar o acompanhamento, correção e retorno dos trabalhos acadêmicos, dando feedback com no máximo 24 horas em dias úteis, caso seja necessário mais tempo para retorno, o tutor deve dar ciência ao aluno sobre o novo prazo;
- Participar dos fóruns nas disciplinas no AVA;
- Assegurar a qualidade do atendimento aos alunos, observando as suas necessidades referentes ao Curso;
- Elaborar relatório mensal de atividades a ser entregue ao coordenador de tutoria;
- Acompanhar o processo de avaliação no AVA, podendo atribuir nota sobre as atividades que forem postadas no ambiente e por ele corrigidas;

5.12- MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES, TUTORES E ESTUDANTES

Quanto aos mecanismos que permitem a interação entre docentes, tutores e estudantes no âmbito do Curso, o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – Licenciatura EAD, privilegiar-se-á a realização de encontros presenciais periódicos, e os quais devem contar com a presença de cada um dos atores diretamente envolvidos com a rotina do Curso. Além disso, também serão criados espaços no ambiente de aprendizado (AVA) e redes sociais os quais permitem uma maior viabilidade desse processo de interação entre docentes, tutores e alunos.

Faz-se necessário ressaltar também que, cada professor, no momento anterior à oferta das disciplinas, apresenta a coordenação do Curso e aos tutores o seu Plano de Tutoria - instrumento que orienta as atividades de tutoria. Ele é o documento que norteia as ações do tutor pontuando suas atividades e guiando os procedimentos para o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem junto aos alunos. Assim, antes do início das atividades do tutor, o professor organizará um momento para socialização e discussão do Plano de Tutoria e do Plano de Curso da disciplina. Este momento caracteriza-se como um espaço de diálogo e no qual ambos tenham espaço para a troca de experiência e conhecimento. Todavia, embora se ressalte a importância que esse momento ocorra antes do início de uma dada disciplina, o mesmo será mantido com certa periodicidade, pois ao longo da disciplina ou unidade curricular, pode-se fazer necessária a revisão e/ou ajuste dos conteúdos, materiais, recursos, atividades entre outros.

5.13- ENCONTROS PRESENCIAIS E FREQUÊNCIA

Os encontros presenciais são momentos em que alunos e professores se reúnem para a socialização do conhecimento, integração, explicações de novos conteúdos, trabalhos em grupo e avaliações individuais e/ou em grupo. Os encontros presenciais são realizados nos pólos de atendimento ao Curso. Cada disciplina contará com encontros presenciais com duração de aproximadamente três horas cada, podendo ocorrer no turno da manhã ou tarde. Os alunos participarão de atividades programadas de acordo com os objetivos do Curso: plantões pedagógicos, aulas práticas, videoconferências, trabalhos de campo, fóruns de discussão e avaliações da aprendizagem.

Nos plantões pedagógicos presenciais, os tutores disponibilizarão horários semanais para atendimento personalizado (tutoria individualizada) ou em pequenos grupos (tutoria grupal) aos alunos. Os horários serão estabelecidos em função das necessidades destes e de suas disponibilidades de tempo de estudo. Durante estes plantões, os tutores não terão como função “dar aulas”. Eles deverão orientar os alunos visando ajudá-los a superar as dificuldades que se lhes apresentam quanto à aprendizagem dos conteúdos, inserção no Curso, organização do tempo de estudo, realização das atividades de estudo programadas. O tutor presencial disponibilizará 20 horas semanais para tais plantões que serão momentos de assistência aos alunos nos pólos que estão alocados.

5.14- APOIO ACADÊMICO

O curso conta com o apoio acadêmico da Coordenadoria Institucional de Educação a Distância (Cied) é um órgão vinculado à Reitoria da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), que tem como missão coordenar os planos e ações de Educação a Distância (EaD) na Ufal, e, nessa perspectiva, apoiar as iniciativas das Unidades Acadêmicas mediante suportes acadêmico e operacional, desenvolvendo ações variadas, tais como:

- Acompanhamento do processo de formação de professores para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC);
- Introdução de atividades de EaD em cursos presenciais da Ufal;
- Suporte tecnológico e didático na produção de material didático para EaD;
- Apoio no desenvolvimento do Projeto Pedagógico de cursos, definição dos conteúdos, escolha de mídias e implementação de materiais em ambiente virtual;
- Realização de estudos, pesquisas, debates e eventos com a participação das Instituições de Ensino Superior (IES), sociedades científicas, empresas e setores da sociedade, direta ou indiretamente envolvidos com a EaD;
- Busca de financiamento para apoiar ações em EaD como, por exemplo, preparo de pessoal, monitoramento, gestão, implantação de polos descentralizados, aquisição de infraestrutura tecnológica e produção de materiais didáticos;

- Planejamento da política de infraestrutura tecnológica de EaD e dos polos de atendimento, envolvendo manutenção, modernização e segurança dos laboratórios, equipamentos e bibliotecas;
- Estruturação de equipe multidisciplinar para acompanhar as ações de EaD;
- Tutoria, suporte tecnológico, desenvolvimento web, acompanhamento e avaliação, assessoria e pesquisa para novos cursos.

5.15- MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

A Coordenadoria Institucional de Educação a Distância da Ufal (CIED) possui um Núcleo (interno) com uma equipe multidisciplinar para elaboração dos materiais didáticos dos Cursos de EAD da UFAL.

Esses materiais passam por um processo de revisão linguística, diagramação, produção gráfica, revisão e validação dos seus conteúdos.

Atualmente são produzidos livros em PDF (formato digital), videoaulas, animações e ilustrações. Que são disponibilizados no AVA da instituição para todos os alunos matriculados.

Cabe ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância a elaboração e escolha dos conteúdos pertinentes para cada disciplina.

A política de atualização dos materiais didáticos é definido por cada Curso. Neste caso, o Curso de Licenciatura em Ciências Social prioriza a atualização a cada novo semestre no qual a disciplina é ofertada, sob a supervisão do colegiado do Curso.

Além disso, coloca-se à disposição dos discentes o amplo acesso às Bibliotecas da UFAL, as quais dispõem dos títulos da bibliografia básica e complementar, também utilizadas nas matérias.

5.16- SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS

Atualmente são produzidos livros em PDF (formato digital), videoaulas, animações e ilustrações. São disponibilizados no AVA da instituição para todos os alunos matriculados.

Cabe ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância a elaboração e escolha dos conteúdos pertinentes para cada disciplina.

O processo de revisão linguística, diagramação, produção gráfica, revisão e validação dos seus conteúdos é de competência do Núcleo de produção de materiais didáticos da Cied.

5.17- DOCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS MODALIDADE A DISTÂNCIA

PROFESSORES DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS QUE PARTICIPAM DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS A DISTANCIA

DOCENTE	TRAB	TITULAÇÃO	Ano que iniciou no Curso
Amaro Xavier Braga Júnior	DE	Doutor em Sociologia	01/04/2013
Bruno César Cavalcanti	DE	Mestre em Antropologia	11/03/2005
Élder Patrick Maia Alves	DE	Doutor em Sociologia	01/06/2013
Emerson Oliveira do Nascimento	DE	Doutor em Ciência Política	01/10/2012
Evaldo Mendes da Silva	DE	Doutor em Antropologia	01/06/2013
Fernanda Rechenberg	DE	Doutora em Antropologia	01/06/2013
Fernando de Jesus Rodrigues	DE	Doutor em Sociologia	01/12/2014
Gabriel Augusto Miranda Setti	DE	Doutor em Ciências Sociais	01/04/2013
João Batista de Menezes Bittencourt	DE	Doutor em Ciências Sociais	01/07/2014
João Vicente Barroso da Costa Lima	DE	Doutor em Sociologia	01/10/2012
Jordânia de Araújo Souza	20	Mestra em Antropologia	02/03/2016
José Alexandre da Silva Júnior	DE	Doutor em Ciência Política	01/07/2014
Júlio Cezar Gaudêncio da Silva	DE	Doutor em Ciência Política	01/10/2012
Luciana da Conceição Farias Santana	DE	Doutora em Ciência Política	01/10/2012
Marina Félix de Melo	DE	Doutora em Sociologia	01/04/2014
Rachel Rocha de Almeida Barros	DE	Doutora em Antropologia	01/01/2017
Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira	DE	Doutora em Sociologia	02/03/2016

Sílvia Aguiar Carneiro Martins	DE	Doutora em Antropologia	01/05/2013
Siloe Soares De Amorim	DE	Doutora em Antropologia	01/01/2017
Welkson Pires da Silva	DE	Doutor em Sociologia	01/01/2017
Wendell Ficher Teixeira Assis	DE	Doutor em Planejamento Urbano e Regional	01/05/2015

PROFESSORES COLABORADORES DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS A DISTANCIA

DOCENTE	TITULAÇÃO	ANO QUE INICIOU NO CURSO	TEMPO PERMANÊNCIA A CURSO
Ana Laura Loureiro Ferreira	Mestrado em Antropologia	01/06/2014	Em atividade
Antônio Alves Bezerra	Doutorado em História	01/03/2014	Em atividade
Beatriz Medeiros de Melo	Doutorado em Sociologia	01/08/2015	Em atividade
Deise Juliana Francisco	Doutorado em Informática na Educação	01/04/2016	30/06/2016
Jéssika Danielle Dos Santos Pereira	Mestrado em Educação	01/11/2015	Em atividade
Gilcildeide Rodrigues da Silva	Doutorado em Geografia	01/04/2013	30/06/2014
Gilson José Rodrigues Júnior	Mestrado em Antropologia	01/07/2013	01/08/2015
Marina Rebeca de Oliveira Saraiva	Doutorado em Antropologia Social	01/08/2015	Em atividade
Marcos Grutzmacher	Especialização em Metodologia do Ensino Superior.	01/11/2015	01/11/2015
Nadja Waleska Silva Rocha	Mestrado em Antropologia	01/07/2013	01/08/2015
Raquel de Fatima Parmegiani	Doutora em História	01/08/2013	31/07/2015
Priscila Maria Lapa	Mestrado em Ciência Política	01/07/2013	01/08/2015
Rodrigo Gomes Leite	Mestrado em Ciência Política	01/12/2014	30/04/2016
Roseane Maria de Amorim	Doutorado em Educação	01/09/2014	30/11/2015

*Dados informados no dia 05/05/2016.

TUTORES PRESENCIAIS DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS A DISTANCIA

TUTOR	TITULAÇÃO	Ano iniciou Curso	que no	Tempo permanência Curso
Ana Cybele Alves Wanderley	Especialização em Educação A Distância.	01/08/2014		Em atividade
José Henrique Dos Santos	Especialização em Gestão Pública Municipal	01/04/2013		Em atividade
Lucineide Cassia Dos Santos	Especialização em Gestão Escolar	01/05/2013		Em atividade
Luiz Santos Silva	Especialização em História do Brasil	01/11/2013		Em atividade

*Dados informados no dia 05/05/2016.

TUTORES A DISTANCIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS A DISTANCIA

TUTOR	TITULAÇÃO	Ano iniciou Curso	que no	Tempo permanência Curso
Antônio Daniel Alves Carvalho	Mestrado em Sociologia	01/09/2014		Em atividade
Belarmina Santos Bandeira Vilar	Especialização em Mídias na Educação	01/05/2013		Em atividade
Brunno Rodrigues Lima	Especialização em Antropologia	01/03/2015		Em atividade
Carla Catarina Dos S. Nascimento	Mestrado em Sociologia	01/05/2013		Em atividade
Cristiane Cibelly Neto Procópio	Especialização em Antropologia	01/04/2014		Em atividade
Daniella Meneses De Oliveira Arroxellas	Especialização em Gestão Pública e Geo-História.	01/04/2015		Em atividade
Dario Bezerra Freire Júnior	Especialização em TI para Educadores	01/09/2014		Em atividade
Denisete Santos De Araújo	Especialização em Psicopedagogia Institucional	01/04/2014		Em atividade
Erica Mali Rosas Silva	Especialização em Docência Para o Ensino Superior	01/05/2013		Em atividade
José Anchieta Bezerra De Melo	Mestrado em Sociologia	01/05/2013		Em atividade
Luiz Cláudio Silva Castro	Especialização em Psicopedagogia	01/05/2013		Em atividade
Maria Selma Da Silva Santos	Especialização em Mídias na Educação	01/05/2013		Em atividade

5.18- COLEGIADO DO CURSO

O colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade a distância funciona em conformidade com as exigências do Regimento Geral da UFAL, reunindo-se trimestralmente, ou de acordo com as necessidades do curso, para discussões e tomada de decisões sobre assuntos previstos no referido regimento.

Considerando os artigos 25 e 26 do Regimento Geral da UFAL:

Art. 25. O Colegiado de Curso de Graduação é órgão vinculado à Unidade Acadêmica, com o objetivo de coordenar o funcionamento acadêmico de Curso de Graduação, seu desenvolvimento e avaliação permanente, sendo composto de:

- I. 05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao Curso e seus respectivos suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos em Consulta efetivada com a comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;
- II. 01 (um) representante do Corpo Discente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo Centro ou Diretório Acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;
- III. 01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os Técnicos da unidade acadêmica, eleito pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução.

Parágrafo Único – O Colegiado terá 01 (um) Coordenador e seu Suplente, escolhidos pelos seus membros dentre os docentes que o integram.

Art. 26. São atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:

- I. coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;
- II. coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação profissional planejada;
- III. coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;
- IV. colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;
- V. exercer outras atribuições compatíveis

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, modalidade EAD, é formado pelos seguintes membros:

TITULARES	FUNÇÃO	TITULAÇÃO
-----------	--------	-----------

Luciana da Conceição Farias de Santana (Coordenadora)	DOCENTE	Doutora em Ciência Política
Elder Patrick Maia Alves (Vice-coordenador)	DOCENTE	Doutor em Sociologia
Emerson Oliveira do Nascimento	DOCENTE	Doutor em Ciência Política
Júlio Cezar Gaudêncio da Silva	DOCENTE	Doutor em Ciência Política
Bruno César Cavalcanti	DOCENTE	Mestre em Antropologia
Lelan Queiroz Siqueira	TÉCNICO	
Gustavo Alexandre dos Santos	ESTUDANTE	
SUPLENTES	FUNÇÃO	TITULAÇÃO
Evaldo Mendes da Silva	DOCENTE	Doutor em Antropologia
Gabriel Augusto Miranda Setti	DOCENTE	Doutor em Ciências Sociais
Amaro Xavier Braga Júnior	DOCENTE	Doutor em Sociologia
João Vicente Barroso da Costa Lima	DOCENTE	Doutor em Sociologia
Arielle Darine Aciolli Quirino	TÉCNICO	
Luciane Cristine dos Santos Siqueira	ESTUDANTE	

5.19- NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Em atendimento à Portaria 147/2007, ao Parecer CONAES 04/2010 e a Resolução CONAES 01/2010 a UFAL instituiu, através da Resolução 52/2012 no âmbito de seus Cursos de graduação os Núcleos Docentes Estruturantes – NDE – em conformidade com as especificações legais.

O NDE do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais EAD foi criado em 2012. É composto de, pelo mínimo de cinco membros, todos docentes com titulação de pós-graduação strito senso e formação na área do Curso. Considera-se, igualmente, a afinidade da produção científica com o eixo do Curso e sua dedicação ao mesmo.

Possui a função de órgão consultivo e propositivo em matérias de teor acadêmico, servindo como órgão de apoio e assessoramento do colegiado do curso, sendo este composto, exclusivamente, por professores da Unidade Acadêmica, visando acompanhar o processo de concepção, consolidação e avaliação do Projeto Político Pedagógico do Curso. As diretrizes gerais que instituem as principais funções e normatiza seus princípios e finalidades estão instituídas pela Resolução N.º 52/2012-CONSUNI-UFAL de 05 de dezembro de 2012.

Inicialmente, a Unidade Acadêmica possuía somente um Núcleo Docente Estruturante, instituído pela Portaria N.º 465 de 30 de março de 2012. Todavia, cumprindo o que fora estabelecido pela Resolução N. 52/2012-CONSUNI-UFAL, foi criado, a partir de 2014, um Núcleo Docente Estruturante destinado EXCLUSIVAMENTE para o curso de ciências sociais a distância, sendo este instituído pela Portaria N.º 295 de 26 de fevereiro de 2016. Atualmente, o Núcleo encontra-se composto de docentes indicados pelo Colegiado do Curso, todos, professores doutores, efetivos e em regime de dedicação exclusiva, garantindo ainda a proporção e a representatividades das diversas áreas de conhecimento que constituem o curso de licenciatura em ciências sociais.

Ao longo dos últimos três anos, o Núcleo Docente Estruturante do curso tem zelado pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no Projeto Político Pedagógico do Curso e primado pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais. Ainda que não tenha sido encerrado o processo de formação da primeira turma, o Núcleo Docente Estruturante tem exercido suas atividades de acompanhamento através de reuniões regulares semestrais e/ou quando acionado pelo Colegiado do referido curso. Estas reuniões têm contado com o apoio técnico do quadro administrativo do curso de licenciatura em ciências sociais a distância e tem priorizado, até o presente momento, o tratamento de questões referentes ao formato da oferta das disciplinas eletivas do curso, da distribuição das orientações de trabalho de conclusão dos alunos e do acompanhamento do calendário curricular do curso.

Todos os membros do Núcleo Docente Estruturante do curso possuem experiência no ensino a distância e familiaridade no uso de ambientes virtuais de aprendizado, tendo atuado em vários momentos junto ao curso, seja na oferta de disciplinas regulares e eletivas, seja na produção de material didático-pedagógico para estas disciplinas ou ainda, na orientação de trabalhos de conclusão de curso dos alunos da primeira turma de ingressos. De maneira geral, além destas atividades regulares de ensino, o Núcleo Docente Estruturante tem se empenhando ainda na adaptação das atividades de pesquisa e extensão também na modalidade a distância.

A comissão atual é formada pelos seguintes professores:

PROFESSOR	REG DE TRAB	TITULAÇÃO	MEMBRO DESDE:
Amaro Xavier Braga Júnior	DE	Doutor em Sociologia	2016
Elder Patrick Maia Alves	DE	Doutor em Sociologia	2012
Emerson Oliveira do Nascimento	DE	Doutor em Ciência Política	2012
João Batista de Menezes Bittencourt	DE	Doutor em Sociologia	2012
José Alexandre da Silva Júnior	DE	Doutor em Ciência Política	2016
Nádia Elisa Meinerz	DE	Doutora em Antropologia	2016
Sílvia Aguiar Carneiro Martins	DE	Doutora em Antropologia	2012

5.20- POLÍTICAS DE APOIO AOS DOCENTES E TÉCNICOS

Considerando a previsão legal expressa na Lei 5707/06, que dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, a UFAL ajusta seu PDI a este novo paradigma, tendo como objetivo, sem prejuízo de outros, o desenvolvimento permanente do seu servidor. Nesse sentido, a instituição criou, em 2015, o Plano de Capacitação da UFAL. O referido plano tem como substrato legal a Lei 11.091/2005, no Decreto 5.707/2006, no Decreto 5.824/2006, no Decreto 5.825/2006 e na Lei 12.772/2012. A Lei 11.091, de 2005, estrutura o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE e define também a elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, integrado pelo Programa de Dimensionamento, Programa de Avaliação de Desempenho e Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento. O Decreto 5.707, de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e regulamenta dispositivos da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. O citado Decreto, em seus arts. 1º e 3º, dispõe sobre as finalidades e as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal.

O Decreto 5.824, de 2006, estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O Decreto 5.825, de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e, em seu art. 7º define os objetivos e as linhas de desenvolvimento do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento. Já a Lei 12.772, de 2012, estrutura o Plano de Carreiras dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – IFE, inclusive dos professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Ensino Básico Federal.

O referido plano tem como objetivos:

- Promover ações e estratégias de aprendizagem que visem atender ao corpo de servidores da UFAL, propiciando aquisição e aprimoramento de competências que agreguem valor de qualidade à instituição e valor social ao indivíduo, atendendo padrões de qualidade requeridos pela natureza da função e missão institucional;
- Contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; promover e apoiar as ações de capacitação e qualificação do servidor para o desenvolvimento da gestão institucional;
- Promover e apoiar a capacitação e qualificação do servidor para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da UFAL.

O público alvo do plano é composto por docentes e técnicos-administrativos da Universidade Federal de Alagoas. Estabelece também as seguintes metas: 1) acolhimento de 100% dos novos servidores por meio do Programa de Inserção dos

Novos Servidores – PINS; 2) Capacitação de 10%, ao ano, do quadro atual de docentes para o exercício da docência; 3) Capacitação do quadro de docentes para uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação; 4) Capacitação de, no mínimo, 20% dos servidores para o exercício da gestão; 5) Capacitação de, no mínimo, 25% do quadro de servidores para o exercício funcional; 6) Capacitação de 100% do quadro de pessoal dos programas de pós-graduação para a inserção adequada de dados na plataforma de coleta anual da Capes; 7) capacitação de 100% dos servidores do Sistema SIBI/UFAL.

Dentre as políticas de apoio ao servidor, uma se destaca por ter como enfoque o docente: o Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (PROFORD), que consiste em um plano de capacitação contemplando desde os docentes recém empossados, até aqueles com mais tempo na instituição. O objetivo é incentivá-los à reflexão sobre suas práticas, estabelecendo uma intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, dentro de dois enfoques: a prática docente e a atuação destes profissionais na gestão acadêmica e institucional. Esta política de apoio ao docente consolidada é objeto contínuo de avaliação, a fim de garantir a satisfação do professor e o respeito ao Princípio Constitucional da Eficiência.

Também, nessa direção, foi criado o Programa de Desenvolvimento de Pessoal – PDODEP/UFAL. Por meio deste programa, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), através da sua Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP), especialmente no âmbito do Edital 23/2014 (PRODEP), destinou recursos para a qualificação dos servidores docentes. O objetivo foi apoiar os servidores docentes da UFAL para a qualificação, mediante a concessão de bolsa em atividades de qualificação, em nível de pós-graduação *Stricto Sensu*. Os valores das referidas bolsas foram idênticos à modalidade de bolsas de doutorado instituída pelas CAPES/MEC. A origem dos recursos da UFAL para este Edital/Programa é decorrente do Programa de Auxílio à Pós-Graduação nas IFES (43590–Ação 20RK). O afastamento dos servidores docentes foi de 12 meses, tendo como contrapartida a conclusão do doutorado dentro do período de afastamento. Por meio dessa política, um dos poucos docentes do ICS/UFAL que ainda não possuíam o título de doutor concluiu o seu doutoramento no ano de 2015.

Seguindo esse diapasão, os principais eixos de estímulo e apoio à qualificação adotada no âmbito do Instituto de Ciências Sociais (ICS) obedeceram às diretrizes adotadas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e o Ministério da Educação (MEC), bem como a capacidade de mobilização interna do próprio instituto. Nesse sentido, nos últimos anos, o ICS/UFAL implementou três linhas de ação com vista a elevar a titulação do seu quadro docente, a consolidação das suas redes nacionais e internacionais de pesquisa, bem como a qualificação dos técnicos-Administrativos do ICS/UFAL. Desde 2012 essa política resultou na realização de cinco estágios de pós-doutoramento por parte dos professores do setor de sociologia do Instituto de Ciências Sociais (ICS/UFAL). Por meio da Chamada Pública MCTI/CNPq/MEC/Capes – Ação Transversal nº 06/2011 – Casadinho/Procad, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia do ICS/UFAL teve o projeto *As dinâmicas do desenvolvimento, da modernização e dos conflitos na*

Alagoas do séc. XXI, aprovado junto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/MEC. A partir de 2012, os planos de trabalho individualizados dos docentes/pesquisadores passaram a ser realizados através de estágios realizados na cidade do Rio de Janeiro, junto ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dois dos principais centros de excelência em pesquisa e pós-graduação na área das Ciências Sociais. Além da ida dos docentes do ICS/UFAL para a cidade do Rio de Janeiro, no período de seis meses, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/ICS) enviou estudantes do mestrado para a troca de experiências acadêmicas e institucionais. Dessa política de aperfeiçoamento e qualificação resultaram artigos científicos (publicados em periódicos especializados da área de Ciências Sociais); capítulos de livros e atividades de pesquisa em rede, envolvendo os docentes do ICS UFAL e os pesquisadores das instituições receptoras – IESP/UERJ e IFCS/UFERJ. Todos os docentes/pesquisadores do ICS/UFAL que realizaram o estágio de pós-doutoramento contaram com bolsas de pesquisa CAPES, na modalidade bolsas de pós-doutorado júnior ou sênior.

Ainda no âmbito da pós-graduação no ICS/UFAL, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia recrutou, em 2014, um pesquisador por meio do programa nacional de pós-doutorado (PNPD/CAPES).

5.21- POLÍTICAS DE APOIO AOS DISCENTES

As políticas de apoio aos discentes se fundamentam no PDI/UFAL e nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010). Apoia, prioritariamente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social matriculados em Cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior –IFES. Sua instância de discussão e resolução é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis –FONAPRACE, realizado anualmente e no qual a UFAL tem assento. Na ocasião são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das Pró-Reitorias em nível nacional.

De acordo com o PDI/UFAL, as políticas discentes da instituição vão além do PNAES; pois trabalham também com a perspectiva de universalidade no atendimento dos estudantes que frequentam o espaço universitário. Assim, podem ser identificadas:

- 1- Apoio pedagógico - buscam reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico; apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de Cursos para capacitação básica na área. Atenção aos discentes como forma de orientá-los na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los/as a profissionais específicos para atendimento através da observação das expressões da questão social. Articulação com as Coordenações de Curso sobre dificuldades

pedagógicas desses alunos e planejamento para superação das mesmas. Ex.: PAINTER, Monitoria, Tutoria;

2- Estímulo à permanência - atendimento às expressões da questão social que produzem impactos negativos na subjetividade dos estudantes e que comprometem seu desempenho acadêmico; atendimento psicossocial realizado por profissionais qualificados, com vistas ao equilíbrio pessoal para a melhoria do desempenho acadêmico; atendimento do estudante na área da saúde através da assistência médico odontológica; fomento à prática de atividades física e de esporte; promoção de atividades relacionadas à arte e cultura no espaço universitário; implementação de bolsas institucionais que visam ao aprimoramento acadêmico. Ex.: Bolsa Permanência (Pró-Graduando);

3- Apoio financeiro - disponibilização de bolsa institucional a fim de incentivar os talentos e potenciais dos estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de assuntos de interesse institucional, de pesquisa e/ou de extensão universitária que contribuam para sua formação acadêmica; disponibilização de bolsas aos discentes em situação de risco e vulnerabilidade social, prioritariamente, a fim de ser provida uma condição favorável aos estudos, bem como ser uma fonte motivadora para ampliação do conhecimento, intercâmbio cultural, residência e restaurante universitários. Ex.: PIBID, PIBIC, PET.

4- Organização estudantil – ação desenvolvida por intermédio de projetos e ações esportivos, culturais e acadêmico-científicos quer sejam promovidos pela universidade quer sejam promovidos pelos estudantes. Alguns espaços físicos são reservados para as atividades dos centros acadêmicos, vindo a colaborar com a ampliação dos espaços de discussão e diálogo que contribuam para a formação política dos estudantes. Ex.: Centros Acadêmicos, DCE.

5- - Plano de acompanhamento do assistido – proporciona uma maior segurança para o aluno quanto à sua possibilidade de sucesso na instituição, evitando assim um aumento da retenção e/ou da evasão. Evita também a acomodação do mesmo ao longo do Curso. Busca a reorientação e a preparação para a saída dos mesmos, diminuindo a ansiedade entre a academia e o mercado de trabalho. Ex.: Estágios.

No âmbito da Unidade Acadêmica, em que o Curso Licenciatura de Ciências Sociais na modalidade a distancia está sediado, destacamos as seguintes políticas institucionais de apoio aos discentes:

1- Programas de apoio pedagógico ao discente realizado pela Unidade, tais como: monitoria, tutoria, estágio, produção de material de apoio, acompanhamento da evasão e retenção, programa de nivelamento, mobilidade.

2- Quanto ao apoio de políticas de atendimento aos discentes, dispomos dos seguintes programas:

- Programa de Monitoria do Instituto de Ciências Sociais;

- Estágios Supervisionados para os Cursos de Bacharelado e Licenciatura;

- Núcleo Docente Estruturante (NDE), que acompanha o desenvolvimento didático e pedagógico dos discentes;

- Programa de Mobilidade Acadêmica do Mercosul;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC);
- Programa de Ações Afirmativas (NEAB/Odè Ayé);
- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)
- Ações para identificação das necessidades para suporte à Permanência (bolsas, restaurantes, residência universitária, assistência médico-odontológico, biblioteca, atendimento psicopedagógico etc).
- Questionário de avaliação elaborado e analisado pela comissão de auto avaliação da Unidade (CAA).

3- Quanto à Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil, apoio a eventos, etc).

- Os alunos dos Curso de Licenciatura em Ciências Sociais participam em todas as ações da Unidade através de sua representação estudantil, o Centro Acadêmico Florestan Fernandes.

- Em 2013 foi criada a Focus Consultoria Jr. que agrega alunos dos Cursos de graduação presencial e a distância.

4- Acompanhamento das políticas afirmativas na unidade.

A Unidade acompanha e apoia as políticas afirmativas incentivando a inserção de alunos bolsistas/cotistas nos projetos de pesquisa e extensão dos docentes e em outras atividades acadêmicas, tais como seminários, congressos e demais eventos de natureza acadêmica.

5- Acompanhamento dos egressos.

Busca-se criar instrumentos para identificar e fazer o acompanhamento dos nossos egressos, em todos os Cursos de graduação e pós graduação sediados na unidade.

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais-Licenciatura, modalidade Educação a Distância, visando maximizar o apoio ao discente, conta com professores que desenvolvem projetos pesquisas nas áreas de Sociologia, Antropologia, Ciência Política e, mais especificamente, no Ensino de Sociologia.

Dentre os projetos institucionais de pesquisa desenvolvidos contamos com iniciativas do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Ações Interdisciplinares (PAINTER), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), além de outros projetos de pesquisa a exemplo da Chamada Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

6- AVALIAÇÃO

6.1- AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL

A avaliação conforme concebida no Projeto Pedagógico Institucional – PPI – é um fator de gestão no sentido de possibilitar correções, reorientar práticas pedagógicas, refletir sobre os projetos pedagógicos, delimitar os obstáculos administrativos e se processa no âmbito do Curso pelo acompanhamento do Projeto Pedagógico e pela avaliação do processo ensino/aprendizagem. Deste modo, ela se explicita, de forma clara e objetiva, no Projeto Pedagógico de Curso que, deverá prever tempo amplo para o processo de sua auto-avaliação pedagógica.

A avaliação é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica e deve ser entendida como um processo amplo e co-participativo, respeitando os critérios estabelecidos no regulamento geral dos Cursos de graduação.

Ela transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfira consistentemente na ação pedagógica do Curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFAL. A avaliação requer, portanto, por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas. Assim, a avaliação deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano político-pedagógico e das atividades curriculares.

6.2- PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, ela deve ser processual e formativa; e, manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do Projeto Pedagógico do Curso.

A avaliação da aprendizagem considera os aspectos legais determinados na Lei de DBEN no que concerne à aferição quantitativa do percentual de 75% de presença às atividades de ensino previstas pela carga horária de cada disciplina e no total da carga horária do Curso e qualitativa em relação ao total de pontos obtidos pelo aluno em cada disciplina.

No plano interno, a avaliação da aprendizagem atende ao Art. 9º. da Resolução 25/05 – CEPE que determina que o regime de aprovação do aluno em cada disciplina será efetivado mediante a apuração da frequência às atividades didáticas e do rendimento escolar.

Neste entendimento, o Art. 10 afirma que: “Será considerado reprovado por falta o aluno que não comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades didáticas realizadas no semestre letivo.

Parágrafo Único - O abono, compensação de faltas ou dispensa de frequência, só será permitido nos casos especiais previstos nos termos do Decreto-Lei no 1.044 (21/10/1969), Decreto-Lei no 6.202 (17/04/1975) e no Regimento Geral da UFAL.

A mesma resolução apresenta um capítulo detalhando como se efetiva a apuração do rendimento escolar.

Art. 11 - A avaliação do rendimento escolar se dará através de:

- (a) Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas) por semestre letivo;
- (b) Prova Final (PF), quando for o caso;
- (c) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

§ 1º – Somente poderão ser realizadas atividades de avaliação, inclusive prova final, após a divulgação antecipada de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, das notas obtidas pelo aluno em avaliações anteriores.

§ 2º - O aluno terá direito de acesso aos instrumentos e critérios de avaliação e, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação de cada resultado, poderá solicitar revisão da correção de sua avaliação, por uma comissão de professores designada pelo Colegiado do Curso.

Art. 12 - Será também considerado, para efeito de avaliação, o Estágio Curricular Obrigatório, quando previsto no PPC.

Art. 13 - Cada Avaliação Bimestral (AB) deverá ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e será resultante de mais de 01 (um) instrumento de avaliação, tais como: provas escritas e provas práticas, além de outras opções como provas orais, seminários, experiências clínicas, estudos de caso, atividades práticas em qualquer campo utilizado no processo de aprendizagem.

§ 1º - Em cada bimestre, o aluno que tiver deixado de cumprir 01 (um) ou mais dos instrumentos de avaliação terá a sua nota, na Avaliação Bimestral (AB) respectiva, calculada considerando-se a média das avaliações programadas e efetivadas pela disciplina.

§ 2º - Em cada disciplina, o aluno que alcCurso de Licenciatura em ançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das 02 (duas) Avaliações Bimestrais, terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior

Art. 14 - A Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas das 02 (duas) Avaliações Bimestrais.

§ 1º - Será aprovado, livre de prova final, o aluno que alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete).

§ 2º - Estará automaticamente reprovado o aluno cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco).

Art. 15 - O aluno que obtiver Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

Parágrafo Único - A Prova Final (PF) abrangerá todo o conteúdo da disciplina ministrada e será realizada no término do semestre letivo, em época posterior às reavaliações, conforme o Calendário Acadêmico da UFAL.

Art. 16 - Será considerado aprovado, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o aluno que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

Parágrafo Único - O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis), e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro).

Art. 17 - Terá direito a uma segunda chamada o aluno que, não tendo comparecido à Prova Final (PF), comprove impedimento legal ou motivo de doença, devendo requerê-la ao respectivo Colegiado do Curso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prova.

Parágrafo Único - A Prova Final, em segunda chamada, realizar-se-á até 05 (cinco) dias após a realização da primeira chamada, onde prevalecerá o mesmo critério disposto no Parágrafo único do Art. 16.

Entende-se que o processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais.

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – EAD atende, portanto, ao Art. 9º. da Resolução 25/05 – CEPE. Desta forma, a avaliação da aprendizagem é condizente com a concepção de ensino aprendizagem que norteia a metodologia adotada para a consecução da proposta curricular, de forma a fortalecer a perspectiva da formação integral dos alunos respeitando a diversidade e a

pluralidade das suas formas de manifestação e participação nas atividades acadêmicas, sem se distanciar, entretanto, das determinações legais e institucionais. No entanto, vale ressaltar que, por se tratar de um sistema bi modular em cada semestre, no âmbito do Curso de Ciências Sociais as principais avaliações podem ocorrer em apenas um semestre.

Torna-se importante, portanto, desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

Por se tratar de um sistema bi modular em cada semestre, as principais avaliações devem ocorrer ao longo de cada bimestre.

Serão realizadas atividades e avaliações presenciais nos polos conduzidas por docentes e/ou tutores presenciais, para cada disciplina. Já as avaliações a distâncias deverão ser realizadas via plataforma Moodle, por meio de docente diversos, tais como Questionários, Lições, Tarefas, Fóruns, etc.

É importante ressaltar que as atividades e avaliações presenciais terão um peso maior do que as atividades a distância, atingindo pelo menos 60 % do total de pontos distribuídos em cada disciplina.

Ao final do curso, o aluno deve apresentar um trabalho de conclusão de curso (TCC) e defendê-lo perante uma banca examinadora, conforme Resolução 02/2016 do Colegiado do curso.

6.3- AVALIAÇÃO DO CURSO CAA

As ações visando à avaliação dos Cursos se orientam pelas normatizações oriundas da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior - CONAES - e se expressa de diferentes formas. Assim, o processo de avaliação do PPC do Curso de Ciências Sociais a distância é realizada por uma comissão representativa dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, com predomínio de docentes, identificada no Projeto de Auto-avaliação da UFAL como Comissão de Auto-avaliação – CAA, instalada em cada Unidade Acadêmica e/ou Unidade Educacional, no caso dos campi interioranos.

6.4- AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Curso de licenciatura em Ciências Sociais modalidade a distância é avaliado anualmente pela CAA - Comissão de auto avaliação e, em caráter permanente, pelos membros do Núcleo Docente Estruturante- NDE.

Na primeira situação, o processo é conduzido em primeira instância pela CAA que coleta dados através de diferentes estratégias junto ao corpo docente, discente e técnico administrativo da Unidade acadêmica. Há, também, o acesso espontâneo da comunidade acadêmica através de formulários on-line, disponibilizados, segundo cronograma de desempenho divulgado pela CPA. Em ambas as situações os participantes se expressam sobre a condução do Projeto Pedagógico do Curso, entre outros aspectos como a atuação, a qualificação e a relação com os docentes e as condições da infraestrutura disponibilizada para a realização das atividades acadêmicas.

Tem como objetivo a auto avaliação do processo, gerando dados para elaboração/reelaboração ou implementação do PPC e, ainda, a previsão de ações que implicam melhorias para o curso.

A gestão do projeto pedagógico requer um acompanhamento sistemático, realizado de forma contínua pelo colegiado de curso e pelo NDE- Núcleo Docente Estruturante).

Esta é uma condição para a concretização dos objetivos propostos. O processo deverá envolver professores, alunos, técnicos e, quando possível, profissionais interessados na realização de reuniões, encontros e oficinas, visando analisar o seu desempenho, fazer os ajustes necessários e o planejamento de ações que favoreçam o aperfeiçoamento da proposta.

As ações visando à avaliação dos cursos se orientam pelas normatizações oriundas da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior - CONAES - e se expressa de diferentes formas. Assim, o processo de avaliação do PPC do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, modalidade à distância, é realizado pelo Colegiado do Curso, ouvindo os membros do NDE e da CAA – Comissão de auto avaliação da Unidade.

6.5- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP/UFAL).

Quando a pesquisa para a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) envolver seres humanos (por exemplo, por meio de entrevistas, questionários, arquivos pessoais, uso de banco de dados elaborado por outros pesquisadores ou instituições, etc.), deverão ser observadas as Normas para a Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (Res. CNS nº 196/96 e Resolução CNS nº 510/2012), para a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa na UFAL – CEP, respeitando o prazo estipulado para registro da pesquisa e início da implantação do projeto. O detalhamento deste procedimento encontra-se disponível em <http://www.ufal.edu.br/comite-de-etica-em-pesquisa/>. Todo pesquisador que submeter um projeto de pesquisa ao CEP deverá, primeiramente, cadastrar-se na Plataforma Brasil disponível em: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf> e apresentar toda a documentação exigida pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP.

7 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

As principais atividades de planejamento pedagógico e técnico-administrativas do curso de licenciatura em Ciências Sociais/Modalidade a Distância são realizadas no Instituto de Ciências Sociais (ICS) no Campus A. C. Simões, em prédio compartilhado com o Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Artes (ICHCA). O detalhamento dos espaços que fazem parte do ICS segue abaixo:

PÓLO MACEIÓ – INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS-UFAL		
QUANT	ESPAÇO	CARACTERÍSTICAS
04	Sala de Aula	Cada sala de aula possui 40 carteiras, 04 ventiladores em funcionamento e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
03	Salas de Aula	Cada sala possui 30 carteiras escolares, 02 aparelhos de ar condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida (estas salas são de uso compartilhado com a pós-graduação em turnos diferentes).
01	Sala de Multimídia	A sala possui 40 carteiras escolares, 01 aparelho de ar condicionado, 01 aparelhos de Home Theater e 01 TV de LED 40 polegadas e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Auditório	A sala possui 40 cadeiras e 03 aparelhos de ar condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Sala de Reuniões	Sala dispõe de mesa para reuniões, refrigeração adequada e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Biblioteca Setorial	A sala acomoda um acervo da área de ciências sociais e conta com estantes, mesas de apoio e 01 computador com 01 impressora jato de tinta, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação adequada.
04	Banheiros	Com acessibilidade garantida.
02	Laboratórios de Informática	Os laboratórios dispõem cada um de 10 computadores conectados em rede e com <i>softwares</i> de área devidamente instalados, mesas e estantes de apoio e um aparelho de ar condicionado cada, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida. Os laboratórios destinam-se à realização de aulas práticas e atendem às demandas dos cursos.

01	Sala de Coordenação	A sala abriga as coordenações de 03 cursos (bacharelado, licenciatura (presencial e à distância) em ciências sociais) e dispõe de mesas de apoio, estantes e 05 computadores conectados em rede, 01 impresso a laser, 01 aparelho de ar condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Secretaria Geral	A sala abriga 03 computadores conectados em rede, 01 máquina de Xerox, 02 impressoras a laser, mesas de apoio, 03 armários, 01 escaninho, 01 fichário, 08 aparelhos de data show, 02 notebooks, 02 gravadores e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
09	Gabinetes de Professores	Os gabinetes são utilizados coletivamente por no máximo 03 professores e dispõem de refrigeração e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida
01	Sala de Centro Acadêmico	Sala dispõe de mesas de apoio, 02 armários, 01 fichário, 01 computador e 01 aparelho de ar condicionado, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.

Destaca-se, ainda, que as mediações físicas do Instituto de Ciências Sociais dispõem de rede Wi-Fi para alunos, professores e funcionários técnicos além da rede livre da própria Universidade Federal de Alagoas.

A Biblioteca Central da Universidade dispõe de acesso livre e gratuito ao Portal Periódicos Capes (www.periodicos.capes.gov.br), o que possibilita que docentes e alunos tenham acesso à assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes na nossa área de formação

O curso dispõe de sistema de registro acadêmico informatizado e implantado, com garantia de atualização, confiabilidade e eficiência, e o acesso ao corpo docente e discente é excelente.

No que compreende a estrutura física e os recursos materiais dos demais polos que abrigam o curso de licenciatura em Ciências Sociais/Modalidade a Distância, encontramos:

PÓLO MARAGOGI – ESCOLA MUNICIPAL DR. JORGE DE FARIA SALES		
QUANT	ESPAÇO	CARACTERÍSTICAS
01	Secretaria Acadêmica	01 mesa para computador, 01 mesa de escritório, 01 armário, 02 cadeiras e 02 arquivos, 01 scanner, 01 computador, 02 estabilizadores, 01 armário e 01 ar

		condicionado.
01	Sala de Coordenação	01 mesa para computador, 01 mesa de escritório, 02 armários, 04 cadeiras, 01 mesa para impressora, 01 computador, 01 impressora, 01 estabilizador e 01 ar condicionado.
01	Sala de Multimídia	A sala possui 40 carteiras escolares, 01 aparelho de ar condicionado, 01 aparelhos de Home Theater e 01 TV de LED 40 polegadas e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Auditório	A sala possui 40 cadeiras e 03 aparelhos de ar condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Sala de Professores	01 mesa para reuniões, 10 cadeiras e 01 ar condicionado.
01	Sala de Tutores	02 mesas para computadores, 03 mesas redondas, 01 TV, 01 armários, 12 cadeiras, 01 gelo-água e 01 ar condicionado.
02	Banheiros	Acessibilidade garantida.
03	Salas de Aula	160 cadeiras, 03 mesa de escritório, 03 data show, 03 mesa para data show, 03 tela de projeção e 06 aparelhos de ar condicionados.
01	Sala de Vídeo-Conferência	51 cadeiras estofadas, 01 mesa para data show, 01 data show, 01 mesa para computador, 01 mesa para escritório, 02 aparelhos de ar condicionados splint, 01 estabilizador, 01 Tela interativa.
01	Laboratório de Prática de Ciência	01 geladeira, 01 centrífuga, 01 capela, 01 estufa, 03 microscópio binoculares, 01 estereoscópio, 02 ar condicionados, proveta bureta, bico de busen, pipeta etc.
01	Laboratório de Informática I	26 cadeiras estofadas, 24 telas de LCD, 12 gabinetes, 01 mesa de escritório, 02 ar condicionados, 13 estabilizadores, 01 no breaks, 24 head set.
01	Laboratório de Informática II	19 computadores, 13 estabilizadores, 02 no-breaks 26 cadeiras estofadas, 02 ar condicionados.
01	Biblioteca	02 mesas para computador, 02 computadores, 14 estantes de aço, 02 ventiladores, 01 roteador, 06 mesas redondas, 24 cadeiras estofadas, 02 estabilizadores, 3233 livros

PÓLO DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA AUGUSTA SILVA MELO

QUANT	ESPAÇO	CARACTERÍSTICAS
01	Sala de Administração (coordenação, secretaria e	01 mesa para computador, 01 mesa de escritório, 02 armários, 04 cadeiras, 01 mesa para impressora, 01 computador, 01 impressora, 01 estabilizador e 01 ar condicionado.

	tutoria)	
01	Auditório	A sala possui 40 cadeiras e 03 aparelhos de ar condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Laboratórios de Informática	26 cadeiras estofadas, 24 telas de LCD, 12 gabinetes, 01 mesa de escritório, 02 ar condicionados, 13 estabilizadores.
01	Biblioteca	A sala acomoda um acervo da área de ciências sociais e conta com estantes, mesas de apoio e 01 computador com 01 impressora jato de tinta, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação adequada.
02	Laboratórios de Física	01 geladeira, 01 centrífuga, 01 capela, 01 estufa, 03 microscópio binoculares, 01 estereoscópio, 02 ar condicionados, proveta bureta, bico de busen, pipeta etc.
01	Cozinha;	01 forno micro-ondas e 01 geladeira.
02	Banheiros	Banheiros com acessibilidade garantida.
10	Salas de aula climatizadas	160 cadeiras, 03 mesa de escritório, 03 data show, 03 mesa para data show, 03 tela de projeção e 06 aparelhos de ar condicionados.
01	01 Sala de Vídeo	26 cadeiras estofadas, 01 mesa para data show, 01 data show, 01 mesa para computador, 01 mesa para escritório, 02 aparelhos de ar condicionado.

PÓLO DE ARAPIRACA – CAMPUS ARAPIRACA		
QUANT	ESPAÇO	CARACTERÍSTICAS
27	Salas de aulas	Cada sala de aula possui de 35 a 60 cadeiras, 01 mesa de escritório, 01 data show e 01 aparelho de ar condicionado para cada sala.
01	Sala de vídeo	26 cadeiras estofadas, 01 mesa para data show, 01 data show, 01 mesa para computador, 01 mesa para escritório, 02 aparelhos de ar condicionado.
01	Auditório	Capacidade para 120 pessoas,
01	Biblioteca	A sala acomoda um acervo da área de ciências sociais e conta com estantes, mesas de apoio e 01 computador com 01 impressora jato de tinta, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação adequada.
01	Reprografia	02 máquinas de reprodução.
07	Banheiros	Acessibilidade garantida.
03	Laboratórios de informática	26 cadeiras estofadas, 24 telas de LCD, 12 gabinetes, 01 mesa de escritório, 02 ar condicionados, 13 estabilizadores.
03	Laboratório de ensino (química,	01 geladeira, 01 centrífuga, 01 capela, 01 estufa, 03 microscópio binoculares, 01 estereoscópio, 02 ar condicionados, proveta bureta, bico de busen, pipeta etc.

	biologia, enfermagem),	
01	Laboratório de matemática	23 cadeiras estofadas, 12 gabinetes, 02 mesa de escritório, 02 ar condicionados, 06 estabilizadores.
01	Laboratório de física	20 cadeiras estofadas, 24 telas de LCD, 12 gabinetes, 01 mesa de escritório, 02 ar condicionados.
01	Laboratório de genética	26 cadeiras estofadas, 02 telas de LCD, 12 gabinetes, 01 mesa de escritório, 02 ar condicionados, 13 estabilizadores.
01	Laboratório de EaD	30 computadores conectados à internet, 01 quadro branco, 30 cadeiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Diretrizes Curriculares

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 PROGRAD/Fórum dos Colegiados, de 20 de setembro de 2013 - Dispõe sobre os procedimentos para reformulação dos projetos pedagógicos dos Cursos de graduação da UFAL.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 PROGRAD/Fórum das Licenciaturas, de 27 de setembro de 2013 - Disciplina a construção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos Cursos de graduação da UFAL;

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 PROGRAD/Fórum dos Colegiados - Disciplina a redução da carga horária de estágio curricular supervisionado para os alunos dos Cursos de Licenciatura da UFAL que exercem atividade docente regular na Educação Básica.

RESOLUÇÃO Nº 52/2012-CONSUNI/UFAL – Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito da UFAL.

Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos – Específicas para cada Curso, e referente as orientações gerais;

Parecer CONAES Nº 4, de 17 de junho de 2010 - Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE;

Lei nº 10.172/2001- Plano Nacional de Educação - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Portaria nº 2.678/02 – Política Nacional de Ed. Especial na perspectiva da Ed. Inclusiva.

Lei 10.639 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Lei 11.645 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";

Resolução nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências;

Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

Decreto nº 5.296/04 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

Resolução CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, Curso de Licenciatura, de graduação plena;

Resolução CNE/CES n. 02/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

Resolução CNE/CES n. 04/2009 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial;

Resolução CNE/CES n. 02/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

Portaria Nº10, 28/07/2006 - Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;

Portaria Nº 1024, 11/05/2006 - As atualizações do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do Ministério da Educação e outras providências.

Resolução CNE/CP Nº3,18/12/2002 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos superiores de tecnologia.

Decreto n. 5.622/2005 - Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - referente a EaD.

Portaria Normativa n. 40 de 12/12/2007 Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre

indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições .

Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002, Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 66 - referente a titulação do corpo docente. Outras legislações podem ser encontradas no site do MEC e da UFAL

Acréscimos:

Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). (Oferta de disciplinas semipresenciais)

Cadastro de denominações consolidadas para Cursos de Graduação (bacharelado e Licenciatura) do Ministério da Educação.

Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura do MEC.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

PARECER CNE/CP N.º 09/2001, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, Curso de Licenciatura, de graduação.

Resolução Nº 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005, institui e regulamenta o funcionamento do Regime Acadêmico Semestral nos Cursos de Graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006.

Resolução nº 113/95 – CEPE, de 13 de novembro de 1995, estabelece normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos Cursos de graduação.

Plano de Desenvolvimento Institucional da UFAL 2013-2017.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 6 DE ABRIL DE 2009 (*). Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.

ANEXOS

RESOLUÇÃO Nº 01/2016 DO COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA - EAD

Regulamenta o trabalho de conclusão de Curso (TCC), fixado no projeto pedagógico do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura, modalidade a distância do Instituto de Ciências Sociais - ICS, Campus A. C. Simões, da Universidade Federal de Alagoas, e dá outras providências:

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, modalidade a distância, no uso de suas atribuições e tendo em vista a deliberação da plenária, adotada em reunião no dia 04 de maio de 2016.

RESOLVE:

Estabelecer normas regimentais do Trabalho de Conclusão de Curso para os Cursos de Ciências Sociais - Licenciatura, modalidade a distância, nos termos abaixo:

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE TCC

Art. 1º Compete ao Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso:

I – Articular-se com o Colegiado dos Cursos de Ciências Sociais – Licenciatura/EAD do ICS/UFAL para compatibilizar diretrizes, organização e desenvolvimento dos trabalhos;

II – Orientar os estudantes na escolha dos professores orientadores, divulgando as linhas de pesquisa do ICS/UFAL.

III – Convocar, sempre que necessário, os orientadores para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCCs;

IV – Organizar, junto à Coordenação do Curso de Licenciatura, a listagem dos estudantes e seus respectivos orientadores, e manter este banco de dados atualizado.

V – Coordenar, quando for o caso, o processo de substituição de orientadores, ouvido os Colegiados dos Cursos;

VI – Organizar, divulgar e definir junto ao Colegiado do Curso o cronograma de apresentação dos TCCs a cada semestre do ano letivo.

§ 1º O professor orientador pode recusar a orientação de um TCC, desde que o faça mediante justificativa plausível.

§ 2º O professor orientador poderá ser substituído em caso de força maior ou impedimento evidente.

§ 3º Nos casos de incompatibilidade entre professor e aluno após o aceite da orientação, a substituição precisará ser justificada ao Colegiado do Curso.

§ 4º A imprudência e/ou irresponsabilidade comprovada por parte do orientando, dará ao professor orientador o direito de cindir justificadamente o contrato de orientação.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR

Art. 2º Compete ao orientador de TCC:

I – Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho em todas as suas fases;

II – Estabelecer o plano e o cronograma do trabalho em conjunto com o orientando;

III – Informar o orientado sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação respectivos;

IV – Presidir a banca examinadora do trabalho por ele orientado;

V – Comparecer nas reuniões, convocadas pelo Coordenador de TCC, para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCCs;

VI – Comunicar ao Coordenador de TCC, quando ocorrer problemas, dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação, para que as devidas providências sejam tomadas;

VII – Articular-se junto ao Coordenador de TCC, Colegiados dos Cursos e ICS/UFAL para definição do programa e do planejamento das atividades semestrais de defesa de TCC.

Art. 3º Todo professor deverá orientar TCC dentro de sua área de trabalho - Antropologia, Ciência Política ou Sociologia, na área de Educação em Ciências Sociais ou Sociologia do ensino médio.

Art. 4º Os professores orientadores de TCC devem pertencer ao quadro de docentes do Curso de Ciência Sociais- Licenciatura/EAD, do ICS/UFAL.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DO ORIENTANDO

Art. 6º Compete ao orientando:

I – Definir a temática de seu TCC, em conformidade com as linhas de pesquisa do ICS/UFAL;

II – Apresentar projeto ou proposta de TCC ao Colegiado do Curso;

III- Cumprir as normas e a regulamentação próprias do TCC;

IV – Cumprir o plano e o cronograma estabelecidos em conjunto com seu orientador.

V – Comunicar ao professor orientador quaisquer alterações das atividades previstas.

Parágrafo único. A defesa do TCC fora dos limites estabelecidos pelo cronograma previamente definido impedirá que o orientando cole grau no mesmo ano letivo. Fica expressamente proibido que o aluno formando cole grau antes da defesa de seu TCC perante uma Banca Examinadora.

Art. 7º São direitos do orientando:

I – Ter um professor orientador em uma das linhas de pesquisa abrigadas pelo ICS/UFAL;

II – Solicitar ao Colegiado do Curso indicação de orientador para o seu TCC;

III – Ser informado sobre as normas e regulamentação do TCC.

TÍTULO II

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

DA NATUREZA E DO OBJETIVO

Art. 8º O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Ciências Sociais – Habilitação: Licenciatura, modalidade a distância, poderá ser um trabalho de natureza monográfica, técnica e científica elaborado individualmente pelo estudante que será avaliada por uma banca composta por no mínimo dois professores e cujo registro audiovisual será depositado na Biblioteca Universitária da UFAL;

I - A natureza do TCC de Ciências Sociais - Licenciatura, EAD constitui-se **em uma Monografia ou Relatório de Ensino em Ciências Sociais.**

§ A monografia deve ser resultante de uma pesquisa sob orientação de um professor, em uma das áreas de concentração do Curso, a saber: Antropologia, Ciência Política, Sociologia ou Ensino de Sociologia no Ensino Médio.

§ O Relatório de Ensino em Ciências Sociais deve ser resultante dos quatro estágios supervisionados obrigatórios do Curso e deve ser elaborado sob orientação de um professor do Curso. Esse relatório é distinto dos relatórios apresentados para o Estágio.

II – O trabalho de natureza monográfica deve propiciar ao estudante o contato

com o processo de investigação, que o auxilie em todas as etapas da pesquisa, tais como: formulação do problema de análise, localização do referencial teórico e, procedimentos metodológicos de pesquisa, formulação coerente da conclusão da pesquisa e apresentação final do trabalho de acordo com as normas da ABNT-NBR;

III– O trabalho realizado a partir dos Estágios Supervisionados do Curso deve refletir a sua experiência de prática docente, auxiliando assim todas as etapas de elaboração do Relatório de Ensino, tais como: os procedimentos da didática pedagógica em sociologia no ensino médio, apresentação da(s) escola (s), discussão teórica sobre o ensino de sociologia, contextualização do cotidiano das escolas e da prática de ensino, caracterização da (s) turma (s), conteúdo da regência, autoavaliação e formulação coerente das considerações finais do relatório de ensino. O relatório deve seguir as normas da ABNT-NBR.

Art. 9º O TCC de Ciências Sociais – Habilitação: Licenciatura, modalidade a distância, deverá atender aos seguintes objetivos determinados:

I – Capacitar o estudante para a elaboração de pesquisas e/ou experiências docentes nas áreas de concentração do Curso: Antropologia, Ciência Política, Sociologia ou Educação em Ciências Sociais, cabendo a ele escolher uma destas áreas para pesquisar;

II – Levar o estudante a correlacionar e aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no Curso;

III – Contribuir para o enriquecimento das diferentes linhas de pesquisa do Instituto de Ciências Sociais/ICS/UFAL, estimulando a produção científica que poderá estar articulada às necessidades da comunidade local, nacional e internacional.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA E DOS PROCEDIMENTOS DE DEFESA

CAPÍTULO I

DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

Art. 10º Para o Curso da Licenciatura, além das linhas de pesquisas definidas pelo ICS/UFAL, o TCC pode inserir-se também na área da Educação, caso o estudante faça a opção de apresentar um Relatório em Ensino de Ciências Sociais.

CAPÍTULO II

DO PROJETO DE PESQUISA E RELATÓRIO DE ENSINO

Art. 11º Os projetos de pesquisa versarão sobre temas próprios das Ciências Sociais, com foco para os três eixos principais que constituem a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, a saber: Antropologia, Ciência Política, Sociologia bem como para os Núcleos de Pesquisa que abrigados pelo ICS/UFAL; os projetos de relatórios de ensino versarão sobre a prática docente do

Ensino de Ciências Sociais com foco nas diretrizes pedagógicas dos quatro estágios supervisionados que constituem a estrutura curricular obrigatória do Curso de Licenciatura.

§1º O aluno do Curso de Licenciatura, uma vez aprovado em todas as disciplinas metodológicas, a saber, Metodologia das Ciências Sociais, Métodos e Técnicas em Pesquisa e Pesquisa Educacional, deverá **encaminhar seu projeto de pesquisa** ao Coordenador de TCC, respeitando-se o prazo máximo estabelecido no cronograma semestral, a ser divulgado no Instituto de Ciências Sociais.

§ 3º Após a entrega, o projeto de pesquisa ou projeto de relatório de ensino será registrado e, caso o aluno ainda não disponha de um orientador, o Coordenador de TCC deverá ajudá-lo a escolher entre os integrantes do quadro docente efetivo do ICS/UFAL um orientador ou, eventualmente, um coorientador, disponível e compatível ao tema de seu projeto.

§ 4º Uma vez aceita a orientação por parte do professor, o aluno deverá apresentar à Coordenação de TCC um termo de compromisso devidamente preenchido pelo orientador e pelo orientando.

Art. 12º O projeto de pesquisa deve ser assinado pelo orientador e entregue na Coordenação de TCC, na mesma formatação prevista para o TCC, no prazo estipulado e amplamente divulgado no ICS/UFAL. O projeto deverá ter entre 10 (dez) e 15 (quinze) laudas e trazer, obrigatoriamente, os seguintes itens:

- I- Capa e folha de rosto;
- II- Introdução ao tema;
- III- Justificativa da escolha do tema;
- IV- Problema de pesquisa e hipóteses;
- V- Revisão bibliográfica e/ou referencial teórico;
- VI- Objetivo geral e objetivos específicos;
- VII- Metodologia a ser utilizada na pesquisa;
- VIII- Cronograma de realização das atividades;
- IX- Estrutura preliminar da monografia;
- X- Referências Bibliográficas inicial; e
- XI- Índice preliminar do trabalho, em caráter facultativo.

Art. 13º O projeto de relatório de pesquisa deve ser assinado pelo orientador e entregue na Coordenação de TCC, na mesma formatação prevista para o TCC, no prazo estipulado e amplamente divulgado no ICS/UFAL. O projeto deverá ter 10 (dez) laudas e trazer, obrigatoriamente, os seguintes itens:

- I- Capa e folha de rosto;
- II- Introdução;
- III- Discussão teórica sobre ensino de sociologia;
- IV- Metodologia;
- V- Especificação da(s) escola (a) de realização dos estágios Supervisionados;
- VI- Estrutura preliminar do relatório
- VII- Cronograma de elaboração das atividades e desenvolvimento de relatório
- VIII- Referências Bibliográficas iniciais;
- IX- Índice preliminar do trabalho, em caráter facultativo.

Art. 14º Quando a pesquisa para a elaboração da monografia envolver seres humanos (por exemplo, por meio de entrevistas, questionários, arquivos pessoais, uso de banco de dados elaborado por outros pesquisadores ou instituições, etc.), deverão ser observadas as Normas para a Pesquisa Envolvendo Seres Humanos e Animais (Res. CNS nº 196/96), para a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa na UFAL – CEP, respeitando o prazo estipulado para registro da pesquisa e início da implantação do projeto. O detalhamento deste procedimento encontra-se disponível em <http://www.ufal.edu.br/comite-de-etica-em-pesquisa/>. Todo pesquisador que submeter um projeto de pesquisa ao CEP deverá, primeiramente, cadastrar-se na Plataforma Brasil disponível em: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf> e apresentar toda a documentação exigida pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP.

DA MONOGRAFIA

Art. 15º A Monografia pode ser:

I – De natureza teórica, em que o estudante discute um tema relevante, com intuito de rever a bibliografia, analisar criticamente conceitos de vários autores e propor ou apontar, novos conceitos que elucidem melhor o tema em questão;

II – De natureza teórica e empírica, em que o estudante elabora, ao lado da pesquisa teórica, uma pesquisa de campo, levantando dados primários e secundários, entrando em contato com o universo do seu objeto de estudo, fundamentando assim, a discussão teórica a partir de dados primários catalogados pelo próprio estudante.

Art. 16º A elaboração da Monografia deve começar a partir do 7º período.

Parágrafo único. O estudante vinculado à iniciação científica poderá desenvolver o mesmo projeto na elaboração do TCC.

Art. 17º A monografia deverá ter no mínimo 40 (quarenta) laudas de conteúdo, excetuando a capa, a bibliografia e os anexos, e ser impresso em papel padrão “A4” e estar de acordo com as normas da ABNT-BR.

DO RELATÓRIO DE ENSINO

Art. 18º O relatório de Ensino em Ciências Sociais **deve** ser:

I – De natureza teórica e empírica, em que o estudante elabora seu relatório a partir das discussões teóricas sobre o ensino de sociologia, realizadas ao longo do Curso e apresenta dados primários e/ou secundários, a partir de sua experiência na prática de ensino no âmbito das disciplinas de Estágio Supervisionado I, II, III e IV.

Art. 19º A elaboração do relatório de Ensino em Ciências Sociais, pode começar no 6º período a depender de o estudante da Licenciatura se matricular na disciplina Pesquisa Educacional e tendo cursado Estágio Supervisionado I. Ao fim da primeira, o aluno deverá, obrigatoriamente, apresentar um projeto a ser avaliado pelo professor que estiver ministrando, naquele momento, a referida disciplina; o qual poderá aprovar ou reprovar o projeto de pesquisa apresentado. Em caso de reprovação, o aluno deverá matricular-se novamente na disciplina e cumpri-la regularmente mais uma vez.

Art. 20º O relatório de Ensino em Ciências Sociais deverá ter no mínimo 30 (trinta) laudas de conteúdo, **excetuando** a capa, índice, a bibliografia e os anexos, e ser impresso em papel padrão “A4” e estar de acordo com as normas da ABNT-BR.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Art. 21º Todo TCC será submetido à Banca Examinadora composta por no mínimo 3 (três) professores efetivos do quadro docente do ICS/UFAL, sendo, obrigatoriamente, 1 (um) deles, o orientador e, os demais, respectivamente, primeiro e segundo examinadores, salvo nos casos de coorientadores aceito pelo colegiado, de acordo com o Art. 4º, § 1º, podendo este atuar como membro da banca examinadora.

§ 1º O orientador deverá sempre fazer parte e presidir a Banca Examinadora do TCC por ele orientado, sob o risco de, sem ele, não realizar-se a defesa.

§ 2º É responsabilidade do Orientador convidar os demais professores para ocuparem o posto de examinadores, seja durante a pré-banca, quando houver, seja durante a defesa propriamente dita do TCC; podendo apenas o aluno, sugerir nome(s) que o orientador poderá acatar ou não julgando-se os critérios de pertinência à área, regime de trabalho do professor convidado, bem como sua disponibilidade de horários.

§ 3º É de responsabilidade do presidente da Banca Examinadora a tarefa de preencher e lavrar a ata de defesa do TCC, bem como, encaminhar tal documento para a Coordenação de TCC.

§ 4º O orientador e os integrantes da Banca Examinadora não poderão ter relação de parentesco com o aluno avaliado.

§ 5º Excetuando-se casos específicos e justificados, a composição das Bancas Examinadoras das monografias deverá privilegiar a ciência/área de conhecimento específica em que o TCC se concentra; portanto, a Banca deverá ser composta por professores com especialização em estudos na área de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Além desses critérios, a composição das Bancas Examinadoras dos relatórios de Ensino em Ciências Sociais deverá privilegiar, caso o orientador considere pertinente, a participação de professores da área da Educação.

§ 6º A pré-banca é opcional, o orientador avaliará se é preciso ou não de uma

pré-banca. Caso opte pela realização da pré-banca, o orientador deve agendá-la com pelo menos 30 dias úteis antes do prazo para a defesa final do TCC e deve contar com a participação de mais um professor examinador, preferencialmente, membro do quadro docente efetivo do ICS/UFAL. Para a pré-banca, orientador e primeiro examinador deverão preencher parecer obrigatório para posterior defesa do trabalho perante a Banca Examinadora. O orientando deverá observar e cumprir as recomendações feitas pelo orientador e pelo primeiro examinador antes de entregar a versão final para a Banca Examinadora.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A DEFESA DO TCC

Art. 22º Cabe ao estudante providenciar junto ao seu professor orientador todos os equipamentos de informática, como computador (PC), computador portátil (*notebook*), aparelho de projeção ou outros meios que queira utilizar durante a sua apresentação perante a Banca Examinadora.

§ 1º O candidato poderá formular junto à Secretaria do Instituto, mediante professor orientador, um pedido formal para a disponibilização de aparelhos de informática pertencentes ao ICS/UFAL, que será atendido na medida do possível.

§ 2º A apresentação do TCC, pelo aluno, deverá ser presencial, em datas previamente estipuladas pelo colegiado do Curso, uma vez ao ano, junto ao polo de matrícula do aluno.

§ 3º A participação de avaliadores convidados nas bancas de TCC podem ser efetivadas por vias de videoconferência, desde que autorizadas pelo colegiado do Curso.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 23º O trabalho de Conclusão de Curso do estudante será avaliado por uma banca examinadora composta por três membros que devem pontuar dois aspectos fundamentais: o trabalho escrito e a apresentação oral.

§ 1º Sobre o trabalho escrito, a banca deve avaliar os seguintes itens: Interpretação; Síntese, teoria e prática; Contribuição para a área; Organização; Argumentação; Profundidade do tema; Correção gramatical; Estrutura; Estilo; Apresentação.

Art. 24º A Banca Examinadora seguirá os seguintes procedimentos de avaliação:

I – Inicialmente, o aluno fará uma exposição oral, resumindo o conteúdo do seu TCC, em, no máximo, 15 (quinze) minutos;

II – Em seguida, cada membro da Banca Examinadora terá 10 (dez) minutos para considerações e perguntas, sempre com o Presidente fazendo as observações por último;

III – O aluno terá direito a 10 (dez) minutos para formular suas respostas e

considerações com relação a cada professor, totalizando, no máximo, 20 (vinte) minutos de resposta.

Art. 25º Na apresentação oral a banca examinadora deve observar:

I – Na exposição: a introdução ao tema, domínio de conteúdo, criatividade, forma de apresentação, exemplificação, domínio da linguagem, contribuição para a área;

II – Na arguição: argumentação, análise crítica, aprofundamento do assunto, inter-relacionamento com outras áreas, clareza e objetividade, coerência nas respostas, entendimento das perguntas.

Art.26º A Banca Examinadora, depois da defesa do TCC, deverá se reunir isoladamente e deliberar sobre a nota, podendo:

I – Reprovar o trabalho, atribuindo nota menor que 7,0 (sete);

II – Aprovar o trabalho, atribuindo nota de 7,0 (sete) até 10,0 (dez);

III – Conferir um prazo para reformulação entre 10 (dez) e 30 (trinta) dias, improrrogáveis, sugerindo as alterações necessárias para a melhoria do TCC; neste caso, será marcada nova data para defesa perante a mesma Banca Examinadora, sendo vedada a concessão de outro prazo para reformulação.

Parágrafo único. No caso do inciso III deste artigo, em persistindo as impropriedades necessárias à melhoria do TCC, o trabalho será reprovado.

Art. 27º A avaliação do TCC é documentada mediante ata preenchida pelo Presidente da Banca, onde deverão constar as notas que cada examinador atribuiu ao estudante, bem como suas respectivas assinaturas.

Art. 28º Nos casos em que se comprove ter havido plágio, o trabalho será imediatamente reprovado com nota 0,0 (zero) e encaminhado aos órgãos universitários competentes para análise das penalidades cabíveis, não sendo designada outra Banca até o final do procedimento disciplinar.

CAPITULO VI ENTREGA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 29º Após a defesa do TCC, respeitado os prazos estabelecidos pela Coordenação de TCC, será dever do aluno e parte integrante do processo de defesa do TCC, encaminhar para a Coordenação de TCC 02 (duas) vias impressas (uma deverá ser em capa dura e outra em espiral) e uma cópia digital em CD-ROM, formato (DOC), devidamente preenchido com a assinatura do orientador e demais avaliadores do trabalho. Destas cópias:

I– 01 (uma) cópia impressa e com capa dura, que será encaminhada para a Biblioteca Central;

II– 01 (uma) cópia impressa em espiral, que será encaminhada para a Biblioteca Setorial;

III– 01 (uma) copia digital em CD será encaminhada para a Coordenação do laboratório de informática do respectivo Curso para que seja disponibilizada junto à

página eletrônica do ICS/UFAL. Posteriormente a cópia digital ficará arquivada no acervo da biblioteca setorial.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30º Os custos da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso ficam a cargo exclusivo do estudante.

Art. 31º Os casos omissos serão discutidos pela Coordenação de TCC e pelo Colegiado do Curso Licenciatura em Ciências Sociais do ICS/UFAL.

Art. 32º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, inclusive com relação aos aspectos metodológicos, restando os aspectos procedimentais a vigorar a partir do primeiro semestre de 2013.

Art. 33º A Resolução que normatiza os procedimentos formais para elaboração e defesa de TCC dos alunos do regime semestral manter-se-á em vigor, ficando o que fora resolvido e deliberado neste documento a tratar, especificamente, dos alunos regulares do regime semestral do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura do ICS/UFAL.

Art. 34º A confirmação das orientações, por parte dos alunos e dos professores, deverão ser oficializadas por vias do Formulário de Acompanhamento das Orientações, cujo modelo será fornecido pelo Colegiado do Curso.

Art. 35º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Maceió, 04 de Maio de 2016.

Coordenação do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura/EAD

RESOLUÇÃO Nº 02/2016 DO COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA - EAD

Regulamenta Normas e Critérios
Referente ao estágio do Curso
Ciências Sociais – Licenciatura -
EAD

O estágio supervisionado será gerido pelo Coordenador de estágio e pelo colegiado do Curso e será realizado em escolas conveniadas das redes públicas municipais, estaduais, federais e privadas credenciadas. Para atender o que determina a legislação, Lei Nº 11.788 de 25/09/2008, será de responsabilidade do Professor Orientador do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura/EAD, com o auxílio dos tutores presenciais, o encaminhamento e acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas pelos estagiários.

Para que o acompanhamento seja realizado de forma adequada, as instituições de ensino para as quais serão conduzidos os estagiários deverão estar localizadas, preferencialmente, nos municípios em que existem polos de educação em distância, nos quais são ministradas aulas do Curso de Ciências Sociais e em municípios contíguos aos municípios com esses polos.

O Professor Orientador dos estágios fará o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários através:

- De eventuais visitas às escolas;
- Das fichas de frequência, preenchidas pelo Professor Supervisor e assinadas por esse e pela Direção da instituição de ensino ou Coordenadores de Área, a serem entregues, pelo estagiário ao Professor Orientador, ao final de cada mês;
- Dos Relatórios de Conclusão de estágio I, II, III e IV, a serem entregues impressos pelo estagiário ao Professor Orientador ao final do semestre;
- Do Plano de aula ou Relatos de vivência a serem entregues ao final de cada período definido previamente pelo professor orientador.
- De reuniões virtuais através do moodle, Skype ou similares.

Compete ao Professor Orientador e ao Coordenador do Estágio Supervisionado, além do acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários fazer o levantamento das escolas e horários referentes às aulas de Sociologia existentes nas instituições de ensino selecionadas, encaminhar os estagiários através de documentação padrão elaborada pela Coordenação de Estágio, como também fazer a avaliação dos estagiários. A avaliação dos estagiários será feita em parceria pelo Professor Orientador da instituição de ensino e o Professor Supervisor da parte concedente, através:

- De eventuais visitas as escolas, devendo, quando possível, o Supervisor dos estágios III e IV assistir as aulas dos estagiários relatando a eles, em encontros posteriores, os pontos positivos e os que necessitam melhorar devendo também subsidiá-los na busca de soluções para eventuais dificuldades.
- Das fichas de avaliação a serem preenchidas pelo Professor Orientador da instituição de ensino em parceria com o Supervisor da parte concedente;
- Dos Relatórios de Conclusão de Estágio (Relatórios de Atividades) que deverão ser impressos e entregues no final de cada Semestre em data estipulada pelo Professor Orientador do Curso.

Acatando o que determina a Resolução Nº 2/2002 do Conselho Nacional de Educação, o aluno que comprove estar em efetiva atividade docente na educação básica, por tempo mínimo de dois (2) anos ininterruptos, poderá ter a redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas, podendo pedir a dispensa do estágio III, desde que sua atuação seja compatível com o nível de ensino exigido nessa etapa do Estágio Supervisionado e/ou do estágio IV, desde que sua atuação seja compatível com o nível de ensino exigido nessa etapa do Estágio Supervisionado. Os alunos que queiram pedir a dispensa dos Estágios III e/ou IV devem apresentar a seguinte documentação:

- Atuando na rede privada: cópia autenticada da Carteira de Trabalho devidamente assinada e declaração da escola, devidamente assinada pela Direção da Instituição de ensino, contendo as séries que leciona.
- Atuando na rede pública: se efetivo, cópia autenticada da Ficha Funcional e declaração da escola, devidamente assinada pela Direção da Instituição de ensino, contendo as séries que leciona. Se temporário (monitor): Cópia autenticada do Contrato de Trabalho e declaração da escola, devidamente assinada pela Direção da Instituição de ensino, contendo as séries que leciona.

O Estágio Supervisionado terá como objetivo maior propiciar aos estudantes a vivência direta no ambiente escolar, mediante a participação efetiva destes nas atividades escolares. Além disso, busca fomentar o conhecimento sobre o desenvolvimento do ensino da Sociologia em toda a Educação Básica. Para atingir os objetivos propostos os Estágios Supervisionados serão divididos da seguinte forma:

- Estágio Supervisionado I – o professor orientador irá abordar temas relativos à problematização do espaço escolar enquanto objeto de investigação das Ciências Sociais e encaminhará os estagiários para instituições de ensino que ofertem turmas de Ensino Médio para a execução da pesquisa, da observação e do desenvolvimento de atividades direcionadas ao ensino da Sociologia nessa etapa da Educação Básica;
- Estágio Supervisionado II – o professor orientador fará reflexões em torno dos primeiros manuais de sociologia, bem como acerca do currículo de Ciências Sociais no Brasil e Alagoas, encaminhará os estagiários para instituições de ensino que ofertem as turmas de Ensino Médio para a execução da pesquisa, da observação e do desenvolvimento de atividades direcionadas ao ensino da Sociologia nessa etapa da Educação Básica;
- Estágio Supervisionado III – o professor orientará acerca do planejamento e da execução das aulas, bem como promoverá discussões em torno dos desafios postos ao planejamento das aulas, encaminhará os estagiários para instituições que ofertem as turmas de Ensino Médio, objetivando a prática do ensino e pesquisa, como também, a vivência das atividades cotidianas da escola referentes a essa etapa da Educação Básica;
- Estágio Supervisionado IV – o professor orientará acerca das estratégias didáticas, avaliativas e metodológicas em termo da prática de ensino em Ciências Sociais, encaminhará os estagiários para instituições de ensino que ofertem as turmas de Ensino Médio objetivando a prática do ensino e pesquisa, como também, a vivência das atividades cotidianas da escola referentes a essa etapa da Educação Básica.

Em conformidade com a Lei Federal 11.788 de 25 de setembro de 2008, com a Resolução 71/2006-CONSUNI e com as Normas do Estágio Curricular do Curso

de Ciências Sociais - Licenciatura, após a finalização de cada etapa do Estágio Supervisionado, o aluno deverá apresentar, um relatório final, como condição para aprovação. O Relatório de Estágio é um documento individual, que registra todas as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado. Iniciando-se o semestre, o formulário de solicitação/renovação e autorização de estágio deverá ser entregue pelo Professor Orientador e pelo Coordenador de Estágio aos alunos, e depois de cumprido os procedimentos legais, eles as devolverão para o Coordenador de Estágio, o qual através da Coordenação do Curso, as encaminhará para a gerência de Estágio da Pró-Reitoria de Graduação, para que sejam confeccionados os termos de compromisso. Estes, depois de confeccionados pela PROGRAD, serão repassados pelo Professor Orientador para que os alunos os imprimam em 3 vias, que depois de assinadas pelos sujeitos competentes serão destinadas da seguinte forma: 1 via para o Estagiário, 1 via para a Escola/ Assemelhado, e outra via para a Coordenação do Curso de Graduação.

Os estágios curriculares serão de duas naturezas:

- a) OBRIGATÓRIOS, denominados de estágios supervisionados, com no mínimo 400h distribuídas entre o 5º, 6º, 7º e 8º semestres;
- b) NÃO OBRIGATÓRIOS, isto é, outras oportunidades de estágios obtidas pelos discentes.

A carga horária mínima será a que fica efetivada para integralização do currículo, mesmo que o aluno tenha realizado mais horas. Pode o aluno requerer a utilização do que ultrapassar desse valor (400 h) para efeitos de atividade complementar. Os estágios não obrigatórios terão supervisão indireta dos docentes, e para consignação como carga horária complementar, deverão ser analisados pelo Colegiado de Curso no que diz respeito à pertinência na formação profissional do aluno.

Maceió, 04 de Maio de 2016.

Coordenação do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura/EAD

Curso de Ciências Sociais Licenciatura na modalidade à distância